

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PRESERVAÇÃO E GESTÃO DO

PATRIMÔNIO CULTURAL DAS

CIÊNCIAS E DA SAÚDE



Casa de
Oswaldo Cruz



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

POLIANA VIEIRA CÔRTEZ LOPES

**BENS MÓVEIS E AÇÕES EDUCATIVAS:
o ladrilho hidráulico na arquitetura eclética em Juiz de Fora**

Rio de Janeiro

2022

POLIANA VIEIRA CÔRTEZ LOPES

**BENS MÓVEIS E AÇÕES EDUCATIVAS:
o ladrilho hidráulico na arquitetura eclética em Juiz de Fora**

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre. Linha de Pesquisa: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof.^a Dra Sônia Aparecida Nogueira

Rio de Janeiro

2022

POLIANA VIEIRA CÔRTEZ LOPES

**BENS MÓVEIS E AÇÕES EDUCATIVAS:
o ladrilho hidráulico na arquitetura eclética em Juiz de Fora**

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós- Graduação Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre. Linha de Pesquisa: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

Banca Examinadora

Profª. Dra. Sônia Aparecida Nogueira (orientadora e presidente da banca)

Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde-PPGPAT/Casa de Oswaldo Cruz-COC/Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz

Profª. Dra. Inês El-Jaick Andrade

Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde-PPGPAT/Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz (titular)

Prof. Dr. Rodrigo Christofoletti

Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora- PPG História - ICH/UFJF (titular)

Prof. Dr. Marcos Olender

Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora- PPG História - ICH/UFJF (suplente)

Prof. Dr. Renato da Gama-Rosa Costa

Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde-PPGPAT/Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz (suplente)

Rio de Janeiro

2022

L864b Lopes, Poliana Vieira Côrtes.

Bens móveis e ações educativas : o ladrilho hidráulico na arquitetura eclética em Juiz de Fora / Poliana Vieira Côrtes Lopes. – Rio de Janeiro, 2022.

185 f. ; il. color.

Orientadora: Sônia Aparecida Nogueira.

Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz.

Bibliografia: f. 122-129.

1. Arquitetura. 2. Arquitetura Eclética. 3. Patrimônio Cultural. 3. Preservação. 4. Brasil.

CDD 720

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Responsável pela elaboração da ficha catalográfica: Marise Terra - CRB6-351

*À Sônia, muito obrigada por
vir comigo nessa jornada!*

AGRADECIMENTOS

Acredito que a gratidão seja um dos sentimentos mais nobres da vida humana. A percepção de ter recebido algo e querer retribuir de alguma forma nos faz crescer e ser melhores. Um coração grato nos dá a oportunidade de perceber o valor e a beleza que existe nas relações que possuímos. Por isso, venho aqui registrar o meu muito obrigado.

Essa dissertação é o resultado de uma dedicação intensa de tempo e pesquisa, que resultou, inclusive, em um esgotamento psicológico, mas que com a ajuda de Deus e o apoio familiar consegui superar. Nesse sentido agradeço imensamente o meu marido Fred por seu apoio e incentivo fundamental e constante, para que eu pudesse concluir esse projeto.

Agradeço imensamente os meus pais, Heloisa e Luiz Alberto, que por tanto tempo entenderam a minha ausência e estiveram sempre dispostos a me ajudar no que fosse preciso, como sempre. Por muitas e muitas vezes me auxiliando e socorrendo no trabalho de meu Atelier, para que eu tivesse mais tempo para estudar.

Aos meus amigos, que também tiveram uma participação especial nesse processo, sempre me incentivando, animando e acreditando que eu conseguiria. E consegui. Não posso deixar de citar em especial o apoio de Thaís, funcionária e amiga, que teve que trabalhar sozinha por muitas vezes, para que eu pudesse prosseguir nas etapas dessa pesquisa. Agradeço por fazerem parte da minha vida.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde-PPGPAT, da COC/Fiocruz pela aprovação do meu projeto inicial e entender às tantas mudanças ao longo do processo, incluindo o difícil evento da pandemia do Covid-19 a partir de 2020. Agradeço aos excelentes professores com quem tive a oportunidade de estudar, e à querida secretária Valéria de Souza, sempre solícita e amável.

Um agradecimento especial aos professores membros da Banca de Qualificação e da Banca de Defesa, Inês El-Jaick Andrade e Rodrigo Christofolletti, pela disponibilidade e fundamentais contribuições para a finalização desse trabalho.

O que dizer dos voluntários que aceitaram meu convite para a Ação Educativa? Palavras não são suficientes para agradecer, mas que ficarão registradas aqui nessa página. Muito obrigada Aline Fabre, Ariane Bertante, Beatriz Costa, Dayana de Freitas, Heloisa Vieira, Henrique Lopes, Luiz Alberto Côrtes e Thaís Alves.

Agradeço muito a Fabrica Ladrilhos Barbacena por aceitarem prestativamente coordenarem a visita técnica realizada com os participantes voluntários dessa etapa da pesquisa. Em especial, meu muito obrigado ao Sr. Wilson Venceslau por nos mostrar de forma didática e cordial todo o processo de confecção desse material de revestimento.

E por fim registro meus imensos agradecimentos à melhor orientadora do mundo, Sônia Nogueira, com quem, em função da pandemia do Covid-19 só tivemos um encontro presencial, seguindo todo o árduo processo de forma virtual. Jornada na qual, apesar de tantos atropelos, a sensação final é de que eu realmente não teria chegado ao fim sem o seu acompanhamento, contribuições e incentivos tanto de ordem acadêmica quanto afetiva. Por isso enfatizo: não conseguiria sem você.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo desenvolver uma abordagem sobre a importância da conservação do ladrilho hidráulico em edifícios de valor histórico, no caso específico da arquitetura eclética da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. A partir da exposição sobre o protagonismo da trajetória e da produção industrial da Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri, chega-se a um projeto piloto de educação patrimonial, voltado para um público não especializado, formado por pessoas residentes nessa cidade e que possuam relação com esse tipo de revestimento original. Sendo, *a priori*, os respectivos resultados obtidos com essa experiência estarem sendo considerados para futuras outras ações, para outros públicos.

Palavras-chave: Preservação de Bens Móveis. Eclétismo. Ladrilho Hidráulico. Juiz de Fora. Educação Patrimonial.

ABSTRACT

This paper aims to develop an approach on the importance of conservation of hydraulic tiles at historical value buildings specifically on the eclectic architecture of Juiz de Fora city, Minas Gerais. From the the exposition about the trajectory protagonism and the industrial production of Pantaleone Arcuri Construction and Building Company, a pioneer heritage education project is aimed at a non-specialized public formed by people living in this city and who have a relationship with this type of original coating. At first, being the respective results obtained with this experience are being considered for future other actions for other audiences.

Keywords: Movable Assets Preservation. Eclecticism. Hydraulic Tile. Juiz de Fora. Heritage Education.

LISTA DE SIGLAS

ACEJF	Associação Comercial e Empresarial de Juiz de Fora
CEDUC	Coordenação de Educação Patrimonial
CME	Companhia Mineira de Eletricidade
CICPA	Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
DAF	Departamento de Articulação e Fomento
d.C.	Depois de Cristo
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
FUNALFA	Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAPRO	Museu Mariano Procópio
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA DA CIDADE DE JUIZ DE FORA: DA FUNDAÇÃO AO ECLETISMO	16
1.1 – A arquitetura eclética em Juiz de Fora	25
CAPÍTULO 2 – A TRAJETÓRIA DA COMPANHIA INDUSTRIAL E CONSTRUTORA PANTALEONE ARCURI	32
2.1. Principais construções da Pantaleone Arcuri & Spinelli	41
2.1.1. Parque Halfeld	41
2.1.2. Igreja de Nossa Senhora do Rosário.....	45
2.1.3. Villa Iracema	46
2.1.4. Prédio da Associação Comercial	48
2.1.5. Edifício das “Repartições Municipais”	49
2.1.6. Edifício Ciampi	51
2.1.7. Palacete Fellet	52
2.1.8. Cine -Theatro Central	53
2.1.9. Capela do Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos – Santa Casa ...	54
2.1.10. Nova sede da Companhia Pantaleone Arcuri	55
2.2. O declínio e a extinção da Pantaleone Arcuri & Spinelli	56
CAPÍTULO 3 – O LADRILHO HIDRÁULICO: ORIGENS, TÉCNICAS, PRODUÇÃO E PRESERVAÇÃO	60
3.1. Artes decorativas	60
3.1.1. A ornamentação no Ecletismo	64
3.2. O ladrilho hidráulico.....	67
3.3. A técnica de produção do ladrilho hidráulico.....	70
3.4. Fatores de degradação do ladrilho hidráulico.....	73
3.4.1. Degradação por <i>stress</i>	73
3.4.2. Degradação química	76
3.4.3. Biodegradação por ataque ácido	80
3.4.4. Degradação por Umidade	81
3.4.5. Degradação por Condensação	81
3.4.6. Degradação por Capilaridade	82
3.4.7. Salinidade	83
3.5. A preservação do ladrilho hidráulico.....	84

3.6. O ladrilho hidráulico no contexto brasileiro e juiz-forano.....	88
CAPÍTULO 4 – PROJETO PILOTO DE UMA AÇÃO EDUCATIVA PARA A PRESERVAÇÃO DO LADRILHO HIDRÁULICO.....	95
4.1. Sobre o conceito de Educação Patrimonial	95
4.2. Workshop sobre preservação do ladrilho hidráulico	97
4.2.1. Atividade 1 – Entrevista Inicial.....	99
4.2.2. Atividade 2 – Visita técnica	102
4.2.3. Atividade 3 – Aula expositiva.....	114
4.2.4. Atividade 4 – Entrevista final.....	117
4.2.5. Atividade 5 – Avaliação do processo.....	117
4.3. Produção de vídeo.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123
APÊNDICES.....	131
ANEXO.....	178

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo o ladrilho hidráulico – a técnica e os materiais empregados em sua fabricação, bem como as metodologias utilizadas para sua conservação –, no âmbito das Artes Decorativas na arquitetura do período do Ecletismo, no contexto cultural e urbanístico entre os séculos XIX e XXI em Juiz de Fora, Minas Gerais, com destaque para a respectiva produção pela Companhia Industrial Pantaleone Arcuri.

O ladrilho hidráulico é um tipo de revestimento de pisos em edificações, de uso disseminado em conformidade às predileções estéticas que estavam se consolidando desde meados do século XIX, produto que passou a ser importado de Portugal, Bélgica e França para o Brasil, quando surgiram as primeiras fábricas de imigrantes italianos no país (OLENDER, 2011).

A “arquitetura eclética” surge na Europa e avança em meados do século XIX por vários países, influenciada pelos avanços tecnológicos decorrentes da Primeira Revolução Industrial. Seu estilo mescla diversas vertentes arquitetônicas, o que favoreceu o uso de diversos tipos de novos materiais e formas, dando à burguesia em ascensão a sensação de modernidade e oportunidade de usar da opulência para demonstrar sua riqueza e poder.

A segunda metade do século XIX no Brasil caracteriza-se por expressivas mudanças sócioeconômicas e tecnológicas, contemplando transformações também no âmbito da estética e nos modos de habitar e construir no país. Contexto que inclui um crescimento da industrialização associada ao domínio da produção cafeeira, no período da Proclamação da República, configurando determinados fatores que contribuíram, inclusive, para a consolidação de uma nova linguagem arquitetônica: a concentração de renda das oligarquias; os avanços na construção das malhas ferroviárias, possibilitando o transporte massivo de materiais industrializados e importados; e a existência de uma mão-de-obra especializada composta, em sua maioria, por imigrantes. Em tal contextualização histórica assinalada identifica-se o Ecletismo, movimento internacional que se caracterizou como um estilo que agrega diversas vertentes e linguagens estilísticas arquitetônicas, utilizando-se de forte influência dos avanços tecnológicos desse período histórico, relacionados a primeira Revolução Industrial.

O uso de tais características arquitetônicas se espalhou pelo mundo, chegando no Brasil, bem como na região onde hoje se encontra a cidade de Juiz de Fora. Isso se deve ao fato de que com a construção do Caminho Novo, em 1707, ligando a rota do ouro entre Vila Rica e o Porto do Rio de Janeiro, diversos assentamentos surgiram, dentre eles o Arraial de Santo Antonio do Paraibuna, em 1713. Quando, em 1850, o Arraial se desmembra e passa a chamar Cidade de Paraibuna em 1856, e em 1865 Juiz de Fora, que se tornará o município mais extenso da Zona da Mata Mineira.

O momento histórico a partir da emancipação da cidade, as características econômicas, sociais e culturais do período explanados mais adiante, quando se configura o estilo eclético na arquitetura de Juiz de Fora, é um preâmbulo para se chegar ao objeto de estudo: o ladrilho hidráulico, cuja produção nesse município alcança um destaque a partir da trajetória produtiva da empresa Pantaleone Arcuri & Timponi, fundada por dois imigrantes italianos, em 1895, mantendo suas atividades produtivas até a década de 1950.

Muitas edificações construídas em Juiz de Fora, no período aqui assinalado, atualmente permanecem em sua integridade estilística. Dentre casas particulares, estabelecimentos comerciais e edifícios públicos, muitos dessas construções são tombadas, algumas estão em processo de tombamento e outras sem esse reconhecimento, mas que mantêm as características do período assinalado. A esse respeito, ainda não foi possível a realização de um levantamento completo e atualizado sobre a existência do ladrilho hidráulico em seus locais originais, uma vez que a maioria dessas construções são de uso privado e boa parte delas possuem apenas o tombamento de fachadas e volumetria.

A presente abordagem sobre a técnica de produção e os materiais empregados na fabricação do ladrilho hidráulico, bem como os respectivos fatores de degradação, será desenvolvida tendo como objetivo último a formatação e a realização de uma ação educativa voltada para um público não especializado, no sentido último de contribuir para a preservação desses elementos em edificações onde ainda existam, na cidade de Juiz de Fora. E ainda, futuramente, conceber essa experiência como um projeto-piloto para outras ações com os mesmos objetivos.

Nos estudos e ações voltados para a salvaguarda do patrimônio cultural – de bens móveis, imóveis, de caráter material ou imaterial –, pode-se contemplar o potencial de ações educativas, para diversos públicos alvos, inclusive, no entendimento de que,

“[...] Toda vez que as pessoas se reúnem para construir e dividir novos conhecimentos, investigam para conhecer melhor, entender e transformar a realidade que nos cerca, estamos falando de uma ação educativa. Quando fazemos tudo isso levando em conta alguma coisa que tenha relação com nosso patrimônio cultural, então estamos falando de Educação Patrimonial” (CABRAL, 2012, p. 41-42).

Tendo em vista a concepção do potencial das conexões entre ações educativas e o patrimônio cultural, a presente investigação se propõe à organização de um projeto piloto para a transmissão de conhecimentos sobre o ladrilho hidráulico, dirigido para um público leigo formado de moradores de Juiz de Fora que têm alguma relação com esse material. Sendo o mesmo planejado um *workshop* em dividido cinco partes, a saber: uma entrevista inicial e individual com cada participante; uma visita técnica com o grupo a uma fábrica de ladrilhos hidráulicos existente em Barbacena; a realização de um mini-curso com o grupo, trabalhando dados históricos, conceitos e metodológicos; segunda entrevista individual para análise dos resultados; e a realização de um produto audiovisual sobre todo o processo. Ressaltando-se, ainda, as condições impostas e os protocolos que foram respeitados em relação à pandemia do Covid 19, a partir de 2020.

Nos termos das possibilidades concretas de disponibilidade dos participantes e dos prazos dados, trata-se de uma oportunidade para conceber e estruturar uma experiência – que se pretende dar continuidade – de uma ação de conscientização sobre o valor histórico e artístico desses bens móveis originais ainda existentes, para um público não especializado, no sentido último de contribuir para a sua manutenção, conservação e salvaguarda.

CAPÍTULO 1 - HISTÓRIA DA CIDADE DE JUIZ DE FORA: DA FUNDAÇÃO AO ECLETISMO

“Uma outra Juiz de Fora se ergueu e vem se erguendo. O grande arquiteto é o tempo”.

(JARDIM. In: DUARTE, 2016)

Em 1836, o engenheiro alemão Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld¹, então engenheiro-chefe da província de Minas, foi encarregado de construir a Estrada do Paraibuna, que ia de Ouro Preto ao Rio de Janeiro. Halfeld acabou se estabelecendo na região, entre as margens dessa Estrada, onde se formou o arraial de Santo Antônio do Parahybuna², povoado que, mais tarde, daria origem à cidade de Juiz de Fora. Em 1850, o arraial foi emancipado de Barbacena e elevado à categoria de vila, passando a se chamar Villa de Santo Antônio do Parahybuna; depois, em 1856, a cidade mudou de nome para Juiz de Fora, em homenagem a um ilustre desconhecido.

Quanto às origens do surgimento do nome Juiz de Fora há controvérsias. Duas teorias herdadas por Lindolfo Gomes e Albino Esteves, relatam que “Juiz de Fora” era uma expressão utilizada para se referir à um magistrado, do tempo colonial, nomeado pela Coroa Portuguesa, para atuar onde não havia Juiz de Direito. A outra versão diz que um “juiz” (magistrado) não habitante da cidade, esteve de passagem na região e hospedando-se por algum tempo numa fazenda chamada “Fazenda Velha”, próxima a qual, mais tarde surgiria o povoado de Santo Antônio do Parahybuna (OLIVEIRA, 1966). Outros historiadores, como Roberto Dilly³, acrescentam que este tal “juiz de fora”, depois de uma briga no Rio de Janeiro, se mudou para a região e a sede da fazenda que ele construiu ficou conhecida pelo nome de seu cargo, algo comum para a época. Depois de se desentender com moradores, o magistrado teria se mudado novamente, para São João Del Rei, destruindo a visão romantizada da história.⁴

¹ **Henrique Guilherme Fernando Halfeld** - Nome “abrasileirado”.

² **Santo Antônio do Parahybuna** – Nome anterior à reforma ortográfica

³ Conforme entrevista no link < <https://www.youtube.com/watch?v=J9F87LkjqW4> > Acesso 01 outubro 2021.

⁴ A discussão assinalada é tão antiga quanto à cidade. Paulino de Oliveira afirma que o influente médico e político Dr. João Penido, ouviu de seus antepassados que um prêmio de duzentos contos de réis foi oferecido para quem desvendasse tal mistério. (Ibd., 1966, p.15). Provavelmente, ninguém recebeu essa quantia, no mesmo sentido de que, até os dias de hoje, também não há comprovação sobre a origem do respectivo nome.

A proximidade dos pioneiros da cidade com a família imperial trouxe privilégios e desenvolvimento à região. A Estrada de Rodagem União Indústria, por exemplo, que liga Petrópolis à Juiz de Fora, foi a primeira rodovia *macadamizada*⁵ da América Latina. A concessão para a construção e custeio dessa estrada ficou a cargo do cafeicultor, então gestor da Companhia União e Indústria, Mariano Procópio Ferreira Lage. Tal companhia encampou grande parte da Estrada do Paraibuna, construída sob as ordens do engenheiro alemão, naturalizado brasileiro Henrique/Heinrich Halfeld, que também, nesse empreendimento, seria o responsável pelas obras do trajeto feito para encurtar a viagem e escoar a produção de café da região com mais facilidade, que viria a ser inaugurada por Dom Pedro II em 1861 (STEHLLING, 1979).



Figura 1 – Ponte Americana – trecho da Estrada Companhia União & Indústria

Fonte: Acervo Museu Mariano Procópio (MAPRO) – Fotografia: Revert Henry Klumb

⁵ Trata-se de um sistema construtivo, na época considerado revolucionário, em pavimentação de estradas, desenvolvido pelo escocês John Loudon McAdam, por volta de 1820, que consiste em assentar três camadas de pedras postas numa fundação com valas laterais para escoamento da água da chuva. O processo recebeu o nome de *Macadam* em homenagem ao seu criador.

Por conta da importante conexão comercial estabelecida pela estrada, a cafeicultura, que se desenvolveu ao redor de Santo Antônio do Paraibuna, transformou a Vila no principal núcleo urbano da região. Nela, a produção das fazendas se concentrava para ser transportada e comercializada na Corte, na cidade do Rio de Janeiro. Posteriormente, na década de 1870, o encontro da Estrada de Ferro Dom Pedro II com a Estrada União Indústria, também colaborou com o desenvolvimento e enriquecimento da região. Com esses meios de escoamento da produção, o plantio de café na Zona da Mata cresceu muito, e Minas Gerais se tornou uma grande província cafeeira.

Outro acontecimento vanguardista veio a ser a implantação da primeira fábrica têxtil movida à eletricidade – Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas (figura 2) –, em 1887, “empreendimento notável que, mais uma vez, veio colocar a cidade na vanguarda das cidades brasileiras” (OLIVEIRA, 1966, p.113). Desde então, em curto espaço de tempo, a região acumulou sucessivos avanços. Como a fundação da Companhia Mineira de Eletricidade em 1888; e a construção da Usina Hidrelétrica de Marmelos em 1889, a primeira da América Latina. O pensamento visionário de Bernardo Mascarenhas também propiciou a iluminação pública movida à energia elétrica, iniciativa pioneira na América Latina. Entretanto, esse período de prosperidade na região entrará em processo de declínio já na segunda década do século XX, quando a cultura do café se encontrava bastante desgastada na Província. Desse modo, a crise do café fez com que houvesse uma mudança de paradigma da cidade de Juiz de Fora, coincidindo com os avanços nos setores da indústria e da construção civil.



Figura 2 - Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas

Fonte: Acervo MAPRO – início séc. XX.

No contexto a partir de 1850, a evolução social, econômica e urbanística de Juiz de Fora, teve influência direta dos imigrantes que se mudaram para a região, quando o governo do Império passou a incentivar a vinda de imigrantes para o Brasil, também reforçada pelas vertentes abolicionistas que já existiam em terras brasileiras desde a Independência. Com a proibição do tráfico negreiro, por consequência da Lei Eusébio de Queirós⁶, a imigração foi uma estratégia implantada pelo Imperador Dom Pedro II, a partir da qual, entre os seus principais objetivos estava o povoamento de regiões vazias, a valorização das terras que seriam ocupadas pelos imigrantes, e a produção de alimentos que pudessem abastecer as lavouras de café. O fluxo migratório teve um desenvolvimento lento no Brasil, condicionado por fatores políticos nacionais e internacionais, “iniciando-se com a extinção do tráfico e, passando, depois, pela abolição, pelas crises econômicas do Brasil e [posteriormente] pela Primeira Guerra Mundial” (GASPARETTO JÚNIOR, 2014, p. 35).

⁶ **Lei Eusébio de Queirós ou (Lei nº 581)** - Promulgada em 4 de setembro de 1850, proibia o tráfico de escravos. Elaborada pelo ministro da Justiça, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara (1812-1868), durante o Segundo Reinado, foi a primeira das três leis que viriam a abolir gradualmente a escravidão no Brasil.

Em Juiz de Fora, dentre as principais transformações políticas, as primeiras referem-se às iniciativas de Mariano Procópio Ferreira Lage, que em 1855 conseguiu empréstimos para a introdução de colonos alemães na cidade para a construção da estrada União e Indústria, juntamente com suas famílias, artífices de diversos ofícios, entre eles: mecânicos, fundidores, ferreiros, carpinteiros, marceneiros, pedreiros, pintores, oleiros e etc. Além desses, foram contratados na França e Alemanha engenheiros e arquitetos para chefiarem a construção (STEHLING, 1979).

Dentre os imigrantes que vieram durante esse período, um número considerado referia-se à uma mão de obra especializada, desde técnicos, engenheiros, arquitetos e artífices, como ferreiros, pintores, e latoeiros. Em 1857, chegaram em torno de 1.162 imigrantes alemães, correspondendo a 20% da população total da cidade. Este grande grupo foi instalado em uma vasta área, nomeada Colônia D. Pedro II (figura 3), correspondendo hoje aos bairros de São Pedro, Borboleta e parte do Fábriça, loteado pelo Comendador Mariano Procópio e negociado como incentivo para a vinda dos imigrantes. A maioria deles foi designada para trabalhar nas plantações de café. Na ocasião, a intenção era colocar em prática um “projeto agrícola, que visava criar trabalho, alternativo à atividade escravista, na produção de bens de consumo interno, na ‘regeneração’ da agricultura e promoção da ‘civilização’ do país” (BORGES, 2000, p.90). Entretanto, a colônia não conseguiu manter-se por muito tempo, notadamente em função da ausência de mercado para os produtos plantados, associada à falta de incentivos para sua manutenção. Além disso, eram muitas as dificuldades com relação à língua, costumes, religião e o início das primeiras roças. Desse modo, muitos colonos foram abandonando suas terras e se fixando na cidade, somando-se àqueles trabalhadores braçais, operários, ligados à Companhia União e Indústria.



Figura 3 - Village da Colônia de Dom Pedro II.

Fonte: Acervo MAPRO. Década de 1860 – Fotografia Revert Henry Klumb.

No processo assinalado, os alemães foram aos poucos se integrando às atividades urbanas, pois, “com o fim das obras da rodovia, a maioria dos colonos já tinham se erradicado em Juiz de Fora. Alguns aproveitaram as poupanças conquistadas ao longo dos anos para se associarem, montando pequenas fábricas, ou estabelecendo-se no ramo comercial e de serviços” (GASPARETTO JUNIOR, 2014, p.63). Sendo assim, muitos imigrantes se tornaram então, carroceiros, sapateiros, marceneiros, operários, pedreiros, fabricantes de cerveja, etc, contribuindo diretamente para o desenvolvimento e crescimento industrial da cidade junto à população local.

Os italianos têm sua presença marcada na cidade desde a década de 1860, quando o crescimento de Juiz de Fora atraiu um número significativo de imigrantes, que se fixaram de forma espontânea na região. Muitos deles eram “artesãos ou proprietários de pequenas oficinas, onde, de uma forma doméstica, manufaturavam e comercializavam seus próprios produtos; eram eles funileiros, sapateiros, marceneiros, latoeiros, etc.” (CHRISTO, 2000, p.136).

Cerca de duas décadas mais tarde, às vésperas da Abolição da Escravatura, os fazendeiros e empresários do país aproveitam a oportunidade de conseguir contratar uma abundante mão de obra, sem o custo das passagens de navio - uma vez que o governo imperial tomou para si a responsabilidade de trazer os trabalhadores. A Lei Áurea⁷ ainda não havia sido assinada, mas a Lei do Ventre Livre⁸ e a Lei Dantas⁹ já existiam e, por esse motivo, a população escravizada diminuía consideravelmente. Segundo Hélio Silva “quanto ao problema abolicionista, os republicanos só se comprometeram fortemente, por volta de 1887, quando o presidente do Partido Republicano Paulista, Campos Sales, resolveu fazer em Santos uma conferência a favor da liberdade dos negros” (SILVA, 1975, p.47).

Coincidência ou não, os imigrantes italianos chegaram à cidade em 1887, e, no ano seguinte, dois importantes contratos foram assinados entre a Associação Promotora da Imigração e o Governo Imperial. Por força desses documentos, “a Associação se comprometia a, inicialmente, introduzir 30.000 imigrantes na província e, posteriormente, 25.000, no Sul de Minas. Sendo grande parte desses imigrantes, de origem italiana” (CHRISTO, 2000, p.130).

Com grande afluxo de imigrantes na região, a necessidade de abrigar todas essas pessoas fez com que fosse criada na cidade a Hospedaria Horta Barbosa, distante do centro, localizada na fazenda Tapera (onde hoje é o bairro Santa Terezinha). Esse prédio construído para os imigrantes foi incorporado em 1911 ao 2º Batalhão da Polícia Militar, onde permanece em funcionamento até os dias de hoje. Em 1888, com fins de normatizar o funcionamento da hospedaria, criou-se uma Inspeção Geral de Imigração, por meio da

⁷ **Lei Áurea** - foi decretada em 13 de maio de 1888, depois ter sido aprovada no Senado e assinada pela princesa Isabel. Essa lei decretou a abolição definitiva e imediata da escravatura no Brasil e foi resultado da forte pressão popular sobre o Império.

⁸ **Lei do Ventre Livre** - Entrou em vigor no dia 28 de setembro de 1871, sendo conhecida como uma das leis abolicionistas aprovadas no Brasil a partir de 1850. Essa lei propôs uma reforma da escravidão no Brasil, determinando que os filhos de mães escravizadas, nascidos a partir da sua data de aprovação, fossem libertos.

⁹ **Lei Dantas ou Lei dos Sexagenários** - Foi uma das leis aprovadas no Brasil com o intuito de promover a abolição do trabalho escravo de maneira lenta. Ela foi proposta por Manuel Dantas, reformada por Antônio Saraiva e aprovada pelo Barão de Cotegipe, em 1885. Determinava que escravos com mais de 60 anos seriam considerados livres.

qual os recém-chegados tinham o direito de ficarem hospedados por dez dias, até que assinassem os contratos com os respectivos empregadores, além de terem as passagens asseguradas para que todos os membros da família viessem ao Brasil.

Muito embora tenha havido um esforço institucional para suprir as necessidades dos imigrantes, os resultados da Imigração Subvencionada¹⁰ foram aquém do esperado, e, ainda em seu primeiro ano de funcionamento, a Inspetoria em Juiz de Fora foi fechada, fazendo com que muitos imigrantes começassem a reivindicar autonomia e terras. Com o tempo, as condições de hospedagem ficaram mais precárias e a realidade que os imigrantes encontravam quando chegavam era bem diferente da propaganda dos agentes de imigração. Em um espaço com capacidade média de 500 pessoas, cerca de 2.000 imigrantes ficou hospedada simultaneamente, sem as acomodações necessárias e sem cuidados básicos de higiene, o que acarretou surtos de doenças e indignação. Em 1889, uma epidemia de varíola provocou a suspensão da entrada de novos hóspedes, e o prédio foi fechado por cordão de isolamento sanitário. Em 1891 um novo surto de varíola assolou o local, deixando todos revoltados com as péssimas condições em que se encontravam. Já entre 1894 e 1895 foi a cólera que se espalhou entre os corredores e quartos do edifício.

A disseminação de doenças trazidas da Europa para a cidade foi mais um dos motivos de tensão entre os moradores da região e os estrangeiros recém-chegados que ansiavam por trabalho e uma vida melhor. Entretanto, mesmo com todas as adversidades, eles permaneceram na cidade.

“Embora Juiz de Fora esteja situada em zona de produção cafeeira e a ela deve parte de seu desenvolvimento, no momento da entrada de um segundo contingente mais numeroso de imigrantes italianos, a produção cafeeira não demandava de maneira significativa essa mão-de-obra, devido à permanência da maioria dos ex-escravos e o trabalho de diversas outras categorias de homens livres pobres, como peões, camaradas e agregados nas fazendas. Era a área urbana, com suas múltiplas atividades, que atraía aqueles que aspiravam uma vida melhor” (CHRISTO, 2000, p.128).

¹⁰ **Imigração subvencionada** – Foi inicialmente um investimento de fazendeiros, em seguida adotada pelo Governo Imperial. Estendendo-se de 1870 a 1930, visava estimular a vinda de imigrantes, dando direito a passagens, bem como o alojamento e garantia de trabalho inicial na lavoura ou na indústria. Foi aprovada em 1871, logo após a Lei do Ventre Livre.

A cidade oferecia oportunidade de crescimento e de expansão dos negócios através de cooperação familiar ou até por criação de pequenas sociedades, que envolviam os próprios italianos. Prova disso é que no início do século XX foi registrado uma crescente participação italiana nos empreendimentos da cidade, que estavam em expansão, e o aumento do número de sociedades entre negociantes italianos e brasileiros. Nesse ponto, apesar da maioria dos empreendimentos serem de oficinas pequenas, é possível constatar que houve também investimento dos imigrantes em fábricas, principalmente entre 1895 e 1921. Normalmente, tais categorias de negócios envolvidas – geralmente oficinas de calçados, manteiga, fogos, couro, biscoitos bebidas, móveis e etc. –, contavam mais com a sua própria força de trabalho, experiência e conhecimento do que com um investimento em maquinário e contratação de mão de obra. Dentre os trabalhadores napolitanos, muitos não possuíam nenhum tipo de curso ou conhecimento profissional específico, tampouco experiência técnica para montar seu próprio negócio.

Não há muitos estudos sobre os operários italianos em Juiz de Fora, mas é possível se encontrar algumas citações de incidentes, acidentes e até uma greve de âmbito nacional que teve desdobramentos na cidade em 1912, e que durou cerca de quinze dias. As reivindicações dos trabalhadores eram, dentre outras coisas, a diminuição da jornada de trabalho, de 10 horas para 8 horas por dia. As categorias mais atuantes foram os sapateiros, tecelões e operários da construção civil. Este último setor possuía uma parte significativa dos operários de Juiz de Fora, associados aos setores têxtil, do vestuário e toucador. Diante da ameaça dos grevistas de abandonarem a cidade em busca de outro trabalho, grandes construtores, como a Pantaleone Arcuri & Spinelli, Luiz Perry e Pedro Timponi, foram os primeiros a ceder às reivindicações.



Figura 4 – Funcionários na frente da Companhia Pantaleone Arcuri & Spinelli

Fonte: Acervo MAPRO. Início Séc. XX

1.1. A arquitetura eclética em Juiz de Fora

A arquitetura eclética desenvolve-se por volta da metade do século XIX, caracterizando-se como um estilo que se apropria de diversas vertentes arquitetônicas históricas, com forte influência dos avanços tecnológicos desse período histórico no âmbito da cultura ocidental no período da Primeira Revolução Industrial na Europa. Quando, em virtude desse intenso desenvolvimento industrial, houve uma grande difusão de materiais produzidos devido aos avanços da tecnologia e engenharia. Esses novos conhecimentos no setor impactaram também a arquitetura, que pôde inserir diferentes materiais em seus projetos, como o aço, o vidro e o ferro forjado. Materiais estes que anteriormente eram pouco utilizados nos projetos arquitetônicos e que ganharam força na arquitetura eclética.

Tendo em vista os novos gostos e prioridades da burguesia em ascensão, associadas à noção de progresso, maiores investimentos em serviços sanitários das

construções se tornaram uma forte tendência, dentre outras mudanças e melhorias incorporadas às casas, prédios públicos e particulares. Por esse motivo, a cultura desse estilo se estendeu por mais de cem anos, “com o fato de ter acolhido os mais variados elementos lexicais, extraindo-os de todas as épocas e regiões, recompondo-os de diferentes maneiras, de acordo com princípios ideológicos [...]” (PATETTA, 1987, p. 11). O gosto pelo pitoresco é evidenciado nas construções dotadas de lambrequins¹¹, estuques¹² e ornamentos de ferro fundido, aumentando o uso de protótipos industriais importados, demonstrando assim o desejo de ser moderno.

Em síntese, a arquitetura eclética buscava reviver os principais aspectos das construções históricas, mas trazendo um ar de novidade, dado pelos inventos da engenharia. Entretanto, esse ressurgimento e mescla de estilos anteriores, não foi bem aceito por diversos intelectuais, que criticavam publicamente sempre que tinham oportunidade. Como é o caso de Francisco Acquarone (1980), que afirma em seu livro *História das artes plásticas no Brasil*, que a arquitetura do século XIX é alicerçada no abandono do "colonial verdadeiro" em prol de "uma infinidade de casas horríveis" (Acquarone, 1980, p. 142, *apud* FABRIS, 1993, p.13). Ainda enfatizando que os arquitetos impunham seus critérios de gosto.

Outros arquitetos, como Ricardo Severo (1869-1940), apesar de ser um dos principais teóricos da "arquitetura tradicionalista", não condena o ecletismo, no entendimento de seu significado para um país que rompia com as amarras coloniais, havendo o desejo lógico de formar uma nova cultura que não remetesse à velha metrópole. No caso do Brasil, no momento da eclosão da arquitetura eclética, buscava-se o desenvolvimento da civilização deslumbrante, imaginando que, a partir da importação dos materiais para as construções, edificaria seu futuro livre. Assim como define Luciano Patetta, tais *revivals* coincidiram com a busca do assim chamado “estilo nacional”, que na Itália, por exemplo, se expressou através do neo-romântico ou do neo-renascentista; já

¹¹ **Lambrequim** - é um adorno recortado, contínuo, na madeira que arremata forros e beirais. Também conhecido como “madeira serrada”.

¹² **Estuque** – qualquer ornamento que é feita com uma argamassa feita de pó de mármore, cal fina, gesso e areia. Também se cobrem paredes, tetos com ele.

na França e na Inglaterra, do neogótico, e daí por diante (PATETTA, 1987, p.12). Nesse sentido o contexto e o pensamento dominante das elites do Brasil quanto à noção de “ser moderno a todo custo” intensificou a importação de produtos da indústria europeia, especialmente associada à arquitetura. Nessa linha de interpretação, entende-se que: “[...] o que a atitude poliestilística do ecletismo denota, não é apenas um fato artístico, mas uma nova organização social e cultural” que está surgindo (ibid, 1993, p.134). Contexto no qual o imigrante também desempenhava um papel fundamental.

Conforme aborda Christo (2000), a vinda dos imigrantes coincide com um momento de grandes transformações no espaço urbano em determinadas cidades brasileiras, especialmente na virada para o século XX, como saneamento de redes de esgoto, construção de cemitérios, pontes, drenagem de pântanos, pavimentação de ruas e etc.. Obras que se intensificaram, inclusive, por conta das reformas sanitárias desenvolvidas em função das epidemias que assolavam o país. E ainda, consubstanciadas pelas repercussões das reformas urbanísticas de Haussmann em Paris, ressalta-se a reforma de Pereira Passos no Rio de Janeiro assim como a de Aarão Reis, para a construção de Belo horizonte. É nesse contexto, econômico, social, político e cultural que a formação da cidade de Juiz de fora se insere.

Desde suas origens às margens do Rio Paraíba, suas características foram sendo transformadas pelo tempo, em função de um novo gosto marcado pelo poder aquisitivo elevado de uma nova classe social. Logo, onde se exibiam edificações que remetiam à colônia Portuguesa, foi-se adquirindo uma face moderna. Em pouco tempo, uma arquitetura mais sofisticada é introduzida nas ruas da região do centro, em direção ao Sul da cidade (hoje bairro Alto dos Passos) e principalmente na larga Rua Direita, hoje conhecida como Av. Rio Branco. Essas eram as regiões onde já havia investimentos públicos na época. As demais, do entorno, “pertenciam ao mundo do trabalho, só lentamente incorporada aos benefícios da *civilização*” (CHRISTO, 2000, p.142, grifo da autora).

Nessa trajetória, as construções de pau-a-pique e taipa¹³ foram sendo substituídas por tijolos e telhas do tipo Marselha¹⁴. Os beirais¹⁵ e as portas recebiam um acabamento mais elaborado e cuidadoso, quando começou a se adotar o uso da madeira serrada. As fachadas, agora, exibiam também os lambrequins¹⁶, e elementos feitos com estuque ou ferro fundido¹⁷. Os alpendres¹⁸ e jardins traziam um ar de requinte para nova Juiz de Fora, onde a emergente elite agroindustrial, que antepunha o conforto, o progresso e as novidades, decidiu adotar para si o Estilo Eclético de Arquitetura.

Segundo aponta a historiografia, três fatores foram fundamentais para as mudanças arquitetônicas assinaladas: a concentração de renda na região; a presença de malha ferroviária, responsável pelo transporte de materiais industrializados e importados para a região; e a existência de uma mão-de-obra especializada composta, em sua maioria, por imigrantes. Associado a esse processo, a divisão de trabalho em que a construção civil se encontrava configurou as demandas por mestres-de-obras, carpinteiros, marceneiros, marmoristas, pedreiros, vidraceiros, serralheiros e etc..

“Eram imigrantes, principalmente italianos, que dominavam essas técnicas concebidas na Europa, com utilização do ferro nos remates decorativos de grades, portões, sacadas e etc., trabalhos com vidro bisotado e jateado e os acabamentos em auto-relevo, em estuque, principalmente frontões das casas, formando um rico repertório de colunas, capitéis e guirlandas [...]” (ibd., 2000, p. 143).

No caso de Juiz de Fora, artífices, engenheiros e arquitetos foram contratados para trabalhar na construção da Estrada de Rodagem União & Indústria, por Mariano Procópio

¹³ **Pau-a-pique, ou Taipa de mão** é uma técnica construtiva antiga que consiste no entrelaçamento de madeiras verticais fixadas no solo, com vigas horizontais, geralmente de bambu amarradas entre si por cipós, dando origem a um painel perfurado que, após preenchido com barro, transforma-se em uma parede.

¹⁴ **Telha Marselha ou Francesa** - é feita de cerâmica e possui um acabamento reto, de encaixe, diferentemente da colonial que também é de encaixe, mas são em um formato de calha.

¹⁵ **Beiral** - é o prolongamento do telhado para além da vedação vertical externa, que pode ser feito tanto com madeira ou ser uma pequena laje, contribuindo para a proteção das paredes das chuvas e sol.

¹⁶ **Lambrequim ou Sinhanhinha** - Ornato de recorte de madeira ou de lâmina metálica utilizado no acabamento da beira do telhado.

¹⁷ **Ferro fundido** - é uma técnica de derretimento de metais com o calor e moldagem. Consiste em colocar o metal líquido em moldes com o formato desejado.

¹⁸ **Alpendre** - teto de uma só água, à entrada de uma edificação, suspenso de um lado por colunas ou pilastras e apoiado, pelo outro, contra uma parede do edifício.

Ferreira Lage. A medida adotada pelo comendador influenciou diretamente a arquitetura na região, tendo em vista que a maioria dos complexos arquitetônicos da própria União & Indústria foi construída no estilo eclético, adaptado pelas novas influências trazidas pelos imigrantes, podendo ser observado em algumas estações de diligências instaladas às margens da estrada, como a Estação de Serraria e a de Parahybuna – com colunas, alpendre, frontões¹⁹, cimalthas²⁰, tijolos aparentes, lambrequins e etc..

Como exemplo de outras construções nesse estilo, sob a responsabilidade de Mariano Procópio, pode-se destacar: as duas residências de funcionários Companhia e dos serviçais que trabalhavam em sua chácara, que foram construídas com tijolos aparentes e em estilo de chalé; muitas casas da colônia Dom Pedro II, foram edificadas em alvenaria aparente e telhas francesas; e outras, como as da Vilagem (atual Rua Bernardo Mascarenhas), que foram erguidas com uma técnica mais tradicional, e possuíam tijolos aparentes, estrutura de madeira e telhas artesanais curvas. Entretanto, considera-se como um marco no processo da incorporação do estilo eclético na conformação urbanística de Juiz de Fora, oficializada pela bibliografia da área, a construção do Fórum de Juiz de Fora, em 1878 (figura 5). Um prédio imponente, que chamou a atenção de todos, cuja inauguração contou com a presença de Sua Majestade Dom Pedro de Alcântara e Sua Majestade Dona Tereza-Cristina, outros membros da Corte e ministros de Estado. Hoje o prédio é ocupado pela Câmara Municipal de Juiz de Fora.

¹⁹ **Frontão** – Refere-se a uma construção arquitetônica de forma triangular que decora normalmente o topo da fachada principal de um edifício, sendo constituído por duas partes essenciais: a cimaltha (base) e as empenas (dois lados que fecham o triângulo). Inspirada da clássica greco-romana.

²⁰ **Cimaltha** - Saliência ou arremate na parte mais alta da parede, onde assentam os beirais do telhado. É a parte superior da cornija, que é uma faixa horizontal que se destaca na parede, com finalidade de acentuar as nervuras nela empregadas, assim como o conjunto de molduras salientes que servem de arremate superior às obras de arquitetura. É um elemento decorativo que também serve para proteção contra as águas pluviais.



Figura 5 - Fórum (Atual Câmara Municipal) de Juiz de Fora

Fonte: Acervo MAPRO. Fotografia Francisco Soucassaux. 1903.

Segundo Antônio Carlos Duarte (2016), a partir das últimas décadas do século XIX, muitos projetos foram encomendados a profissionais estrangeiros que contribuíram para a transição da cidade para o estilo eclético, tais como: Miguel Antônio Lallemand, arquiteto holandês da Estrada União & Indústria, que dentre outros edifícios projetou em 1878 a Igreja da Glória, a Cadeia Pública, e o projeto de urbanização do bairro Marianópolis (nos arredores do Moro da Glória), e em 1880 projetou a Praça municipal (atual Parque Halfeld);

Gregório Howyan, engenheiro, arquiteto, urbanista e sanitarista francês, foi designado como chefe de obras da cidade de 1892 a 1895, quando criou o plano de saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora. Também projetou o Hospital Santa Helena em 1893, e o prédio Diretoria de Higiene, em 1894, atual sede do Diretório Central dos Estudantes da UFJF;

Para os propósitos dessa pesquisa, dentre os arquitetos estrangeiros que contribuíram para as referidas construções desse período em Juiz de Fora, destaca-se

Raphael Arcuri, arquiteto nascido e formado na Itália, passou parte da infância e sua vida adulta em Juiz de Fora. Em seus estudos já demonstrava tendência em mesclar diversas técnicas contemporâneas, se especializando no estilo eclético. Sendo autor de diversos projetos, tais como: a Capela do Senhor dos Passos realizado em 1912; o Edifício Pinho em 1913; a Vila Iracema em 1914; o Clube Juiz de Fora em 1917; e o edifício das “Repartições Municipais” de 1916 a 1918, hoje Paço Municipal; o Prédio da Associação Comercial em 1918; e assim por diante. A partir de 1919 assume o cargo de Diretor técnico na Companhia de seu pai, Pantaleone Arcuri, e assim se destacam vários projetos, dentre os quais: Cine-Teatro Central de 1927 a 1929; Edifício Campi em 1930; Banco de Crédito Real de Minas Gerais de 1929 a 1931; dentre outros. Sendo um de seus últimos projetos na cidade, o da Casa d'Itália em 1939.

CAPÍTULO 2 – A TRAJETÓRIA DA COMPANHIA INDUSTRIAL E CONSTRUTORA PANTALEONE ARCURI

Nascido em 24 de agosto de 1867, na pequena cidade de Sant’Agata de Esaro, província de Cosenza, sul da Itália, Pantaleone Arcuri (figura 6) era filho de Angelo Raffaele Arcuri – pedreiro – e Rosalia Caglianone. No contexto geopolítico difícil da Europa, adentrando o século XX, e com a morte de Rosalia, a família decide embarcar para o Brasil, em 1876, como tantos outros milhares de imigrantes.



Figura 6 - Pantaleone Arcuri

Fonte: Arquivo UFJF. 1910

Sobre a imigração de italianos para o Brasil, Marcos Olender afirma que:

“Se na década de 50 haviam chegado só 24 imigrantes, este número iria aumentando, rapidamente, nos anos seguintes: na primeira década pós-unificação (1861) para 4916, na década de 70 chegando a 47100. No caso dos calabreses, como os Arcuri, segundo Núncia Santoro de Constantino, as causas da vinda teriam sido fundamentalmente, duas: - o forte incremento demográfico que quase dobrou a população entre 1810 e 1860; - a crise econômica determinada pela ausência de soluções aos problemas fundiários colocando frente a frente os ‘grandes proprietários de terra’ e ‘a massa constituída por agricultores, colonos, artesãos e mesmo pequenos proprietários’ (OLENDER, 2009, p.47).

Como já abordado no capítulo 1, o Brasil foi um território intensamente ocupado por imigrantes europeus, contexto em que a família Arcuri encontrou novas possibilidades de condições de vida, embarcando na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, em franco desenvolvimento econômico e urbano. Com aptidões no

âmbito dos ofícios da construção civil, logo encontrou trabalho como mestre pedreiro, empregado primeiramente na construção do túnel João Ricardo. Nesse momento, com dificuldades de cuidar de seu filho, com nove anos de idade, o leva de volta à sua cidade natal, deixando-o aos cuidados de parentes. Após onze anos Pantaleone Arcuri, enquanto se especializou no mesmo ofício de seu pai, retorna para o Brasil, desembarcando no Rio de Janeiro, onde permaneceu por pouco tempo, primeiramente se deslocando para a cidade de Valença, província do Rio de Janeiro. Em seguida foi trabalhar em Rio Preto, Minas Gerais, e, posteriormente se estabeleceu em Juiz de Fora, onde já havia mais de mil italianos instalados. Na cidade, Pantaleone Arcuri conheceu o mestre de obras Camilo Gomes Teixeira, que lhe deu o primeiro emprego como pedreiro, na construção de um prédio para o dr. Eduardo de Menezes²¹, localizado na Rua Direita, atual Av. Rio Branco (OLIVEIRA, 1959). De 1887 a 1890, Pantaleone trabalhou como pedreiro, mas depois, associando-se com Pedro Timponi, passou a empreiteiro de obras.

Alguns anos mais tarde, em 2 de abril de 1891, Pantaleone Arcuri casou-se com Cristina Spinelli²², e logo após o casamento seguiu o jovem casal para a Itália, onde Cristina deu à luz ao seu primeiro filho, que recebeu o mesmo nome do avô paterno Raffaele Arcuri. Pantaleone retornou ao Brasil sozinho em maio de 1892 e sua esposa apenas quatro anos depois, em companhia de Domenico Sirimarco, meio-irmão de seu marido, e do filho primogênito do casal, Raffaele Arcuri, que posteriormente teria um protagonismo na continuidade de seus empreendimentos. Em alguns locais é possível encontrar o nome abrigado de Pantaleone, sendo conhecido também por Pantaleão.

A empresa fundada em 1895 por Pantaleone, na cidade de Juiz de Fora, em sociedade com seu cunhado Pedro Timponi (figura 7), com o nome Pantaleone Arcuri & Timponi, sendo o seu primeiro empreendimento oficial em terras brasileiras. Muitos imigrantes italianos trabalharam nessa firma, sendo que, “uma boa parte desses operários era contratada na própria Itália e vinha direto para Juiz de Fora circulando por um esquema alternativo ao da simples imigração” (OLENDER, 2011. p. 54).

²¹ **Dr. Eduardo Augusto de Menezes** – Médico, diretor Municipal de Higiene, jornalista, escritor, fundador da Liga Mineira Contra Tuberculose, o Instituto Pasteur e Antiofídico.

²² Cabe observar que “seu casamento civil foi um dos primeiros aí realizados, tendo sido celebrante o industrial George Francisco Grande, que exercia ao mesmo tempo as funções de juiz de paz e vice-cônsul da Alemanha”.(OLIVEIRA, 1959. P. 14). O padre Loepoldo Caglianone, vigário da Chácara, foi quem oficiou a cerimônia religiosa.



Figura 7 - Pedro Timponi.

Fonte: Arquivo UFJF. [s.d]

Nesse período essa firma possuía uma rede de serviços bem diversificada, mantendo em funcionamento, em 1887, um armazém de viveres (molhados) e uma firma de construção localizados na esquina da Rua do Imperador (atual Av. Getúlio Vargas) com a Rua Santa Rita. Também possuíam um depósito de madeiras e materiais para construção e uma oficina de carpintaria, localizados na Rua Espírito Santo (OLENDER, 2011).



Figura 8 - Mapa atual da cidade (localização aproximada dos prédios citados acima)

Fonte: Google maps - Elaborado pela Autora Poliana Lopes

Em 8 de janeiro de 1889, o barbeiro e seu conterrâneo José Spinelli entrou como sócio na empresa, sendo então o nome da mesma transformado em Pantaleone Arcuri, Timponi & Cia. Já em 1900, com a desvinculação de Pedro Timponi a empresa passa por outra mudança de direção e de nome, se chamando então, Pantaleone Arcuri & Spinelli.



Figura 9 - José Spinelli.

Fonte: Arquivo UFJF [s.d]

Desde a sua instituição, a Construtora Pantaleone Arcuri & Spinelli apresentou, então, um grande crescimento, tornando necessária a construção de um complexo com espaço para lojas e oficinas (figura 10), que recebeu uma fachada imponente e requintada (figura 11). Galpões que abrigavam serraria, depósito de materiais como vidros, artigos sanitários, ferragens, dentre outros, e, posteriormente a produção de ladrilhos hidráulicos e telhas de cimento. Situada em um local privilegiado e estratégico, na área urbana de maior concentração comercial e das principais fábricas do município, próxima a uma usina geradora de eletricidade – a Companhia Mineira de Eletricidade (figura 12) – e o moderno sistema de transporte ferroviário. Alguns anos depois também foi erguido, ao lado esquerdo da fábrica, um alojamento para funcionários que imigraram da Itália. (GENOVEZ, 1988).



Figura 10 - Vistas da Construtora (impressão de propaganda)

Fonte: Arquivo UFJF [s.d]



Figura 11 - Cartão Postal fachada da empresa.

Fonte: Acervo MAPRO. [s.d]



Figura 12 - Vista da rua Espírito Santo (C.M.E. e Construtora Pantaleone Arcuri e Spinelli).

Fonte: Acervo MAPRO. [s.d]

Ao contexto do pleno crescimento econômico e da transformação urbana da cidade de Juiz de Fora, na virada para o século XX, esteve necessariamente associado o intenso desenvolvimento do setor da construção civil, cocebendo certo protagonismo à empresa de Pantaleone Arcuri e José Spinelli. Sendo então os seus serviços cada vez mais requisitados, notadamente na realização de muitos projetos e obras de construção.

No que se refere especificamente à produção, que já ocorria, de ladrilhos hidráulicos, é somente em 11 de novembro de 1905 que a Pantaleone Arcuri & Spinelli inaugura a prensa hidráulica para a produção dos mesmos. Evento que, inclusive, foi comemorado em um evento publicizado e contando com a presença de várias autoridades, como o Cônsul e Vice-Cônsul da Itália.²³ Em 1907 a empresa Pantaleone Arcuri & Spinelli anunciava ser a primeira fábrica de *ardósia artificial* da América Latina, produto

²³ Não se sabe ao certo as razões por detrás do fato de haver uma construção com ladrilhos hidráulicos fabricados por Pantaleone antes de se ter inaugurado a prensa. Possivelmente essa cerimônia foi um ato de marketing para ser oficializado esse caráter industrial da instituição.

inédito, originalmente apresentado pela empresa Eternit Suisse S.A. na Exposição Universal de 1906, em Milão. Tal evento causou grande impacto, levando a empresa, mais uma vez, ser destacada na imprensa local, nacional e internacional (OLENDER, 2011). A respectiva matéria-prima – amianto – era importada do Canadá, material com maior qualidade que poderiam obter naquele momento. Tal produto foi patenteado como ‘telhas de cimento’, que logo em seguida seria observado em muitas das novas construções da cidade (figura 13).



Figura 13 - Cartaz de propaganda das telhas de "cimento"

Fonte: Acervo MAPRO. [s.d]

O crescimento assinalado da Pantaleone Arcuri & Spinelli se potencializa com a efetiva inserção e atuação de Raffaele Arcuri (figura 14). Nascido em 27 de dezembro de

1891, em Sant’Agata di Esaro, onde viveu com sua família até 1896, quando imigram para o Brasil. Sua educação formal básica se inicia em 1901, ao ser matriculado no Collegio Granbery, onde estuda por sete anos. Em 1908 retorna ao seu país de origem, onde estuda engenharia e arquitetura, “realizando um dos sonhos do seu pai: o de ter um filho que dominasse o ofício da prancheta para poder elaborar, com conhecimento e requinte, os projetos a serem construídos pela sua Companhia” (OLENDER. 2011. P. 146). Em fins de 1911, ele retorna à Juiz de Fora como arquiteto-engenheiro, e muda seu nome para Raphael, variação brasileira do nome italiano. Casado com Isabella Mattei Arcuri traz além de sua esposa, os dois filhos: Pantaleone Neto e Cristina Arcuri (OLENDER. 2011).



Figura 14 - Raphael Arcuri

Fonte: Acervo MAPRO. 1930

Segundo Paulino de Oliveira, “o engenheiro Rafael Arcuri jamais deixou de considerar-se brasileiro, pois no Brasil foi gerado e aqui sempre exerceu suas atividades, dedicando-se de corpo e alma, ao lado dos irmãos, à obra que seu pai dispusera a realizar nesta cidade” (OLIVEIRA, 1959. p.15).

A atuação marcante de Pantaleone Arcuri e seu filho Raphael Arcuri, no que se refere à arquitetura eclética na cidade de Juiz de Fora, contribuiu para que o período de maior relevância na trajetória da empresa se configurasse no período de 1902 a 1939.

Durante esse período de prosperidade e inovação, a empresa se estruturou de tal forma a conseguir produzir materiais para suprir demandas para as próprias construções. Ao serem contratados para uma determinada construção, se responsabilizavam desde o projeto arquitetônico, até o fornecimento dos respectivos materiais, e muitas vezes chegando também às soluções no âmbito de bens móveis. Importavam e vendiam detalhes ornamentais em ferro fundido, objetos de louça para banheiros, vidros e vários outros objetos afins. Possuíam fábrica de ornamentos de cimento e produziam, através de moldes de molde e catálogos que circulavam na época, do exterior para o Brasil. Também fabricavam telhas, ladrilhos hidráulicos para os pisos, produziam e vendiam carroças, que auxiliavam no transporte dos seus materiais. Nesse sentido, eles dominavam o mercado com a oferta da maior parte dos insumos necessários para uma construção, e detinham também a mão de obra especializada para todas as etapas necessárias das obras. A Companhia chegou, inclusive, a diversificar seu âmbito de atuação no mercado, montando, na década de 1920, uma representação de automóveis FIAT, importados da Itália.



Figura 15 - Agência Autorizada de carros FIAT da Companhia.

Fonte: Acervo MAPRO. Década de 1920.

Em mais de meio século de existência, seus projetos executados – de autoria de Salvatore Notaroberto²⁴, do próprio Pantaleone Arcuri ou de seus filhos Raphael e, posteriormente, de Artur Arcuri, assim como as construções realizadas por ela a partir de desenhos de outros profissionais –, demonstravam a confluência de vários estilos arquitetônicos, no âmbito do Ecletismo. Nesse sentido, em função dos marcos aqui assinalados, a empresa continuou inovando e crescendo no cenário juizforano. Destaque e operacionalidade que resultou, inclusive, na formalização de contratos referentes à projetos e construções de um número considerável de edifícios importantes na cidade, que ainda se encontram minimamente preservados, destacando-se em sua paisagem urbana ainda nos dias atuais.

2.1. Principais construções da Pantaleone Arcuri & Spinelli

Ao longo das décadas de atuação da Companhia Pantaleone Arcuri, diversos conjuntos arquitetônicos foram projetados e construídos pela mesma, sendo que a grande maioria dessas edificações possui pouca ou nenhuma documentação disponível para pesquisa. Muitas delas nunca foram sequer objeto de estudo sistemático no campo da arquitetura ou do patrimônio histórico. Entretanto, muito embora não haja dados ou pesquisas capazes de balizar dados historiográficos para a presente pesquisa, cabe ressaltar aqui, em uma breve listagem, algumas dessas construções, seu ano de fundação e características básicas.

2.1.1. Parque Halfeld

A primeira contratação de real relevância da Companhia foi o Parque Halfeld. Inicialmente, a gleba que daria lugar ao parque foi adquirida do engenheiro Henrique Halfeld pela Câmara Municipal em 1854, com projeto paisagístico assinado por Miguel Antônio Lallemon. Já a execução ficou a cargo de Júlio Monfá e André Halfeld, contratados pelo Legislativo em 1880. No entanto, a obra do largo municipal não agradou a população pois segundo o historiador Marcos Olender (2011), o espaço não tinha unicidade. Inicialmente era um largo em frente à Câmara municipal, onde se instalavam circos itinerantes ou touradas e desde a década de oitenta do século XIX fora transformada

²⁴ **Salvatore Notaroberto** – arquiteto imigrante, funcionário de Pantaleone, responsável por muitos projetos da Construtora.

em Jardim Municipal, mas se encontrava em estado de abandono. Foi então que o Coronel Francisco Mariano Halfeld, decidiu reformular completamente o jardim com seu próprio dinheiro. A firma Pantaleone Arcuri & Spinelli foi contratada dia 14 de outubro de 1901 por vinte e seis contos de réis para a execução das duas etapas: o projeto e as obras. Desenhado por Salvatore Notaroberto, o espaço sofreu, ao longo dos anos, muitas intervenções, ressaltando um “levantamento de canteiros, abertura de ruas, fechamento de outras, um pavilhão central, uma casa para guarda do jardim, repuxos, lagos pontes e casas rústicas, reforma do gradil e demais embelezamentos do logradouro” (OLIVEIRA, 1959, p. 19). A proposta era construir no local um jardim em estilo inglês, modelo que predominou na Europa e no Brasil durante o século XIX e o início do XX.

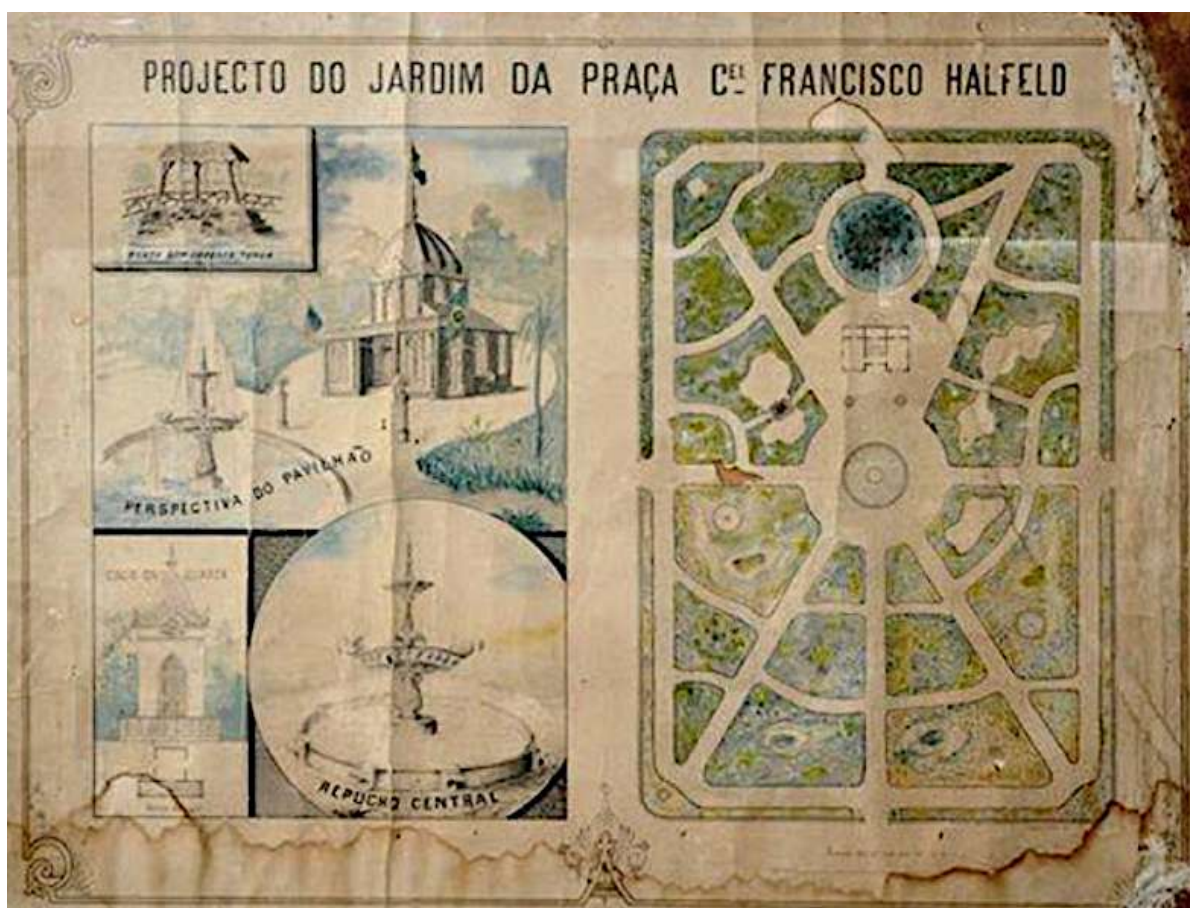


Figura 16 - Projeto do Jardim da Praça Coronel Francisco Halfeld.

Fonte: Arquivo UFJF. 1901

O espaço, hoje conhecido como Parque Halfeld, foi inaugurado em 5 de outubro de 1902, e ofertado à cidade pelo Coronel Francisco Mariano Halfeld. Paulino de Oliveira (1959) afirma que o contratante ficou tão satisfeito com o resultado de seu investimento que gratificou os construtores com a quantia extra de quinze contos de réis, como forma de agradecimento. O espaço arborizado continha um chafariz, um monumento em homenagem ao Coronel Francisco Mariano Halfeld, uma casa de guarda, duas pontes, três lagos artificiais, um coreto, um pavilhão da Biblioteca Municipal, passeios e jardins.



Figura 17 - Chafariz (coreto no canto esquerdo).

Fonte: Acervo MAPRO [s.d.]



Figura 18 – Biblioteca Municipal

Fonte: Acervo MAPRO [s.d]



Figura 19 - Monumento (no canto direito, uma ponte)

Fonte: Acervo MAPRO [s.d.]



Figura 20 - Lago (coreto ao fundo)

Fonte: Acervo MAPRO [s.d.]

Com essa inauguração, Pantaleone “consolidava-se como personagem fundamental da construção física e simbólica da cidade, entregando a ela aquele que viria a ser, literalmente, seu mais famoso cartão-postal” (OLENDER, 2011. p. 62).

Sssim como afirma Pedro Nava:

"Depois da casa do Barão e do Colégio Mineiro vinha a única coisa realmente bonita de Juiz de Fora. O Parque Halfeld de minhas gazetas, cheio de irrês e do grito das araras cujas flores lembravam as das flores; cheio da sombra verde das magnólias e das sapucaias, do sussurro das cauarinas e dos bambus, do murmúrio das águas da fonte central e das que caíam como cortina de contas de vidro, das pedras rústicas encimadas pela Cabana. As águas pareciam um espelho verde de em quando riscado de ouro, prata ou amaranite pelos peixes um instante visíveis e logo apagados dentro da sinopla dos limos. O jardim tinha a mesma graça tropical da quina da Boa Vista, do Passeio Público, do campo de Santana. Seu saibro gritava sob os pés e parecia salaçúcar de tão branco [...]" (NAVA, 2000. P.72).

2.1.2. Igreja de Nossa Senhora do Rosário

O respectivo terreno para que fosse construída uma capela dedicada à Nossa Senhora do Rasário foi doado à Rita de Cássia Tostes. Tendo sido sua pedra fundamental lançada em 1882, sua construção somente foi efetivamente iniciada anos depois, com a

contratação da firma de Pantaleone Arcuri & Spinelli, e inaugurada em outubro de 1905, com a cobertura da imprensa italiana e nacional. Situado no bairro Granbery, a edificação possui a fachada no estilo eclético, definida como Coríntio misto, destacando-se em seu projeto arquitetônico interno – com formação ovalada do teto e das paredes do altar – a inclusão de um potente um amplificador do som, fazendo com que essa igreja ainda seja considerada uma das construções de melhor estrutura acústica da cidade. Durante o ato inaugural, a Imagem de Nossa Senhora foi conduzida em procissão desde a Matriz, até a nova igreja, seguida por uma missa solene e a realização de vários festejos com queima de fogos de artifício.



Figura 21 - Interior da Igreja

Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia Poliana Lopes 10/11/22.



Figura 22 - Fachada da Igreja de Nossa Senhora do Rosário

Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia Poliana Lopes 10/11/22.

2.1.3. Villa Iracema

A edificação, hoje conhecida como Villa Iracema, localizada na rua Espírito Santo, número 651, foi construída em 1914, encomendada pela Sr^a Olympia Peixoto (de cidadania portuguesa residente na cidade de Juiz de Fora à época). Esse nome refere-se à homenagem que o pecuarista e empresário José Raphael de Souza Antunes fez à esposa durante as bodas de prata do casal, em 1943, após ter comprado o casarão de Olympia

Peixoto. Trata-se de uma das construções mais emblemáticas da cidade, sendo considerada por especialistas relevante por seu valor arquitetônico-artístico, sobretudo por conta de suas influências ecléticas do *Art Nouveau*. Em sua estrutura, dois blocos com dois pavimentos foram conectados em “L”, com uma varanda oblíqua em sua fachada, criando uma unidade visual entre os dois blocos.



Figura 23 - Parte da fachada da Villa Iracema.

Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia Poliana Lopes 10/11/22

O projeto de Arcuri e Spinelli teve como base um estilo arquitetônico bastante peculiar, sobretudo no sentido de refletir uma espécie de tensionamento sócio-cultural que contrapunha os sobrados imponentes de grandes fazendeiros ao estilo mais básico do centro. Região que possuía, inclusive, diversas construções destinadas a operários, fazendo com que a ocupação do território por classes mais abastadas fosse sinalizada pela robustez da arquitetura inserida. Segundo a historiadora Patrícia Falco Genovez diversos projetos criados para essa região da cidade representam, na verdade, o esforço de um grupo para tornar público sua ascensão social (GENOVEZ, 1998, p. 18).

A Villa Iracema teve o tombamento decretado pelo município de Juiz de Fora em 1999, através do decreto 6.505 e, após dois anos e meio, em 2021, teve seu processo de restauração concluído. O restauro recuperou a fachada da edificação, a volumetria dos ornamentos, grades, portais e esculturas. Atualmente a Villa é a sede do Instituto Oncológico do Hospital 9 de julho, tendo seu uso restrito para visitação.



Figura 24 - Ladrilho hidráulico no interior da Villa Iracema.

Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia Poliana Lopes 15/09/22

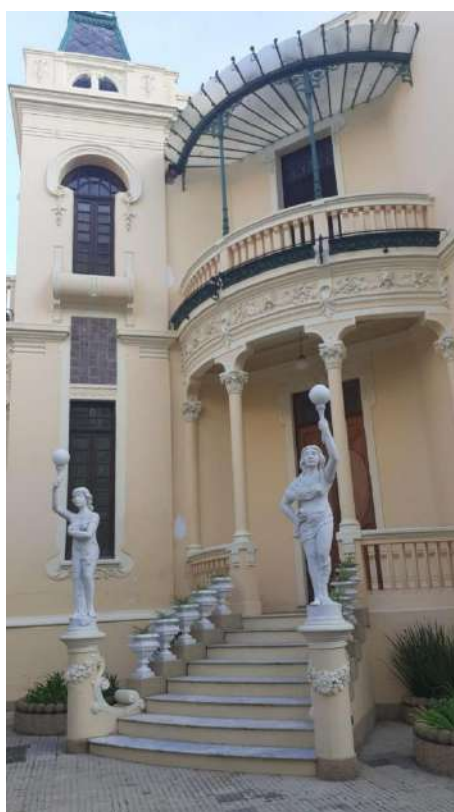


Figura 25 - Detalhe na lateral da fachada da Villa Iracema.

Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia Poliana Lopes 15/09/22.

2.1.4. Prédio da Associação Comercial

Em 12 de julho de 1896, a Associação Comercial e Empresarial de Juiz de Fora (ACEJF) foi fundada. Em 1918, o edifício da sede foi construído na praça Doutor João

Penido – conhecida popularmente como “Praça da Estação” – para atender ao crescente número de demandas provenientes de novas iniciativas de empreendimentos que, na ocasião, aproveitavam o fluxo comercial da oportuna inauguração da primeira usina hidrelétrica da América do Sul (Marmelos), em 1889. Em 1919, a cerimônia de inauguração desse edifício contou com visitas ilustres, como Rui Barbosa.

Para o projeto e execução dessa obra, realizados pela companhia Pantaleone Arcuri & Spinelli, houve uma especial preocupação com aspectos formais, tendo em vista que a Praça da Estação já representava, à época, um dos principais pontos de ocupação comercial da cidade. Em tais soluções estéticas, de influência neoclássica, Raphael Arcuri se empenhou na concepção de elementos para a sua monumentalidade e imponência, com destaque para a decoração interna, com pinturas em afresco realizadas pelo célebre pintor Ângelo Biggi.

Mais contemporaneamente, o edifício passou por algumas reformas e alterações para adequação de novos usos, sendo que em 2014 foi objeto de um grande trabalho de restauração, com critérios mais especializados, como parte de um projeto mais amplo de restauração as edificações históricas do entorno da Praça da Estação.



Figura 26 - Fachada da Associação Comercial de Juiz de Fora.

Fonte: Acervo digital Site Ipatrimônio

2.1.5. Edifício das “Repartições Municipais”

O prédio das Repartições Municipais é uma das construções mais significativas da cidade de Juiz de Fora, localizado na região central, ao lado do Parque Halfeld. O

terreno original, circundado atualmente pela Avenida Barão do Rio Branco e pela Rua Halfeld, abrigava uma antiga construção, que foi adquirida pela administração pública no ano de 1852, com a finalidade de dar origem a uma cadeia local e a câmara municipal. Prédio esse foi demolido em 1915, dando lugar à construção das Repartições Municipais em 1918, projeto de Raphael Arcuri (figura 27).

Ao longo dos seus anos de existência, essa edificação já passou por algumas modificações, sendo as mais relevantes uma ampliação na fachada lateral, realizada no ano de 1934, e uma ampliação interna no ano de 1944. O projeto de Arcuri previa, originalmente, dois pavimentos em estilo eclético com influências neoclássicas, apresentando rica ornamentação nas fachadas, contemplando diversos elementos tais como: balaustres, colunas, pilastras, balcões e o coroamento por meio de uma platibanda que envolve toda a construção, arquitrave, friso e cornija. Esse conjunto, que ficou conhecido como Paço Municipal, foi tombado pelo município em 1983, e desde 2001 foi ocupado por diversos órgãos públicos, como Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA), e a sala de projeção de filmes Anfiteatro João Carriço, e espaços de serviços de atendimento da prefeitura da cidade.

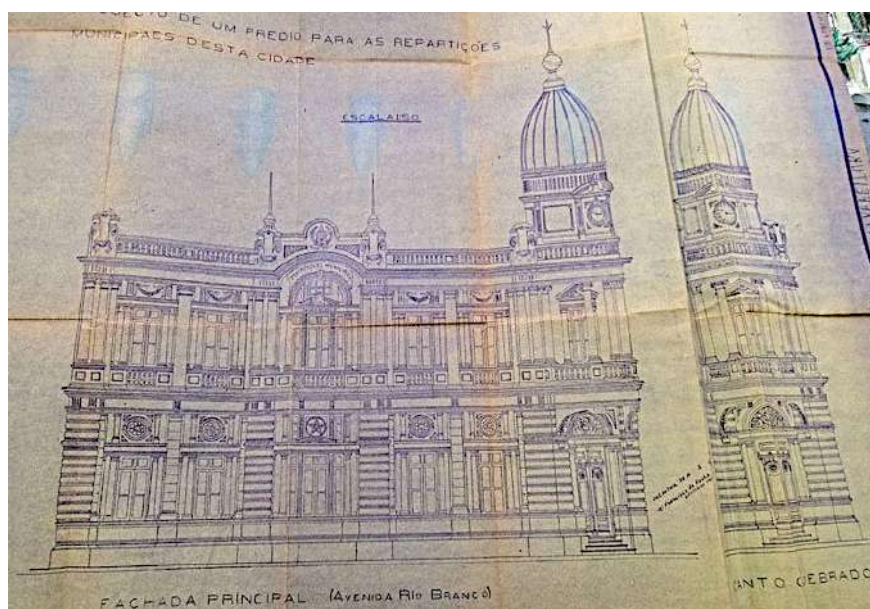


Figura 27 - Desenho técnico da fachada das Repartições Municipais

Fonte: Acervo Maria do Resguardo.



Figura 28 - Construção do prédio das Repartições Municipais, 1918.

Fonte: Acervo Maria do Resguardo

2.1.6. Edifício Ciampi

A construção do Edifício Ciampi se deu a partir da necessidade de realocação de um conhecido estabelecimento comercial do ramo automobilístico da cidade. Na ocasião, havia um incentivo municipal de isenção de pagamento de impostos e taxas municipais para edificações com mais de dois andares. Projetado por Raphael Arcuri, sua fachada combina o ecletismo com referências *art déco*, com predominância de formas geométricas, simetria e alguns detalhes sinuosos que remetem ao *art nouveau*. O edifício é objeto de estudo por evidenciar a conjugação de estilos diferentes utilizados por Raphael Arcuri e por ter sido considerado um arranha-céu na ocasião de sua inauguração.



Figura 29 - Fachada do Edifício Ciampi.

Fonte: Arquivo App JF Patrimônio.

2.1.7. Palacete Fellet

Palacete construído em 1918 pela família Fellet, que veio da Itália para o Brasil em 1889. O projeto, encomendado à Companhia Paltaleone Arcuri & Spinelli, apresenta vários elementos do *Liberty*, com um torreão ao centro e acentuada simetria nas laterais. O acesso à edificação era feito através de uma escada dupla, podendo ser associado à uma inspiração floreal ou uma citação Barroquizante. Na fachada, a edificação apresentava faixas ornamentais planas, com destaque para as denominadas *coup de fouet* (golpe de chicote), que se encontravam desenhadas sobre os arcos das janelas, remetendo à forma de laços de fita (OLENDER, 2011. p.218). Com influência *art-nouveau*, o palacete ainda

apresentava coroamento que se assemelha à um coreto, uma peculiaridade considerada bastante inovadora para a concepção das varandas da época.

Outro aspecto a destacar-se sobre a história dessa edificação se refere a que, após a morte de seus proprietários, foi vendida para uma empreiteira local, que começou o processo de demolição. Entretanto, o Ministério Público embargou a obra por conta das discussões avançadas sobre o seu processo de tombamento. Esse processo, que se iniciou em 1994 e que foi decretado somente em 2013, não conseguiu evitar invasões, demolições clandestinas e incêndios que descaracterizaram completamente a edificação, deixando-o em ruínas.



Figura 30 - Sequência de imagens do Palacete Fellet.

Fonte: Jornal Tribuna de Minas. 05/04/2016

2.1.8. Cine -Theatro Central

Localizado na Praça João Pessoa, cortada pela principal rua da cidade, a Rua Halfeld, o Cine-Theatro Central foi construído entre os anos de 1927 e 1929, e marca o início da simplificação na utilização de ornamentos na fachada dos projetos de Raphael Arcuri. No estilo *art-déco*, trata-se da primeira edificação em Juiz de Fora que utilizou o concreto armado em sua estrutura, sendo sua fachada formada por pilastras robustas com pouca ornamentação, apenas com apliques de estuque e arrematadas por “cabeças perfiladas” (OLENDER, 2011. p. 247).

Em seu interior, a edificação apresenta um vão livre de trinta e seis metros de extensão, com pintura ornamental executada pelo célebre artista Angelo Bigi e seus dois auxiliares, Heitor de Alencar e Carlos Gonçalves. No livro *Ornamento Ponto e Nó*, de

Marcos Olender, encontra-se uma citação de Cristina Teófilo de Oliveira que possibilita situar a importância do trabalho realizado por Bigi, à época:

[...] A pintura do Teatro Central tornou-se a maior obra de artes plásticas, em local público [sic], da cidade, acompanhando toda a extensão do moderno teto, das paredes, boca de cena, guarda-corpos, além das pinturas do saguão. Bigi utilizou a técnica clássica da têmpera sobre o reboco das paredes e o estuque, como também o recurso do molde vazado para a decoração fitomorfa e geométrica (OLIVEIRA, 1998, *apud* OLENDER, 2011, p.248).

Atualmente, o Cine-Theatro Central é gerido pela Universidade Federal de Juiz de Fora, palco para apresentações musicais, peças de teatro e eventos de grande porte, como os tradicionais festivais de música colonial brasileira.

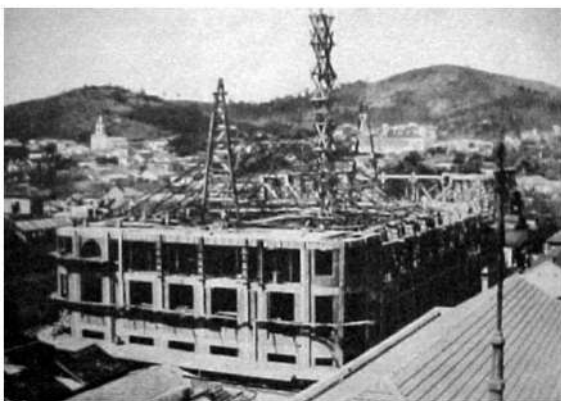


Figura 31- Construção do Cine-Theatro Cintral, 1928.

Fonte: Acervo digital. Blog Resgatando o passado



Figura 32 - Interior do prédio em 1940.

Fonte: Acervo Carlos Eduardo da Silva

2.1.9. Capela do Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos – Santa Casa

Construída em 1844, a capela Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos passou por uma importante reforma em 1860, poucos meses antes de receber a visita do Imperador D. Pedro II para rezar. Em 1912, uma outra reforma teve como base o projeto de Raphael Arcuri, que acabava de retornar da Itália após a sua formação em arquitetura, que transformou de maneira marcante as formas e estilo da capela. Sendo uma das mudanças mais radicais do projeto a substituição das duas torres laterais por uma torre central, e a estilização da sua fachada em estilo *neogótico*. Em termos técnicos, a inspiração estética do projeto não fazia uma referência ao gótico italiano, movimento esperado devido à sua nacionalidade e formação. Para a capela, Arcuri utilizou formas e volumetria gótica alemã, com uma torre agulha e textura utilizada para o telhado (coruchéu). O projeto

marcou uma espécie de apresentação do arquiteto à cidade e sua região, sobretudo por conta de sua chegada da Itália (OLENDER, 2011, p. 205).

2.1.10. Nova sede da Companhia Pantaleone Arcuri

As instalações da antiga Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri foram construídas pela própria empresa para abrigar a sua sede comercial, como já foi exposto anteriormente, podendo ser considerado como significativo para a memória da comunidade juizforana, não só por sua exemplar trajetória empresarial, mas também pelo trabalho do arquiteto Rafael Arcuri que contribuiu sobremaneira para a paisagem urbana característica das três décadas iniciais do século XX nessa cidade.

O prédio imponente, em estilo eclético, situa-se na esquina da parte baixa da Rua Espírito Santo, com a Avenida Getúlio Vargas, onde atualmente, funciona a Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC). Por seu valor de memória para a história urbana de Juiz de Fora, foi considerado parte integrante do setor histórico da Praça Antônio Carlos e tombado em 28 de dezembro de 1988 pelo decreto nº 4095/88. O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais emitiu parecer favorável ao tombamento do conjunto arquitetônico, tendo manifestado total apoio a decisão da Prefeitura de Juiz de Fora de proteger o referido bem, integrante do acervo histórico e cultural local. Conforme o:

“Art. 1º – Fica tombado o conjunto arquitetônico da antiga Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri, situado na confluência da Praça Antônio Carlos com a Avenida Getúlio Vargas e a Rua Espírito Santo, formado por duas unidades, assim descritas:

I – Unidade principal, que originariamente abrigou, na parte térrea, escritórios e lojas da Companhia e na parte superior, a residência de Pantaleone Arcuri e um hotel;

II – Unidade complementar, formada pelo remanescente das oficinas da Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri.
Art. 2º – Fica tombada toda sua volumetria, o tratamento plástico construtivo formado pelas suas fachadas e respectiva cobertura.
Fonte: Decreto de Tombamento²⁵.

²⁵ <https://jflgis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000012766> <último acesso 20/11/22>



Figura 33 - Nova sede da Construtora Industrial e Companhia Arcuri & Spinelli, 1923.

Fonte: Arquivo Histórico de Minas Gerais.

2.2. O declínio e a extinção da Pantaleone Arcuri & Spinelli

Depois do período de grande expansão e apogeu, a empresa entrou em declínio, por diversos fatores. Segundo Tiso Arcuri (1987), em seu depoimento, um dos pontos a contribuir para isso diz respeito à queda do protagonismo do patriarca, que durante muito tempo centralizou as responsabilidades e ações estratégicas da empresa, destacando-se à frente dos processos de importação de matérias-primas – como acontecia nesse período em todo o Brasil – desde pregos, vidros, peças de ferro fundido para ornamentação, louças sanitárias, fechaduras, telhas, ladrilhos etc..

A partir da década de 1930, no contexto do crescimento industrial no Brasil, no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), Pantaleone Arcuri já tinha quase setenta anos, o que dificultava sua adaptação às novidades do mercado. Nos anos seguintes, dirigida pelos filhos e netos, a empresa chegou a montar filiais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, onde suas obras, mesmo que em menor quantidade, ainda se faziam relevantes.

Em 1941, por exemplo, foram responsáveis pela execução da construção do conjunto arquitetônico Sulamérica²⁶. Após esse empreendimento, Raphael Arcuri voltou para Juiz de Fora e não realizou mais projetos, encerrando assim, “sua extensa e brilhante contribuição para a arquitetura” (OLENDER, 2011, p. 282). A implantação das Leis Trabalhistas em 1943²⁷ por Getúlio Vargas, bem como o processo de endividamento da Companhia em função investimentos equivocados, iniciou um processo de venda de vários imóveis da mesma para saldar débitos de grande soma.

Na ocasião da venda dos respectivos imóveis, a sede da empresa funcionava na esquina da Av. Getúlio Vargas com o lado esquerdo da Rua Espírito Santo. Os prédios antigos localizavam-se na rua Espírito Santo, do lado direito, quase um de frente para o outro. As construções vendidas foram as do lado direito da rua, ao lado da sede da C.M.E, que englobavam a casa antiga do Pantaleone, bem como os antigos galpões onde funcionavam as oficinas e as fábricas de carroças, de ladrilhos e de ornatos. Também foi vendido um espaço onde trabalhavam na fragmentação de pedras para a produção e venda de brita. Na parte nova, onde a empresa continuou funcionando normalmente, havia a loja, os escritórios, almoxarifado, carpintaria, oficinas, fábrica de ladrilho, fábrica de ornatos, depósitos, dentre outros ambientes (ARCURI, 1987, p. 11).

Apesar dos esforços para conseguir manter a empresa funcionando, a Construtora Pantaleone Arcuri encerra as suas atividades entre as décadas de 1940 e 1950, sendo que não há documentos disponíveis que confirmem essa data precisa. É possível que tais documentos estejam em um lote grande de acervo documental recebido pelo Arquivo Histórico da UFJF, mas ainda não foram separados e organizados. Apesar de muitas

²⁶ **Edifício Sulacap** - O conjunto arquitetônico Sulacap/Sulamérica está localizado na Avenida Afonso Pena, na área central da cidade de Belo Horizonte, em uma das avenidas mais conhecidas e importantes da capital mineira. O projeto dos edifícios foi assinado pelo arquiteto italiano Roberto Capello em 1941. As duas torres que compõem o conjunto são idênticas e simetricamente implantadas em lote triangular. O conjunto é uma das obras mais emblemáticas edificadas no período de verticalização da capital mineira. Construído com uma praça entre as duas edificações, o conjunto, com o passar dos anos, foi perdendo suas características originais em função das diversas intervenções realizadas por suas administrações. O conjunto arquitetônico Sulacap/Sulamérica é no estilo art déco, com a simplificação formal das linhas gerais.

²⁷ **Leis trabalhistas** - De março de 1931 a fevereiro de 1940, foram decretadas mais de 150 leis novas de proteção social e de regulamentação do trabalho em todos os seus setores. Entre os direitos garantidos, estão o salário-mínimo, a carteira de trabalho, a jornada de oito horas, as férias remuneradas, a previdência social e o descanso semanal. A CLT regulamentou ainda o trabalho da mulher e do menor de idade e estabeleceu a obrigatoriedade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

fontes afirmarem o fim de seus trabalhos na década de 1940, a entrevista com Tiso Arcuri (1987), neto de Pantaleone, afirma que ele foi contratado pela empresa em 1952. Além disso, os ladrilhos hidráulicos da casa do sítio citado na introdução deste trabalho, datam de 1953, e as peças removidas dessa construção possuem em sua parte de trás, a marca da Companhia.



Figura 34 - Ladrilho instalado em 1953 - frente



Figura 35 - Ladrilho instalado em 1953 -costa.

Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia: Poliana Lopes Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia: Poliana Lopes 13/08/21

No destaque da imagem abaixo, deriva-se na marcação em relevo: na parte superior, a sigla C I C, que significa Companhia Industrial e Construtora; ao centro, P A, que significa Pantaleone Arcuri, acompanhado do triângulo representando Minas Gerais; e na parte inferior está escrito J FORA, de Juiz de Fora.



Figura 36 - Costas do ladrilho – Ilustração com detalhes de letras para facilitar a leitura.

Fonte: Arquivo pessoal. Ilustração e Fotografia: Poliana Lopes 13/08/21

Pelo exposto, é possível aferir a relevância de Pantaleone Arcuri e seu legado para a história da cidade de Juiz de Fora, não só por sua contribuição no âmbito do desenvolvimento econômico e da geração de emprego, como também para a evolução urbanística da cidade, cuja memória deve ser valorizada e preservada.

CAPÍTULO 3 - O LADRILHO HIDRÁULICO: ORIGENS, TÉCNICAS, PRODUÇÃO E PRESERVAÇÃO

Este capítulo refere-se à técnica de fabricação do ladrilho hidráulico, seus usos ao longo das distintas temporalidades históricas, aqui na ênfase da arquitetura eclética, suas características físico-químicas, sua importância construtiva e estética para a história da arquitetura, seus agentes de degradação e especificações de conservação e restauro, e sua relevância no caso da história urbana de Juiz de Fora.

3.1. Artes decorativas

O ladrilho hidráulico se enquadra na classificação das artes decorativas, ou das “artes aplicadas à arquitetura”, conceito utilizado para classificar tipologias em trabalhos ornamentais ou funcionais que, no âmbito específico do período do Eclétismo, trata-se de um vasto campo de composições e estudos pertinentes.

As definições em relação aos estilos e padrões ornamentos estão diretamente ligadas a necessidade de expressão estética da humanidade, consubstanciada nas aspirações de agregar valor estético à objetos produzidos para várias finalidades e ambientes construídos. Nesse sentido, no caso da arquitetura, desde a Antiguidade diferentes culturas desenvolveram técnicas para o revestimento das superfícies. Os povos mesopotâmicos, por exemplo, criaram os tijolos vitrificados, que tinha como objetivo cobrir e decorar as paredes externas dos *zigurates*, das muralhas e das portas de entrada dos núcleos urbanos. Além disso, os ornamentos também protegiam as construções de alvenaria com tijolos de barro contra a infiltração das águas dos rios, que transbordavam nos períodos de chuva (DOMINGUEZ, 2016, imput KRAMER, 1969).

Segundo a obra “Ornamento e decoro em Alberti e Vitruvius”:

[...] é de máxima utilidade e da maior dignidade porque pressupõe a congruência entre aquilo que é e aquilo que aparece. Aplicado à arquitetura, este conceito intervém na determinação de uma hierarquia de beleza, distribuindo a ornamentação de maneira que convenha ao tipo de construção, e que esteja de acordo com a posição social de quem a habita ou as funções a serem desenvolvidas no edifício (LOWEN; D’AGOSTINO, 2004, p. 70).



Figura 37 - Estandarte de Ur

Fonte : Acervo digital. Site Ensinar História

No Egito Antigo, a ornamentação por meio de afrescos, pinturas murais, relevos esculpido em pedra, pinturas em papiro, dentre outros, continham imagens de caráter simbólico/rememorativo eram fundamentados, sobretudo, na crença da imortalidade da alma.



Figura 7 - Fragmentos de mosaicos encontrados no anexo do Palácio Real de Medinet Habu, na cidade que leva o mesmo nome.

Fonte: Acervo digital. Site Descobrir Egito.

Outro elemento das artes decorativas a se destacar refere-se ao mosaico. Aplicados em paredes e abóbodas de igrejas e basílicas, representando personagens e passagens bíblicas, enaltecendo imperadores, em composições minuciosas e coloridas, transmitindo suntuosidade e esplendor. Ainda tomando a Grécia Antiga como parâmetro nos estudos sobre as artes decorativas, para além da representação do corpo humano, observa-se o uso do ornamento para preencher lacunas com formas geométricas ou orgânicas, esculpidas em colunas, obeliscos, paredes, muros, templos, painéis, portas, cerâmicas etc. Sendo o mosaico inicialmente produzido com seixos de rios, e, assim como em outros períodos da história, serviram de base para realização de decorações utilizadas em superfícies murais, pisos dos palácios e residências de pessoas abastadas. O termo grego *mousaikón* significa *obra paciente*, e aplicado ao contexto, tem o sentido de um trabalho que necessita de paciência para ser feito, algo digno das musas (OLIVEIRA, 1994). No entanto, a pesar da origem do nome, o uso dessa técnica se tornou marcante no período Bizantino.



Figura 39 - Mosaico - Catedral de Monreale - Sicília.

Fonte: Livro A História da Arte – E. H. Gombrich. 1999, p 137.

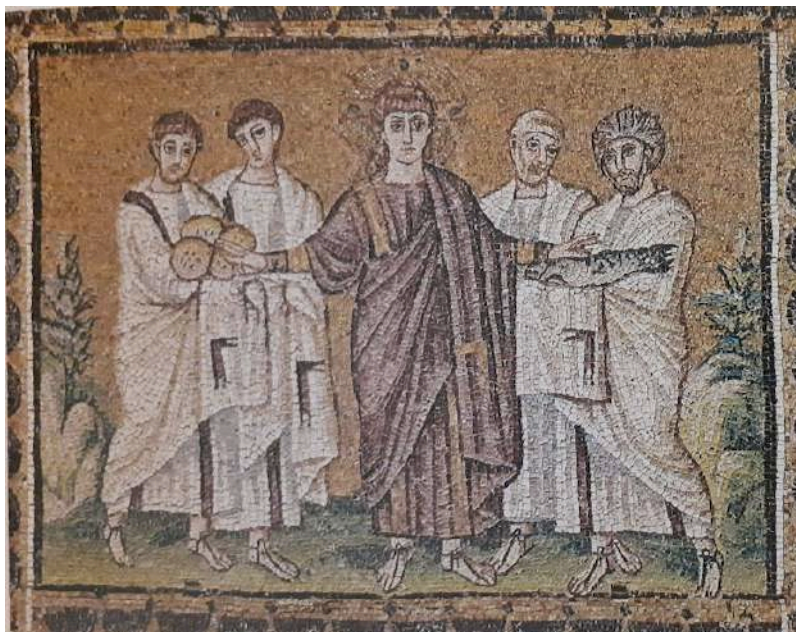


Figura 40 - Mosaico - Basílica de Santo Apolinário, o Novo - Ravena.

Fonte: Livro A História da Arte – E. H. Gombrich. 1999, p 140.

A partir do desenvolvimento da técnica e fabricação dos tijolos vitrificados surgiram os primeiros mosaicos. Um dos primeiros que se tem registro, chamado “Estandarte de Ur” (figura 37), foi encontrado durante escavações arqueológicas no cemitério real de Ur, hoje é o sul do Iraque, uma importante cidade da Civilização Suméria, na antiga Mesopotâmia. As faces do estandarte são cobertas por pedras semipreciosas e conchas, que representam as rotinas cotidianas e domésticas dos sumérios fora dos períodos de guerra (GOMBRICH. 1999).

Especialmente relacionados à construção de templos monumentais, a historiografia identifica o período de esplendor regido pelo Império Romano do Oriente, também conhecido como Império Bizantino, no período entre 330 a 1453 d.C, com capital administrativa na cidade de Constantinopla, na Turquia (GOMBRICH, op.cit). O mosaico também foi utilizado pelos egípcios para decorar sarcófagos, colunas e paredes de templos (Id. 1999). (Figura 38)

Outro importante período tratado pela história das artes e técnicas ornamentais na arquitetura refere-se ao período do Renascimento, movimento cultural, econômico e político que se desenvolveu na Itália entre os séculos XIV e XVII, cujos preceitos foram

fortemente influenciados pela Antiguidade Clássica. A partir da permanente busca pela proporcionalidade e harmonia, inspirados especialmente nos preceitos estéticos greco-romana, a perfeição era a busca constante dos escultores e arquitetos renascentistas, que investigavam linhas bem estruturadas, círculos e ornamentos perfeitos, fundamentados rigorosamente no:

“[...] termo *ornamentum*, carregado dos significados de ordem e adorno importados do grego *kosmos*, inicia o seu futuro encontro com a palavra latina *ordine*. [...] E este encontro se dá coroando o esforço renascentista de individualização e regulamentação do binômio ordem/ornamento, tentativa esta que se procura estender a toda produção arquitetônica do período” (OLENDER, 2021. p. 27).

3.1.1. A ornamentação no Eclétismo

A arquitetura eclética desenvolveu-se na Europa, por volta da metade do século XIX, caracterizando-se como um estilo que agregava diversas vertentes e linguagens estilísticas arquitetônicas, com forte influência dos avanços tecnológicos desse período histórico, advindos da primeira Revolução Industrial. Segundo Luciano Patetta:

“O Eclétismo era a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa que dava primazia ao conforto e amava o progresso (especialmente quando melhorava suas condições de vida), amava as novidades, mas rebaixava a produção artística e arquitetônica ao nível de moda e gosto” (PATETTA, 1987, p. 13).

É procedente aferir que, por séculos, os ornamentos na arquitetura levaram significados e importância distinta. Podendo-se conjecturar que a quantidade utilizada em um ambiente e sua qualidade estética estivesse diretamente relacionada ao poder e *status* social das lideranças locais. Nesse sentido,

[...] é de máxima utilidade e da maior dignidade porque pressupõe a congruência entre aquilo que é e aquilo que parece. Aplicado à arquitetura, este conceito intervém na determinação de uma hierarquia de beleza, distribuindo a ornamentação de maneira que convenha ao tipo de construção, e que esteja de acordo com a posição social de quem a habita ou as funções a serem desenvolvidas no edifício (LOWEN; D’AGOSTINO, 2004, p. 70).

No caso do Brasil, as transformações de gosto decorrentes desse estilo arquitetônico, também fonte de polêmicas, ocorreram em várias cidades que se modernizavam, principalmente as que estavam em processo de desenvolvimento diretamente relacionado à industrialização e à economia cafeeira, já no contexto após a Proclamação da República. Conforme aponta a historiografia sobre esse contexto social,

econômico, político e cultural, três fatores foram fundamentais para a consolidação dessa nova linguagem arquitetônica: a concentração de renda das oligarquias; os avanços na construção das malhas ferroviárias – possibilitando o transporte massivo de materiais industrializados e importados – e a existência de uma mão-de-obra especializada, composta, em sua maioria, por imigrantes.

A introdução das artes decorativas que se dá no Brasil nos primeiros anos do século XX, somente foi efetivamente estudada por autores locais nas décadas de 1920 e 1930, onde se pode encontrar como tema comum: “o objetivo utópico de nacionalizar a arte brasileira a partir da arte decorativa” (GODOY, 2005. p. 317). Na ocasião, acreditava-se que a arte decorativa poderia abrir caminho para um estilo próprio, que diferenciaria a arte brasileira das demais. Pintores como Eliseu Visconti e Theodoro Braga – precursores do estilo *Art Nouveau* – eram adeptos desse conceito de nacionalização da arte brasileira, através da arte decorativa.

As artes decorativas, então, se disseminaram pelo país, assim como em todo o mundo ocidental, por ocasião do barateamento do papel utilizado como suporte para o desenho, o que auxiliou na transmissão internacional de modelos ornamentais. Nesse sentido, inúmeros catálogos puderam ser criados e, posteriormente, surgiram volumes enciclopédicos, catálogos comerciais e guias de estilos e decorações, sobretudo na França e na Inglaterra. Autores como Sodin & Howard (1996), Valérie Nègre (2006) e Lambert (1983), dentre outros, “são unânimes em apontar uma intensificação editorial crescente ao longo da segunda metade do século XIX e até as primeiras décadas do século XX” (LIMA, 2008. p. 155). Nesse mesmo processo, o aperfeiçoamento da fotografia também se tornou um poderoso facilitador no que diz respeito à difusão das ideias e padrões do *design*.

Além das pinturas e acessórios que as paredes das edificações recebiam, os revestimentos dos pisos também contribuíram para a ornamentação do ambiente com os ladrilhos hidráulicos. Tais revestimentos são mencionados como:

“[...] representantes de patrimônio cultural a ser preservado, tanto do ponto de vista material quanto imaterial, uma vez que a produção artesanal deve ser resguardada e passada de geração em geração, mesmo que a tecnologia dos processos avance” (LAMAS, LONGO, SOUZA, 2018. p. 3).

Outra variável importante foi o desenvolvimento tecnológico dos meios de transporte. As ferrovias, principalmente, contribuíram para que a arquitetura do fim do

século XIX alcançasse um nível elevado de realizações técnicas de tal maneira, que o exterior das habitações imitava com perfeição os detalhes de construções do estilo de todas as épocas (REIS FILHO, 1970). E no interior das casas não era diferente. Os materiais que revestiam as paredes e os pisos, como os papéis decorativos e os azulejos, nas salas de almoço, cozinhas e banheiros, os pisos das áreas sociais, feitos de "tábuas com junções em macho e fêmea, produto das novas serrarias mecânicas, mais perfeitas que os velhos tabuados, que vinham substituir produtos de serra manual e sem junções", bem como o parquet "com desenhos de madeira em várias cores". Também nos pisos das denominadas "áreas de serviço", ou as cozinhas e banheiros, eram empregados ladrilhos hidráulicos, apoiados sobre abobadilhas. Esses revestimentos davam um ar de "refinamento, nos saguões ou nos jardins de inverno, onde não seria muito adequado um piso de madeira", onde "utilizavam-se também mosaicos coloridos, formando desenhos ornamentais" (Op.cit, 1970. p. 160).

Em tal processo arquitetônico e urbanístico assinalado, se enquadra a história de Juiz de Fora, que, emancipada em meados do século XIX, foi responsável pela exploração de uma extensa área de produção cafeeira, trazendo indústria, avanço tecnológico e recursos financeiros para a região. Segundo Paulino de Oliveira (1966), os fundadores da cidade, considerados de maior influência, Henrique Halfeld e Mariano Procópio Ferreira Lage, possuíam uma relação próxima com a Família Imperial, o que facilitou o desenvolvimento da mesma no período que ficou caracterizado por seu pioneirismo em vários setores. Nessa trajetória, a então criada Companhia Mineira de Eletricidade (C.M.E.) pode ser considerada um paradigma por haver sido a primeira usina hidroelétrica da América Latina, inaugurando a iluminação pública movida à energia elétrica e a utilização desta em fábricas têxteis. O autor assim a descreve:

"Nenhum dos títulos conferidos a Juiz de Fora por personalidades ilustres que visitaram e admiraram o seu progresso, desde os anos de sua existência com foros de cidade, lhe calhou tão bem como o de 'Manchester Mineira', a ela atribuído, logo se vê, em virtude do extraordinário desenvolvimento industrial e, principalmente, de sua indústria têxtil" (OLIVEIRA, 1966, p. 201).

Ainda quanto à evolução histórica e urbanística de Juiz de Fora, outro ponto a se ressaltar diz respeito às transformações que ocorreram através das iniciativas do governo do Império em relação ao incentivo da imigração de mão de obra para o Brasil, como já

foi exposto aqui no capítulo 1, o que contribuiu sobremaneira nas construções na cidade nos moldes da arquitetura eclética.

3.2. O ladrilho hidráulico

O precursor do ladrilho hidráulico remete à técnica denominada *opus sectile*, que consistia em posicionar pedaços de mármore de diferentes cores e dimensões, cortados de maneira a formarem um trabalho do tipo marchetado. Essa técnica foi também chamada de *cosmatesco*, proveniente da família romana dos “Cosmati”, que produziram esse material e estilo no século XIII, conhecido a partir do século XVI como “mosaico florentino” ou *lavoro dicommeso* (DOMINGUEZ, 2016). (figuras 41 e 42)



Figura 8 - Mosaico Igreja dos Remédios – Sevilha. (1782)

Fonte: Acervo digital. Site Glossário Arquitetônico



Figura 42 - Mosaico em estilo *Lavoro dicomesso* - Roma.

Fonte: Acervo digital. Site Glossário Arquitetônico.

A despeito da imprecisão nos dados históricos sobre o primeiro exemplar de ladrilho hidráulico, segundo Navarro e Morán (2010) a técnica de produção do ladrilho hidráulico baseou-se na técnica *banchetto*, que consiste na compactação do cimento natural²⁸ umedecido seguido de aplicação, com espátula, de uma fina camada de cimento colorido que, após a secagem é submetido a polimento manual. O aprimoramento desta técnica, que surgiu na Itália por volta do século XII, possibilitou a produção de ladrilho de cimento natural com aspecto similar ao mármore.

Na evolução do processo de criação e adaptação dos artefatos cerâmicos, sobretudo visando a criação de padronagens mais elaboradas, bem como a melhor divisão dos espaços ilustrados, a azulejaria difundida na Península Ibérica apresenta forte relação com as peças desenvolvidas na fabricação dos ladrilhos hidráulicos, como é possível observar nos azulejos em estilo colonial produzidos em Portugal, datados do século XIX (DOMINGUEZ, op. cit).

²⁸ Antes da descoberta do cimento Portland, utilizavam-se como ligante e agregado para argamassa o cimento natural, obtido a partir da queima de uma mistura natural de calcário e argila.

A partir de meados do século XIX, a busca por melhores revestimentos resultou, em um método de produção de ladrilhos que apresentaram melhor qualidade, produzido por Etienne Larmande e Auguste Lachave ²⁹, na cidade francesa de Viviers. Anos mais tarde, o empresário Felix Guilhon abriu a sua fábrica de ladrilhos Guilhon-Barthélemy em Avignon onde modificou e aperfeiçoou a técnica e a partir desse momento, essas peças decorativas passaram a ser exaustivamente aplicadas na construção (CAMPOS, 2011).

A técnica e a produção do ladrilho hidráulico tornaram-se mais difundidas após a empresa Garreta Rivet y Cia, instalada na cidade de Barcelona, ter exibido uma coleção de suas peças na Exposição Universal de Paris, em 1867 (NAVARRO e MORÁN, 2010). Produzido inicialmente de forma artesanal, esse material de revestimento foi sendo introduzido em residências, notadamente na região da Provença, França, seguindo pelo norte da África, na Ásia, por quase toda a América do Norte, chegando também na América Latina ao final do século XIX. Em algumas regiões sendo importados, em outras, fabricados artesanalmente.

A disseminação do ladrilho hidráulico pelos continentes fez com que os termos usados para referir a este tipo de revestimento variassem conforme o idioma de determinada região – *hydraulic tile* ou *encaustic tile*, na Inglaterra; *die zement* ou *enkaustischen fliesen* na Holanda; *carreaux hydrauliques* na França; *Le cementine* ou *piastrelle a encausto* na Itália; *mosaico hidráulico* ou *encaustico hidráulico* em Portugal; *lousa criolla*, *losa nativa* ou *losa isleña* em Porto Rico; *baldosa hidráulica* na Espanha; *encaustic cement tile* ou *cement tile* nos Estados Unidos e ladrilho hidráulico no Brasil (Op.cit., 2010).

²⁹ Auguste Lachave ajuda Etienne Larmande a projetar as primeiras prensas e moldes para desenhos que permitem a incorporação de cores e patenteiam o processo em 1851.

* Importante registrar que antes da invenção do ladrilho de cimento, o mármore, os mosaicos, e cerâmicas queimadas eram usados apenas para palácios, mansões ricas e edifícios religiosos.



Figura 43 - Trabalho em azulejaria árabe

Fonte: Acervo digital. Site IARQ

3.3. A técnica de produção do ladrilho hidráulico

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), os ladrilhos hidráulicos são os materiais de revestimento fabricados com aglomerante hidráulico, no caso cimento Portland³⁰, pigmento e agregados, então possuem as características que os permitem ser considerados ladrilhos hidráulicos. Sendo as mesmas definidas como “placa de concreto de alta resistência ao desgaste para acabamento de paredes e pisos internos e

³⁰ **Cimento Portland** - A origem do cimento remonta há cerca de 4.500 anos. Os imponentes monumentos do Egito antigo já utilizavam uma liga constituída por uma mistura de gesso calcinado. As grandes obras gregas e romanas, como o Panteão e o Coliseu, foram construídas com o uso de solos de origem vulcânica da ilha grega de Santorino, ou das proximidades da cidade italiana de Pozzuoli, que possuíam propriedades de endurecimento sob a ação da água. O grande passo para o desenvolvimento do cimento Portland foi dado em 1756 pelo inglês John Smeaton, que conseguiu obter um produto de alta resistência por meio de calcinação de calcários moles e argilosos. Em 1818, o francês Vicat obteve resultados semelhantes aos de Smeaton, pela mistura de componentes argilosos e calcários. Ele é considerado o inventor do cimento artificial. Em 1824, o construtor inglês Joseph Aspdin a partir da queima conjunta de pedras calcárias e argila, transformou-as num pó fino, percebendo que acabava de obter uma mistura que, após secar, tornava-se tão dura quanto as pedras empregadas nas construções. A mistura não se dissolvia em água e foi patenteada com o nome de cimento Portland, que recebeu por apresentar cor e propriedades de durabilidade e solidez semelhantes às rochas da ilha britânica de Portland.

externos, contendo uma superfície com textura lisa ou em relevo, colorida ou não, de formato quadrado, retangular ou outra forma geométrica definida” (ABNT, 1986). Este revestimento recebeu o nome de ladrilho hidráulico não pelo fato de passar por processo de compressão por prensa hidráulica, mas sim por ser apenas molhado, sem processos de queima. Ou seja, o nome hidráulico vem do processo hídrico, por tratamento com água.

Os ladrilhos são produzidos, em sua maioria, nas dimensões 20 x 20 x 2cm, possuindo diversas combinações de cores quando a produzido artesanalmente. Tal modo de produção permite que as peças sejam “personalizadas”. Não sendo muito usuais, também podem ser fabricadas nos tamanhos de 15x15x1,5cm, 10x10x1,5cm ou 30x30x2cm. Outro aspecto relevante é que tradicionalmente eram produzidos em três partes: o *tardoz* (ou mescla), a camada intermediária e a camada pigmentada. Atualmente, essas três camadas permanecem no processo de manufatura, sendo classificadas pela ABNT (1986) da seguinte forma:

- 1) Face aparente (camada superior): superfície do ladrilho com textura lisa ou em relevo, colorido ou não com espessura de 5 mm.
- 2) Camada intermediária: parte do ladrilho que faz interação entre as camadas superiores e inferiores, com espessura de 5 mm.
- 3) Camada inferior: parte do ladrilho destinada ao assentamento com superfície que favorece a aderência com a argamassa com espessura de 10 mm.

O processo de fabricação dos ladrilhos hidráulicos segue obedecendo aos métodos antigos, sendo colocados em uma estrutura de metal contemplando os moldes dos desenhos, cuja durabilidade depende do cuidado que se tem, da confecção à guarda, e do material com o qual são feitos. Os moldes antigos são mais resistentes do que os novos, por serem feitos de ferro ou bronze. Já os atuais são feitos de latão.

No que se refere ao processo criativo dos respectivos padrões dos ladrilhos, inicialmente é depositada no molde a camada pigmentada, onde as cores e as formas são determinadas pelos materiais, pigmentos e desenhos do molde. A medida que aumenta a paleta de cores na composição, eleva-se também o custo, dada a exigência de artesãos mais experientes e mais bem remunerados, além do maior tempo para fabricação. Nessa fase, o conhecimento do artesão torna-se fundamental, pois a pressão sobre o molde é

feita manualmente, determinando a perfeição e igualdade entre as peças repetidas (LAMAS, LONGO, SOUZA. op.cit).

A face aparente (camada superior) é constituída de cimento *Portland* (branco ou cinza), que consiste em uma mistura de dolomita e quartzo (pó de mármore) - denominada “talco” - pigmento (corante) e água, para diluir até que a massa se torne líquida. A camada intermediária é composta de quartzo (calcita) e cimento *Portland* (cinza). Essa camada é denominada “secante”, pois tem função de absorver o excesso de água da face aparente (camada superior). Já a camada inferior é feita de argamassa “comum” – quartzo (areia) e cimento *Portland* (cinza) hidratados (figura 44). Camada esta fixada no contrapiso que, em consequência, deve ter uma textura áspera, que facilite a aderência.

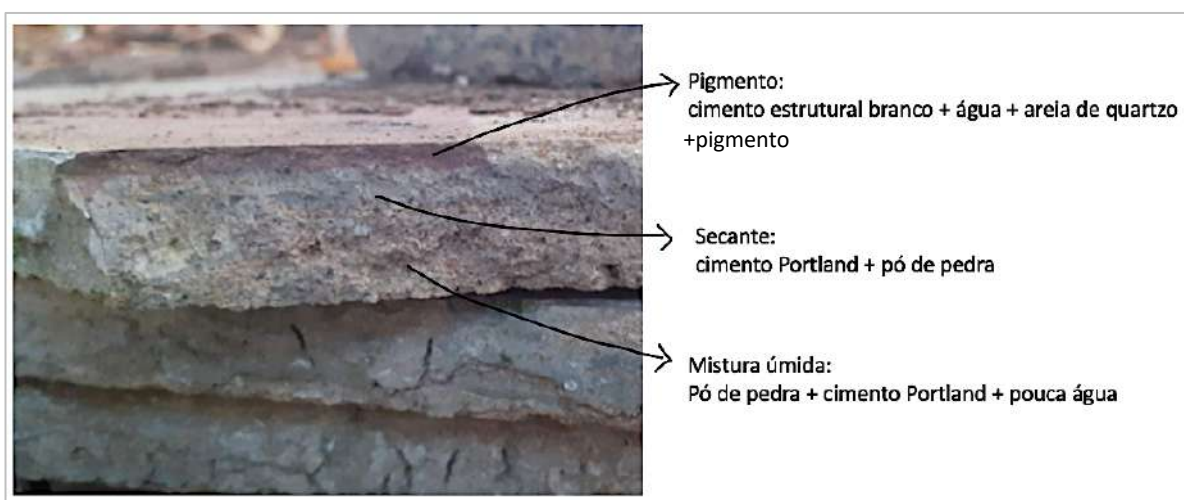


Figura 44 - Camadas do ladrilho hidráulico

Fonte: Arquivo pessoal. Preparado pela autora -24/06/22

Além das características citadas acima, o processo de manufatura assinalado possui inúmeras nuances e detalhes que precisam ser levados em consideração por quem executa.

3.4. Fatores de degradação do ladrilho hidráulico:

Segundo Mario Mendonça (2011), os principais fenômenos de deterioração de materiais cimentícios e porosos, como as do ladrilho hidráulico, são: as tensões superficiais; a dissolução de componentes solúveis; os ataques biológicos (micro e macro); o *stress* mecânico; a ação química de agentes poluentes e da água, dentre outros. Cada agente citado acima produz algum tipo de prejuízo, em maior ou menor grau, à integridade física do objeto, dependendo de sua exposição à intemperes, localização geográfica do ambiente em que foi assentado, o cuidado com que é mantido.

3.4.1. Degradação por *stress*:

A) Degradação por *stress* externo

A Lei de Hooke afirma que, quando se aplica uma força sobre uma mola, ela se deforma, dando origem à uma força que possui mesma potência, mas no sentido oposto.

Desse modo, pode-se verificar a força elástica presente em diferentes materiais quando colocados em situação de *stress* externo. Partindo desse princípio, qualquer força de tração, compressão, flexão, torção ou cisalhamento³¹ terá uma reação na mesma intensidade, em função da elasticidade que age sobre o objeto. Da mesma forma, quando os materiais de um ladrilho hidráulico não estão bem misturados, tais forças aplicadas se comportam de maneiras diferentes, uma vez que cada material tem uma resistência diferente, podendo causar fissuras, visíveis ou não.

Partindo do pressuposto de que os componentes foram bem preparados e bem aplicados, pode-se chegar a conclusão de que, por ser um objeto que contém, em sua composição, grande parte de cimento e pó de pedras distintas, sua elasticidade é baixa, fazendo com que ele possua grande resistência a compressão. Essa característica resulta em um revestimento ideal para pisos, pois esse tipo de *stress* exercido sobre o mesmo oferece baixo risco de danos. Por outro lado, a fricção constante entre os passantes nas

³¹ **Cisalhamento:** fenômeno de deformação ao qual um corpo está sujeito quando as forças que sobre este agem provocam um deslocamento em planos diferentes, mantendo o volume constante.

superfícies revestidos por este piso tende a desgastar o material ao longo dos anos, fazendo-o perder aos poucos a camada pigmentada. (figura 45)



Figura 9 – Desgaste por *stress*

Fonte: Arquivo pessoal. Foto: Poliana Lopes - 07/07/2022.

Outro tipo de *stress* externo vem a ser a expansão térmica³², que também se configura como um perigoso fator de degradação. Dependendo da localização geográfica do imóvel, bem como o local de aplicação dos ladrilhos hidráulicos (como área externa, cozinha, corredores, etc), os danos poderão ser maiores ou menores. Locais externos com grande variação de temperaturas e mudanças bruscas de clima influenciam diretamente na expansão térmica dos materiais. Tal processo tem como resultado a dilatação dos materiais envolvidos na produção, e pode gerar diferentes danos no caso de coeficientes de dilatação muito distantes. Em linhas gerais, a dilatação de ladrilhos hidráulicos não é muito significativa, mas há um fator a ser considerado em sua aplicação que pode gerar danos com essa tipologia, o contrapiso. Se a superfície para instalação do ladrilho não for grossa o suficiente, ou se não tiver sido feita com a qualidade necessária, a mesma pode ocasionar fissuras ou rachaduras proeminentes. Em alguns casos, os ladrilhos podem se separar, sofrendo uma abertura indesejada no espaço de encontro entre eles, agravando

³² **Expansão térmica:** os materiais sólidos, geralmente, expandem suas dimensões ao serem aquecidos e se contraem quando submetidos a um resfriamento. Isto acontece quando o material absorve energia na forma de calor e as vibrações atômicas aumentam, podendo assim mudar suas dimensões

seu estado de conservação e possibilitando que outros problemas incorram sobre sua estrutura. (figura 46)

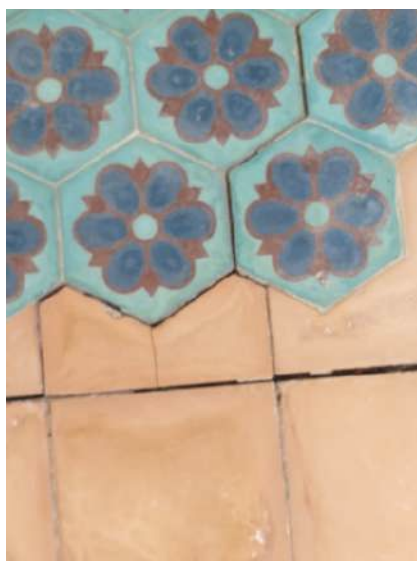


Figura 46 - Danos resultantes de dilatação por expansão térmica.

Fonte Arquivo pessoal. Foto: Wilson José Venceslau – 30/06/2022.

B) Degradação por *stress* interno:

Em locais onde o clima dominante é muito frio, o gelo e o degelo influenciam diretamente em sua deterioração, visto que, por ser um objeto poroso, a água penetra em seus poros e continua sofrendo variações em seu estado. Ao penetrar no interior do ladrilho, a expansão/dilatação das moléculas de água (que ocorre entre as temperaturas de 0 a 4°C) compromete a estrutura das peças - fenômeno é denominado “Anomalia da água”. Esse dano interno ocorre quando uma substância se apresenta no estado sólido, quando os átomos de oxigênio se unem aos átomos de hidrogênio através de uma ligação denominada ponte de hidrogênio. Em consequência, grandes vazios se formam entre as moléculas, aumentando o volume externo. Ao aquecer a água, as pontes de hidrogênio rompem-se e as moléculas passam a ocupar os vazios antes existentes, provocando, assim, uma diminuição no volume. Então, a 4°C, tem-se o menor volume para a água e, conseqüentemente, a maior densidade da água no estado líquido. Sendo assim, ao ocupar menos espaço, e por ainda estar em estado líquido, a água continua entrando nas galerias

dos poros, e, ao congelar-se a água se expande, e por esse motivo exerce mais pressão para fora³³.

Já em locais que não possuem baixa temperatura, esse tipo de *stress* se dá de forma distinta, quando há cristalização dos sais depositados dentro nos poros do objeto, conforme ilustração a seguir:

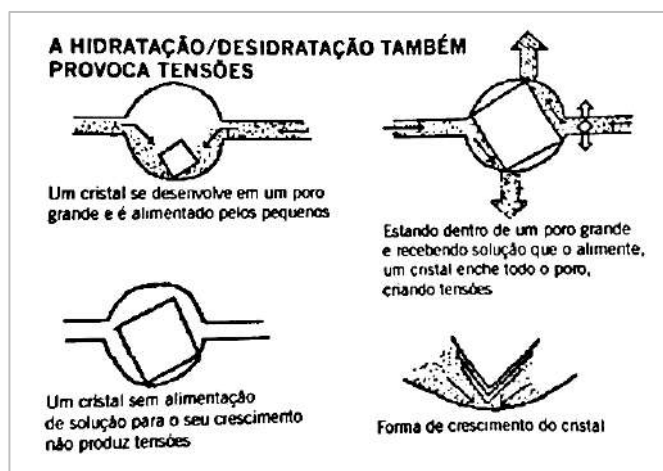


Figura 47 - Cristais de sais dentro de poros.

Fonte: Tecnologia da Conservação e da Restauração, 2011. p 48. Reprodução da autora

Em linhas gerais, os micro cristais também exercem pressão na parte interna dos ladrilhos hidráulicos. A oxidação de micropartículas de metais, especialmente do ferro, também são um fator a ser considerado, uma vez que essa oxidação, além de manchar a superfície do piso, enfraquece as ligações de cimento do interior da peça, diminuindo o seu PH e enfraquecendo sua estrutura.

3.4.2. Degradação química:

A) Chuva ácida:

A água de chuva, quando contaminada, pode influenciar negativamente na preservação de pisos de base cimentícia, visto que se estiver em um local onde a presença de CO₂ na atmosfera for relevante o suficiente para reagir com a água, haverá uma

³³ Fonte: <https://mundoeducacao.uol.com.br/fisica/anomalia-agua.htm> <último acesso 08/07/22>

precipitação de chuva ácida, e, fatalmente os pisos em exposição nas áreas externas sofrerão ataque ácido, que ocasiona a corrosão do mesmo.

B) Dissolução:

A dissolução também é um fator de degradação, uma vez que se trata de um processo de dispersão de um piso com solventes (água pura ou com produtos de limpeza). Se houver dano por dissolução, a superfície do piso pode tornar-se enfraquecida, fazendo com que perca lentamente parte de seu “corpo”, por ocasião da quebra de moléculas e/ou abrasão. Através do dano por dissolução, há um desprendimento de partes muito pequenas dos ladrilhos, que são levadas do local de origem e, portanto, sendo considerada sua perda histórica.

C) Transporte de poluentes pelo vapor de água:

O vapor d’água de aerossol pode transportar poluentes, através de fissuras ou poros de espaços construídos. Os principais agentes desse tipo de poluição são originados por motores de automóveis, indústrias siderúrgicas, fábricas de cimento e papel, refinarias, incineradoras de lixo doméstico e queimadas de florestas. Pois os mesmos emitem e liberam na atmosfera produtos como monóxido de carbono, dióxido de carbono, óxido de enxofre, fuligem, hidrocarbonetos, entre outros. Esse transporte de poluentes pode ocorrer em metrópoles ou locais próximos a alguma das indústrias citadas, onde o ar possui maior quantidade de resíduos, que em geral é denominado poluição. Ao serem levados superfície adentro, esses resíduos são depositados dando um aspecto de sujeira, e em casos extremos forma uma *crosta negra* na superfície. Além da aparência, os elementos químicos assentados podem reagir com os materiais do revestimento, trazendo dano à estrutura do piso.

D) Ataque ácido:

As soluções ácidas causam a dissolução progressiva da portlandita e de silicatos e aluminatos hidratados da matriz. Quando esses ácidos formam sais solúveis em água com o hidróxido de cálcio da mistura cimentícia, os mesmos são arrastados pela água. Entre os ácidos produzidos biologicamente encontram-se ácidos fracos, como os ácidos orgânicos de modo geral e os ácidos fortes como os ácidos nítrico e sulfúrico.

O ácido sulfúrico é mais agressivo ao concreto porque, além do fenômeno de dissolução da matriz, seu sal correspondente, o sulfato, pode reagir com os compostos hidratados do cimento, formando compostos expansivos como a etringita (figura 48), a taumasita (figura 49) e a gipsita (figura 50). Vale ressaltar que o processo de dissolução é rápido e a reação com o sulfato é lenta (SHIRAKAWA, 1994).

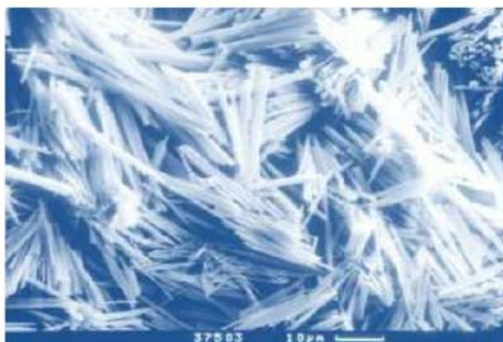


Figura 48 - Etringita (amostra retirada de concreto).

Fonte: Acervo digital. Site docplay.



Figura 49 - Tumasita. (amostra retirada de concreto).

Fonte: Acervo digital. Site docplay



Figura 50 - Gipsita (amostra tratada com solução aquosa diluída em sulfato de alumínio)

Fonte: Acervo digital. Site reseachgate

E) Biodegradação:

O aparecimento de fungos, bactérias, líquens, musgos e algas também são fatores de degradação relevantes que necessitam de atenção, na medida em que podem surgir na argamassa de rejunte, a partir da utilização de argamassa com porosidade elevada e sem adição de agentes resistentes e esses microrganismos, algo comum nas construções antigas, devido a inexistência de produtos inibidores. Outro motivo é o afastamento entre uma peça e outra, fazendo com que sejam depositados nas lacunas criadas, matérias orgânicas, como a terra, que por sua vez propicia o aparecimento de elementos vegetais (figura 51).



Figura 51 - Detalhe de planta nascida no espaço entre dois ladrilhos.

Fonte Arquivo pessoal – Foto: Wilson José Venceslau 11/08/22.

Além das matérias orgânicas depositadas entre as lacunas, outros micro-organismos podem impregnar-se nos ladrilhos hidráulicos, tais como:

I. Fungos: organismos heterotróficos, ou seja, que não produzem o próprio alimento, conseqüentemente necessitando ingerir matéria orgânica para a sua sobrevivência. Algumas espécies de fungos estabelecem associações benéficas tanto para si quanto para os hospedeiros. Este tipo de relação é chamado de mutualismo e um exemplo é a formação do líquen, especificado a seguir;

II. Líquens: divisão do reino vegetal que reúne organismos formados pela associação simbiótica entre um fungo e uma alga. Vivem geralmente sobre o solo, rochas e cascas de árvores e arbustos, em uma grande variedade de clima. São muito resistentes, por isso dificulta a limpeza em locais onde sua existência é indesejada. Pode produzir ácido oxálico;

III. Musgos: plantas de pequeno porte e de estrutura simples, que não apresentam vasos condutores, flores e sementes. Podem ser encontrados em quase todas as partes do mundo, inclusive nas regiões congeladas. Suas raízes podem chegar a um centímetro de profundidade e preferem superfícies alcalinas, como produtos de base cimentícia;

IV. Algas: são seres eucariontes, fotossintetizantes, clorofiladas, unicelulares ou pluricelulares, que podem viver em ambientes terrestres úmidos e aquáticos de água doce ou salgada. Em locais de clima úmido provocam o escurecimento de rebocos, rejuntas, paredes e até nas fissuras de azulejos.

3.4.3. Biodegradação por ataque ácido

A produção biológica de ácidos minerais e orgânicos causa o ataque mais fortemente agressivo aos materiais de natureza mineral. Entre as bactérias quimiolitotróficas³⁴, que excretam ácidos inorgânicos, estão os produtores de ácido sulfúrico, e as bactérias nitrificantes, que produzem ácido nítrico, sendo que quase todos os microrganismos secretam ácidos orgânicos. A biodeterioração consiste na dissolução dos materiais pelos ácidos produzidos durante o metabolismo da microbiota. Um fato importante refere-se à produção de ácido sulfúrico por bactérias do gênero *Thiobacillus*, considerada a causa mais agressiva para biodegradação de produtos cimentícios (SHIRAKAWA, 1994), o que pode ocorrer se afetados estando em local externo.

³⁴ **Bactérias quimiolitotróficas:** são organismos que fazem quimiossíntese e utilizam substâncias como a amônia, o enxofre e o ferro para retirar energia. Já a quimiossíntese é um processo que acontece a partir da oxidação de substâncias inorgânicas em locais carentes de luz solar, sendo realizada por bactérias autótrofas. Assim, a matéria orgânica é produzida com energia obtida por meio de reações químicas entre os compostos presentes no ambiente.

3.4.4. Degradação por Umidade

A água desempenha um papel decisivo nas anomalias geradas nos revestimentos de edifícios, por dois motivos principais: a água, em forma líquida ou de vapor, está intimamente envolvida em todas as reações químicas que podem causar degradação; a umidade do ambiente influencia diretamente na proliferação de seres vivos, o que favorece a degradação do material. Nesse caso, vale ressaltar que somente a umidade absorvida pelo ladrilho colabora para o desenvolvimento desses microrganismos. Outro ponto relevante diz respeito a que a variação de temperatura também se apresenta como um fator que contribui para o aparecimento dessas patologias, assim como a falta de ventilação, ausência de luz solar, além da presença de alguns tipos de microrganismos que pode influenciar o aparecimento de outros seres desse micro ecossistema. Um exemplo que ilustra de maneira pragmática esse fenômeno é o fato de que, depois do surgimento de fungos e algas, alguns gêneros de bactérias também podem surgir, inclusive a do tipo *Thiobacillus*.

Um modo comum no surgimento de umidade é a invasão, quando em edificações antigas, há condensação da água, o que significa que as moléculas de água são tão pequenas e leves que podem ser transportadas pelo ar. Assim, quando entram no edifício, as partículas de água se depositam nas diversas superfícies, umidificando o ambiente. Quando o assentamento dos pisos foi feito com junta seca³⁵, a água pode ficar alojada na fresta por muito tempo caso não haja calor e circulação de ar suficiente.

3.4.5. Degradação por Condensação

A condensação superficial pode ocorrer por ocasião da mudança de temperatura, no momento que a superfície esfria, mas o ar do ambiente continua quente. Quando a superfície é impermeável, como mármore ou metal, a água se deposita ali em estado líquido, deixando-a molhada. Já na ocasião em que a superfície é absorvente - como reboco, gesso, ladrilho hidráulico - podem surgir manchas d'água, deixando o local úmido (figura 52). Essas manchas ocorrem, pois, a água que está passando pelos poros do material também está transportando partículas de diferentes elementos, bem como

³⁵ Junta seca: quando os pisos são instalados sem rejunte entre um e outro e são posicionados um ao lado do outro sem espaço.

sujidades. Ao serem empurradas juntas, as partículas vão se aglutinando, formando assim manchas visíveis (OLIVEIRA. 2011).



Figura 52 - Detalhes de manchas d'água

Fonte Arquivo pessoal – Foto: Wilson José Venceslau 11/08/22.

3.4.6. Degradação por Capilaridade

Outra forma de surgimento de umidade é o transporte por capilaridade³⁶. A água é fundamental para inúmeros processos metabólicos nos organismos e se trata de uma substância polar, o que significa que ela interage melhor com outras substâncias polares. Essa interação molecular estabelece ligações que são indispensáveis para o fenômeno da capilaridade. Nesse contexto, ao se ligar com outras substâncias ela vai se deslocando, ou seja, “andando” pelos canais finos dos locais por onde passa. Isso pode ocorrer nas plantas, no corpo humano, e nesse caso, nas paredes e chão de edifícios construídos. Esse processo ocorre porque há uma relação estabelecida entre a força de adesão e de coesão de uma substância com o recipiente em que ela se encontra. Um tubo de pequeno calibre (capilar), por exemplo, garante a capacidade desse líquido de se deslocar por esse tubo (subindo ou

³⁶ **Capilaridade** - A palavra capilar vem do latim *capillaris* e significa "do cabelo", fazendo referência ao calibre dos tubos finos nos quais o líquido ou fluido irá se deslocar.

descendo). Essa relação é conhecida como a relação de coesão-tensão, ou como Teoria de Dixon³⁷, e explica o fenômeno de capilaridade.

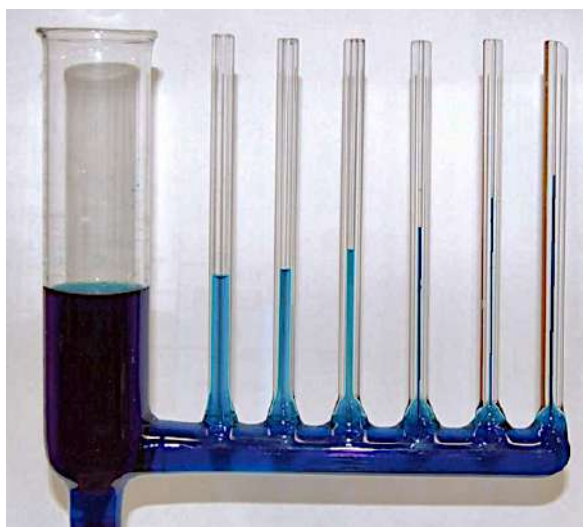


Figura 53 – Exemplo de capilaridade em tubos de calibres diferentes.

Fonte: Acervo digital. Site Normas ABNT.

Por essa razão, a água pode se transportar de maneira ascendente, ao subir do solo para o revestimento do piso bem como pode descer do teto através de goteiras (casos extremos) ou por capilaridade através das paredes, caso haja vazamento no telhado ou por outro fator que a parede esteja encharcada.

3.4.7. Salinidade

Outro motivo que faz a água ter um papel decisivo nas anomalias geradas nos revestimentos de edifícios, se dá pelo fato de que, em forma líquida, ela possui uma importante função ao levar um componente químico em direção ao outro, realizando, deste modo, o contato físico entre os dois elementos, sem o qual a reação química entre eles não ocorreria. Nessa circunstância torna-se necessário saber que os sais existem na natureza, e podem ser produzidos pelo homem nas atividades industriais ou até mesmo

³⁷ **Teoria de DIXON** - Segundo a teoria da coesão-tensão, as moléculas de água são transportadas nos organismos vegetais através de finíssimos capilares condutores de seiva bruta (xilema), mantendo-se unidas por forças de coesão, formando uma coluna líquida contínua das raízes até as folhas. Essa teoria se aplica a outros ambientes em que a água pode se transportar.

surgirem através da mistura de alguns materiais de construção onde estão incorporados à sua composição química. Entretanto, outros sais podem estar depositados em seus poros ou dissolvidos na água presente no interior deles. De mesmo modo, a própria água consumida pelo ser humano é elemento essencial para a execução de qualquer tipo de edificação pode estar contaminada com elementos que poderão reagir e se transformar em sal, ou o próprio sal já pode estar diluído e presente. (NAPI; LALANE. 2010, p. 4). Inclusive os sais, também podem ser carregados e depositados na atmosfera, o que faz com que a proximidade com o mar ocasione maior presença de cloretos no ar. Tais elementos, segundo Metha e Monteiro, podem ser levados pelos ventos tendo o potencial de percorrer distâncias de até 2 km, dependendo da intensidade do vento e da topografia do local (MEHTA; MONTEIRO, 1994).

Sendo assim, a presença simultânea de sais e de água e os ciclos de cristalização são algumas das causas da degradação dos materiais de construção porosos. Quando a água que transporta os sais, no interior dos materiais porosos, evapora devido a alterações das condições climáticas, a solução torna-se mais concentrada, podendo tornar-se supersaturada e se cristaliza (DE AZEVEDO. 2013).

3.5. A preservação do ladrilho hidráulico

O princípio da prevenção é observar e acompanhar tanto os danos quanto as permanentes ameaças ao patrimônio histórico. No caso aqui, trata-se de protocolos e metodologias relacionadas à ciência da conservação da memória do patrimônio arquitetônico, “sobre os quais erros conceituais ou técnicos não nos deixam margem para desculpas” (OLIVEIRA, 2011. p. 9). Para além das indicações acerca de intervenções de restauro em ladrilho hidráulico, a presente pesquisa ocupou-se de observar as diferentes tipologias de danos causados à sua integridade física e estética, destacando-se especificações de técnicas tradicionais de manutenção corretiva e preventiva.

Após compreender os agentes de degradação de revestimentos porosos como o ladrilho hidráulico, é primordialmente necessário buscar-se impedir a presença de umidade, critério que reduz consideravelmente as condições para perpetuar a degradação. Da mesma forma em relação às medidas referentes ao diagnóstico da existência de salinidade, como a colocação de barreiras e o reforço das características funcionais das respectivas argamassas (NAPI; LALANE. 2010). Nos casos de presença de

microrganismos que se instalam em locais alcalinos, deve-se usar produtos com PH neutro. É importante enfatizar que esses casos assinalados são extremos, na medida em que estejam presentes em revestimentos sem os cuidados mínimos necessários. Ressaltando também ser notório que a camada de cera que reveste a superfície dos ladrilhos hidráulicos, nesse caso, ajuda a proteger seus poros de alguns ataques desse tipo.

Algo recorrente, que também ocorre com os ladrilhos hidráulicos, é a perda de fragmentos ou até da peça inteira, seguido de uma dificuldade de preenchimento com o mesmo tipo de desenho para completar a lacuna (figura 54). Nesse caso, uma das alternativas é buscar réplicas em museus.



Figura 54 - Enxerto de cimento coberto de cera para preencher lacuna da peça – Ferragens Fernandes.

Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia Poliana Lopes – 08/08/2022



Figura 55 - Ferragens Fernandes - estabelecimento comercial localizada na Rua Marechal Deodoro, centro de Juiz de Fora.

Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia Poliana Lopes – 08/08/2022

Ente as distintas formas de se lidar com os danos que incidem sobre os ladrilhos hidráulicos, encontra-se estabelecimentos comerciais que possuem modelos diferentes instalados (figura 56), ou até mesmo piso apenas em parte da extensão do local. Isso ocorre por conta de reformas que tentaram manter as partes que estão em bom estado, mesclando revestimento com outro padrão, ou com outro tipo de piso moderno com o antigo. (figura 57)



Figura 56 - Substituição equivocada de piso faltante por outro modelo – Casa Chic

Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia
Poliana Lopes – 08/08/22



Figura 57- Casa Chic tecidos - loja fundada em 1930 ainda em funcionamento na rua Marechal Deodoro, Centro de Juiz de Fora

Fonte: Google streetview³⁸



Figura 58 - Piso original parcialmente preservado – Caçula

Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia
Poliana Lopes – 08/08/22



Figura 59 - Fachada da Caçula localizada na Rua Halfeld, 213. Centro de Juiz de Fora

Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia Poliana
Lopes – 08/08/22

³⁸<https://www.google.com/maps/place/Casa+Chic+tecidos/@-21.759563,-43.3483197,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x989ca17a03f6d1:0x865ca4515d53dcab!8m2!3d-21.7595932!4d-43.3461236> > Acesso em: 17/11/22

Os pisos produzidos nas primeiras décadas do século XX eram normalmente lavados com sabão e água, esfregados com escovão, e, depois, encerados. Também era comum –, como no caso das construções visitadas na região de Juiz de Fora –, a utilização de cera de carnaúba diluída em querosene. Com a intensificação industrial, os mesmos passaram a ser limpos com produtos de limpeza a base de cloro, água sanitária, desgordurantes, desinfetantes etc, que não devem ser aplicados nesses pisos, por serem corrosivos.

Em função dos desgastes decorrentes de cuidados equivocados realizados por longos espaços de tempo, o procedimento de abrasão e polimento com lixas de granulação diferentes deve ser realizado por um profissional especializado, com o objetivo de dar uma sobrevida ao ladrilho. Nesses casos, não deve ser aplicada resina para o acabamento, pois a mesma interrompe a troca de oxigênio do ambiente com as respectivas superfícies, o que implica, inclusive, que o ar de dentro do revestimento irá forçar sua saída e ocasionar a descamação da resina, piorando o seu aspecto.

Nos casos em que os ladrilhos se encontrem apenas desbotados ou sujos, um lixamento/ polimento com disco abrasivo remove a camada superior da sujeira, após o que a aplicação de óleo hidrofugante reaviva seus tons e o impermeabiliza de maneira segura e eficiente. Entretanto, se a superfície da peça estiver danificada ou muito desgastada, a solução deverá ser adquirir novas cópias do padrão e providenciar a troca apenas das peças que estiverem comprometidas (BORTOLAIA. 2004). Na sequência, os produtos indicados para a limpeza e manutenção dos ladrilhos recentes e antigos são o detergente/sabão neutro diluído na água e cera.

Para a realização de uma limpeza eficiente e responsável, deve-se executar a lavagem com água e sabão neutro, em seguida esfregar, enxaguar e secar. Sendo a secagem, de preferência ser feita ao ar livre, com o ambiente aberto. Com o piso totalmente seco, recomenda-se a aplicação de cera líquida incolor para selar a superfície das peças, sendo a concentração recomendada de quatro tampas de cera líquida incolor para um litro de água, e quando a circulação do ar também é indicada. Esta etapa concluída, com o piso bem limpo, de modo a que os poros estejam bem preenchidos, os fatores de deterioração terão sido sanados com êxito, até a necessidade de uma próxima intervenção.

Tendo em vista a complexidade da tipologia material do ladrilho, bem como os cuidados que devem ser tomados para sua preservação, esse pesquisa, que contém um projeto piloto de formação, não tem como foco uma abordagem sobre as técnicas e práticas de restauração dos mesmos, e sim, contribuir para a transmissão de informações e um processo de conscientização dos proprietários e usuários de edificações que têm esse tipo de piso, de modo a auxiliar indiretamente na preservação dos ladrilhos hidráulicos, antigos ou novos, existentes. Já em casos em que há necessidade de intervenção de restauro, torna-se necessária a indicação de uma equipe de profissionais qualificados.

3.6. O ladrilho hidráulico no contexto brasileiro e juizforano

Acompanhando as mudanças históricas na aplicação das artes decorativas, Nestor Goulart Reis Filho (1970) afirma que, no decorrer das transformações socioeconômicas e desenvolvimentos tecnológicos ocorridos a partir da segunda metade do século XIX no Brasil, novos modos de se habitar e construir começaram a surgir. Nesse contexto, a produção e uso do ladrilho hidráulico aumentou, tornando-se um revestimento que alcançou grande popularidade, sendo possível identificar a presença do mesmo na maioria das edificações mais expressivas desse período.

Por ser um material de manufatura não complexa e de valor ornamental, o ladrilho hidráulico repercutiu no Brasil novas dimensões para as artes decorativas, fazendo com que o produto passasse, inclusive, a apresentar-se como uma característica nacional desse período. Não obstante, é possível afirmar que se trata de um piso que faz parte de fragmentos da memória afetiva do consumidor brasileiro, configurando valores, evocando vivências, sentimentos e lembranças a ele atribuídos. Tal fenômeno pode ser observado nas casas de diferentes classes sociais, em calçadas e também em edifícios públicos de diversas cidades do país. Como é o caso de Juiz de Fora, através da atuação da construtora Pantaleone Arcuri, que produzia os próprios ladrilhos hidráulicos para suas construções.

Além de os ladrilhos serem amplamente difundidos nas construções da época, algumas calçadas também recebiam o mesmo revestimento. O escritor e historiador juizforano Wilson Lima Bastos ressalta sobre aquela época – fevereiro 1924 –, a beleza dos passeios, muito bem tratados e conservados. Quando não de lajotas inteiriças,

apresentavam os ladrilhos coloridos do Pantaleone Arcuri ou eram muito bem cimentados, apresentando riscos regulares (BASTOS, 1976). Hoje é possível observar vários locais onde há resquícios de ladrilhos hidráulicos nas calçadas, mas, infelizmente em estado de degradação. (figura 60 e 61)

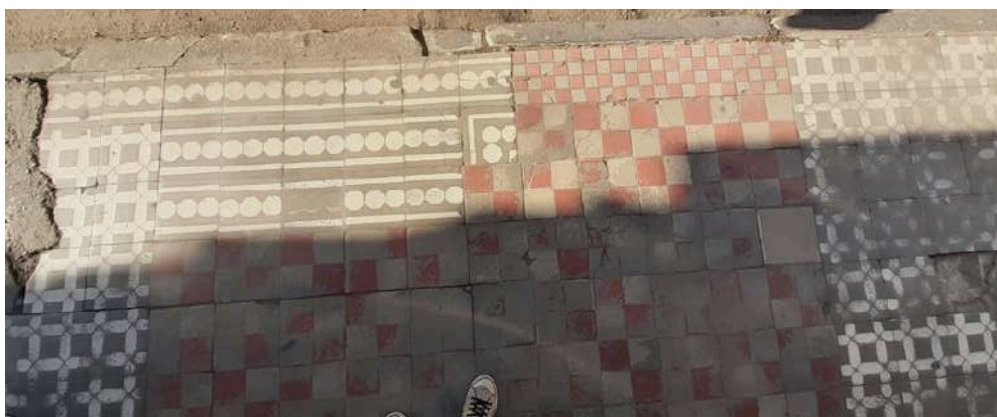


Figura 60 - Resquício de ladrilhos hidráulicos no passeio da rua Marechal Deodoro.

Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia Poliana Lopes – 08/08/2022



Figura 61 - Resquício de ladrilhos hidráulicos no passeio da rua Marechal Deodoro.

Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia Poliana Lopes – 08/08/2022



Figura 62 - Interior da loja nova, na esquina da Av, Getúlio Vargas com a rua Espírito Santo.

Fonte: Acervo MAPRO [s.d.]

Os ladrilhos hidráulicos utilizados largamente nas construções do início do século XX em Juiz de Fora não tiveram sua aplicação restrita somente às áreas de serviço, mas concorriam com os próprios mosaicos nos saguões e jardins de inverno. Uma grande diversidade de estampas e cores, que se tornou possível em razão da técnica utilizada na sua fabricação, fez com que, frequentemente, os pisos criados por eles fossem vistos como "tapetes" (OLENDER, 2011).

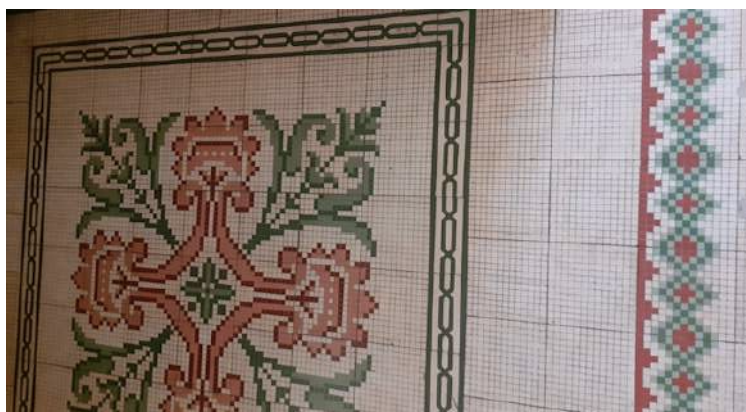


Figura 63 - Mosaico de ladrilhos hidráulicos no hall de entrada da Casa D'Itália.

Fonte: Arquivo pessoal – Fotografia Poliana Lopes – 08/08/2022

Vale ressaltar que, na cidade de Juiz de Fora, os ladrilhos se converteram em uma espécie de “vício decorativo”, de fins do século XIX e início do XX, e estavam muito presentes nas edificações e nos espaços urbanos. Segundo Olender (Op.cit, 2011), o manual sobre "Materiais de Construção" da Biblioteca de Instrução Pública, foi uma publicação muito utilizada no início do século XX por empreiteiros e mestres de obras, que apresenta uma boa descrição do que se denomina como “ladrilhos mosaicos hidráulicos”, que são compostos por:

“[...] uma argamassa hidráulica de cimento e areia fina, formando a parte inferior do ladrilho com 18 milímetros de espessura, a qual é coberta superiormente por uma delgada camada de dois a três milímetros de cimento puro em pasta, a que por vezes se adiciona um pouco de areia fina. Esta camada superficial constitui a face aparente do ladrilho e pode ser branca ou corada uniformemente ou ainda, apresentar desenhos muito diversos”(OLENDER, 2011, p. 67, apud SEGURADO, s/d. pp. 150 e151).

Em relação à variedade desse material de revestimento, esse manual define que:

“ Geralmente os ladrilhos são lisos havendo, porém, ladrilhos em relevo, esquadrelados, em xadrez, etc., de origem belga, espanhola, etc., de grande dureza e impermeabilidade e apropriados para pavimentos de cavalariças, cocheiras, etc., são mais grossos que os outros pesando cerca de dois quilos cada um” (Idem, s/d. pp. 151 e152)

Para além da aplicação residencial com função ornamental, passou a existir uma retórica predominante que situa a fabricação de ladrilhos hidráulicos, hoje, como produto de um processo de produção artesanal, o que atribui um valor agregado ao bem de consumo, que vai além de suas características estética. Apesar dessa característica, existem diferentes formas de produção do ladrilho por prensagem hidráulica: a seca e a úmida. No processo de criação prensado a seco, emprega-se a moldagem hidráulica, o que pressupõe a necessidade de um maquinário específico chamado de “acumuladores hidráulicos”, e sendo a mão-de-obra menos especializada. Método este, geralmente utilizado para um fabrico de proporção mais industrial. Já na técnica úmida são utilizadas prensas manuais ou mecânicas de baixa pressão, onde a mão-de-obra qualificada se torna um ponto obrigatório, com características mais artesanais. As fábricas menores utilizavam esse método, por necessitar de um investimento inicial mais baixo. Conforme ressalta Olender:

“justamente esta passagem, da técnica artesanal para a técnica industrial, que Pantaleone e seu sócio Spinelli parecem realizar em 1905 e, conscientes da importância da mesma (claro que aliada ao seu "senso/instinto publicitário"), realizam uma grande comemoração da instalação da prensa hidráulica com a presença, inclusive, de autoridades brasileiras e italianas”(Id., 2011. p. 68).

Em consonância o avanço dos meios de produção do ladrilho hidráulico, a relevância dos produtos feitos pela empresa de Arcuri na cidade de Juiz de Fora, figurou na Exposição Universal e Internacional de Milão de 1906, onde foram apresentadas 71 variedades de ladrilhos hidráulicos de fabricação própria (figura 64). Desde então passando a aprimorar seu maquinário e ampliar seu potencial de fabricação diária desse produto.



Figura 64 - Foto do expositor dos ladrilhos na Exposição de Milão - 1906.

Fonte: Acervo MAPRO

A constante ampliação da produção da empresa, segundo Tiso Fortini Arcuri³⁹, neto de Pantaleone, se dava, principalmente pela alta qualidade na fabricação, notadamente pelo fato de que seu avô estendia o prazo mínimo recomendável de cura das

³⁹ Tiso Fortini Arcuri: neto de Pantaleone Arcuri. Entrevista realizada em sua residência em 06/05/1987 (arquivo FUNALFA)

peças. Durante a entrevista realizada com Hilda Rezende, Aucuri enfatiza essa informação, tendo em vista que as peças devem ser levadas em tanques de água por 48 horas, após terem saído da prensa. E continua afirmando que seu avô, apesar não ter sido um “homem letrado”, mantinha a preocupação de se manter informado sobre o que havia de mais moderno no setor de construção civil, e inserir na produção de sua Empresa.

Devido à confiança da qualidade de sua produção e da necessidade de divulgação, Arcuri participou de exposições universais e nacionais. Segundo Maria Ines Turazzi, as Exposições Universais representavam para os países menos desenvolvidos industrialmente como um “espelho do seu próprio porvir” (TURAZZI, 1995, p. 135). Nesse sentido, a construtora não só participou, como foi premiada em diversas exposições de níveis de alcance diferentes, como: Regional: Leopoldina (1907); Nacional: Rio de Janeiro (1908); Internacional\ Universal: Turim (1898 e 1911), Milão (1906) e novamente no Rio de Janeiro (1922).



Figuras 65 - Cartazes de diferentes exposições.

Fonte: Acervo digital. Site Wikipedia.

Em vista desse contexto geopolítico, Olender afirma que essas participações em Mostras Industriais de dimensão regional, nacional e internacional se tornou uma fixação para as empresas da época. E continua:

“A seleção, a exibição nelas e, principalmente, o reconhecimento da qualidade da própria empresa através da sua premiação ou de algum dos seus produtos eram consideradas algumas das mais fortes condições no sentido de projetá-las e fortalecê-las na concorrência nacional e internacional. Mas mais do que uma ratificação da qualidade da produção da empresa, esta participação possibilitava uma circulação de ideias e materiais que, por sua vez, incrementava qualitativa e quantitativamente esta mesma produção, como veio a acontecer com a própria Companhia de Pantaleone.” (OLENDER, op. cit. p. 85)

O orgulho das participações nesses eventos e respectivas premiações recebidas era também percebido nos documentos e papéis timbrados da empresa. Conforme pode-se observar na foto que é um fragmento de documento de contrato de serviço e recibo de um cliente, onde encontra-se detalhes das premiações recebidas até aquele momento. (figura 66)



Figura 66 - Detalhe do papel timbrado da Empresa Pantaleone Arcuri e Spinelli.

Fonte: Acervo Arquivo Central UFJF.

CAPÍTULO 4 - PROJETO PILOTO DE UMA AÇÃO EDUCATIVA PARA A PRESERVAÇÃO DO LADRILHO HIDRÁULICO

A importância do desenvolvimento de ações educativas envolvendo os bens culturais consubstancia-se em um trabalho permanente, no sentido último da apropriação do patrimônio cultural pelos sujeitos envolvidos, o que por sua vez contribui para a valorização e a preservação do patrimônio cultural em questão.

Ações educativas que envolvam o potencial pedagógico do patrimônio cultural, concebidas como processo de formação integral dos sujeitos e não meramente reprodutora de informações, existem antes mesmo do surgimento do termo Educação Patrimonial, podendo-se remontar ao século XIX, na cultura ocidental moderna. Desde esse entendimento mais amplo pode-se ainda ressaltar a sua necessária dimensão da interdisciplinaridade, em função de suas atividades estarem ligadas às complexidades dos saberes, aos sujeitos e lugares envolvidos e aos profissionais que atuam em campo nas diversas áreas do saber.

Partindo-se dessa concepção conceitual e de uma proposta metodológica determinada, essa pesquisa propõe uma abordagem a partir da realização de um workshop, tendo como objeto um bem móvel de valor histórico e artístico das artes decorativas na arquitetura, voltado para um público-alvo determinado de habitantes de Juiz de Fora, Minas Gerais.

4.1. Sobre o conceito de Educação Patrimonial

Nos estudos sobre o tema das relações possíveis entre educação e patrimônio histórico, no caso do Brasil, é considerado como o primeiro marco, o anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) idealizado por Mário de Andrade. Documento no qual se propõe a instituição de quatro museus para abrigar coleções e referências materiais dos ‘patrimônios brasileiros’, destacando-se a parte que trata sobre o Museu de Artes Aplicadas e Técnica Industrial, onde se observa uma crítica ao sistema educativo nacional que vigorava no período, apontando a falta de elementos artísticos e culturais de caráter essencialmente pedagógico (ANDRADE, 2002, p. 280).

No período em que Rodrigo Melo Franco de Andrade assume a presidência do SPHAN, em 1937, vai se estabelecer que a maneira mais eficiente de preservação do patrimônio seria pela via da educação popular, na medida em que tal entendimento ampliaria em uma maior compreensão da população sobre o valor cultural dos bens produzidos no passado. Entretanto, do ponto de vista de uma análise mais crítica, pode-se observar que as iniciativas assinaladas do órgão não alcançaram o esperado, mesmo tendo publicado uma série de obras de caráter pedagógico (OLIVEIRA, 2011).

Por sua vez, foi a partir da década de 1970 que a questão das relações intrínsecas entre educação e cultura se torna central nas políticas públicas no Brasil, notadamente sob o protagonismo de Aloísio Magalhães⁴⁰, que vai instituir o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), no sentido da própria reconfiguração da noção de ‘cultura brasileira’, ampliando e incluindo nesse âmbito as manifestações populares. Nesse sentido, as diretrizes conceituais e teóricas do CNRC buscaram legitimar uma aproximação mais efetiva com as populações envolvidas nos meios de produção, da circulação e do consumo de bens culturais, reconhecendo que tais atores seriam os efetivos detentores dos saberes e fazeres, como também de sua própria cultura (FONSECA, 2005).

Um próximo marco nesse processo remete a julho de 1983, quando a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) e o Museu Imperial de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, organizaram o 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos. Evento que reuniu vários especialistas afins para discutir o papel da educação no campo da preservação do patrimônio cultural, onde a expressão *Educação Patrimonial* é apresentada, inspirada no trabalho pedagógico que já vinha sendo desenvolvido na Inglaterra, sob a designação *Heritage Education*.

Na sequência dos eventos relacionados, configura-se no Brasil uma posição importante da educação nas políticas de preservação referendadas pelo IPHAN, onde o termo Educação Patrimonial marca o início dos processos de institucionalização destas

⁴⁰ Aloísio Magalhães, à frente das políticas de preservação reuniu ao então IPHAN, o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PHC) e o CNRC. Com o retorno do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico nacional (SPHAN), este órgão assume a parte normativa, e a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) passa a se responsabilizar pela parte executiva, fortalecendo assim, a proposta de se trabalhar as ‘referências culturais’, ao invés de somente focar nas ações de salvaguarda dos monumentos nacionais. Esta mudança na matriz conceitual fez com que a FNPM, na década de 1980, chancelasse importantes ações no âmbito educacional.

políticas que irão se ampliar e se consolidar, especialmente desde a publicação do Guia Básico de Educação Patrimonial, de 1999. Sendo Educação Patrimonial definida como um conjunto de ações projetadas e realizadas de forma sistemática, no âmbito das atividades educacionais, tendo como foco o conceito de patrimônio cultural, através de etapas que buscam, em última instância, proporcionar às comunidades envolvidas uma consciência crítica, sentimentos de identidade e de cidadania. Neste sentido:

“Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural” (HORTA *et al*, 1999, p.6).

Na continuidade desse processo no Brasil, o IPHAN vai instituir, em 2004, a Gerência de Educação Patrimonial e Projetos, que em 2009 se transforma em Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC), vinculada ao Departamento de Articulação e Fomento (DAF), com a missão última de coordenar os temas geradores para a valorização do patrimônio cultural, identificando os agentes locais responsáveis por ações educativas, e contribuir para a criação de espaços de trocas de experiências envolvendo iniciativas de Educação Patrimonial.

Tendo em vista o percurso institucional e conceitual assinalado, a abordagem aqui proposta parte da concepção do uso do objeto cultural como fonte primária de conhecimento, tendo em vista a relação entre o contexto histórico no qual foram produzidos estes bens móveis e imóveis, seus valores materiais e imateriais, e ainda associados às relações sociais estabelecidas. A partir das possibilidades da configuração de um complexo sistema de conexões a serem descobertas e apropriadas pelo conjunto dos indivíduos envolvidos, todo artefato – seja utilitário, simbólico ou artístico –, contém em si um conjunto de significados que em diversas ações pedagógicas organizadas devem trabalhadas no sentido último de sua apropriação e preservação.

4.2. Workshop sobre preservação do ladrilho hidráulico

Tendo em vista os estudos sobre as conexões possíveis entre ações de educação e patrimônio cultural, a proposta aqui se refere à realização de um processo de aprendizagem sobre a técnica do ladrilho hidráulico e sua importância nas artes decorativas na arquitetura. Nesse sentido, a organização de um Workshop – concebido

como um projeto piloto de futuras outras ações correlatas e previstas – teve como objetivo principal fornecer a um público-alvo determinado, os conhecimentos básicos sobre as características materiais e técnicas, e o valor histórico e estético do ladrilho hidráulico, no sentido último de contribuir para sua conservação nas edificações onde ainda existem, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais.

Desde uma abordagem didática voltada para um público leigo, e de dinâmicas presenciais sobre o processo de produção, uso, degradação e preservação de ladrilhos hidráulicos, pretendeu-se propiciar um conhecimento e reflexões sobre a importância da conservação dos mesmos, despertando para a responsabilidade de cada sujeito na preservação da memória dos bens culturais móveis e imóveis.

Os sujeitos escolhidos para participar dessa ação de Educação Patrimonial foram pessoas sem qualquer ligação profissional com o âmbito da conservação e restauração do Patrimônio Cultural, moradores da cidade de Juiz de Fora, que possuem ladrilho hidráulico antigo em suas residências e/ou estabelecimento comercial – imóveis tombados, ou não. Além dessas, que de alguma forma têm sob seus cuidados esse revestimento, seja trabalhando onde existe ladrilho hidráulico original do imóvel, ou morando em um local que haja o piso referido. Cerca de quarenta casas, prédios públicos, escolas, igrejas e estabelecimentos comerciais foram visitados para que determinados sujeitos fossem selecionados e convidados.

Nesse sentido, para a realização desse Workshop, e nas possibilidades do tempo dado da presente pesquisa, foram selecionados os seguintes participantes:

- Aline Batista Fabre
- Ariane Bertante Scheffer
- Beatriz Rezende Marques Costa
- Dayana de Freitas Vasconcelos
- Heloisa Helena Neder Vieira Côrtes
- Henrique Lopes de Oliveira
- Luiz Alberto Amaral Côrtes
- Thaís Alves Ribeiro Matos

A respectiva ação de Educação Patrimonial, foi formatada e organizada em cinco etapas, devidamente documentadas no formato acadêmico e também registradas em vídeo.

Atividade 1:

Aplicação de uma entrevista inicial, através de um questionário versando sobre a relação de cada participante com os ladrilhos hidráulicos e a cidade de Juiz de Fora. As mesmas ocorreram em locais distintos, de acordo com a conveniência de cada entrevistado. (APÊNDICES de A a H)

Atividade 2:

Realização de uma visita técnica do grupo, à fábrica Ladrilhos Barbacena, com a finalidade principal de fornecer conhecimentos práticos e teóricos sobre esse produto de revestimento da construção civil. Carga horária de 6 horas.

Atividade 3:

Aula expositiva abordando sobre a importância de se preservar a memória, identidade e os ladrilhos hidráulicos que estão sob os cuidados de cada participante. Carga horária de 3 horas. (APÊNDICE Q)

Atividade 4:

Realização de uma entrevista final para o registro dos depoimentos de cada participante, no sentido de observar e avaliar o respectivo aprendizado e conscientização do grupo sobre o assunto. (APÊNDICES de I a P)

Atividade 5:

Avaliação do processo, no sentido da observação do alcance da ação educativa.

4.2.1. Atividade 1 – Entrevista Inicial

Como objetivo principal da entrevista inicial buscou-se um primeiro mapeado do grau de conhecimento dos residentes locais – diversos, em termos de faixa etária, profissão, endereço e grau de escolaridade – sobre o ladrilho hidráulico, bem como a ligação de cada um com o patrimônio arquitetônico da cidade de Juiz de fora. Tais

entrevistas ocorreram entre 15 e 27 de junho de 2022, de acordo com a disponibilidade de horários de cada participante, quando todos assinaram, inclusive, um termo de autorização de uso de imagem.



Figura 67 – Participantes voluntários

Fonte: Arquivo pessoal. Print preparado pela autora - 07/09/22

Para essa etapa, os participantes foram divididos em quatro grupos, conforme os quadros a seguir: os que possuíam ladrilho hidráulico em casa, mas removeram em determinados momentos; os que possuem ladrilho hidráulico em casa, mas não tinham conhecimento algum sobre sua importância; os que possuem ladrilho hidráulico em casa, ou estabelecimento comercial e reconheciam seu valor; e por fim, uma pessoa que trabalha em um edifício onde há ladrilho hidráulico, mas não tinha noção de sua importância material e histórica.

1 - Possui ladrilho em casa, mas removeu				
Nome	Idade	Profissão	Endereço	
Luiz Alberto Amaral Côrtes	64	Contador aposentado	Rua Padre Bonifácio, 13 - Bairu – Juiz de Fora/ MG	
Thaís Alves Ribeiro Matos	33	Encadernadora	Rua Dr. Vilaça, 11 – Poço Rico – Juiz de Fora/ MG	
Heloisia Helena Neder Vieira Côrtes	63	Professora aposentada	Rua Padre Bonifácio, 13 - Bairu – Juiz de Fora/ MG	

2 - Possui ladrilho em casa, mas nunca soube de sua importância				
Nome	Idade	Profissão	Endereço	
Henrique Lopes de Oliveira	29	Autônomo	Rua Olímpio Reis, 434 – Santa Helena – Juiz de Fora/ MG	
Ariane Bertante Scheffer	24	Estudante	Rua Olímpio Reis, 434 – Santa Helena – Juiz de Fora/ MG	

3 - Possui ladrilho em casa/estabelecimento comercial e conhece sua importância				
Nome	Idade	Profissão	Endereço	
Aline Batista Fabre	45	Comerciante	Av. Getúlio Vargas 597 – Centro – Juiz de Fora/ MG	
Beatriz Rezende Marques Costa	57	Servidora pública aposentada	Rua Santos Dumont, 85 – Grambery – Juiz de Fora/ MG	

4 - Trabalha onde há ladrilho, mas não conhece tal piso				
Nome	Idade	Profissão	Endereço	
Dayana de Freitas Vasconcelos	28	Auxiliar de serviços gerais	Rua Espírito Santo, 993 – Centro – Juiz de Fora/ MG	

Tabela 1 - Divisão dos participantes por grupos afins.

Fonte: Elaborada pela autora – 07/09/22

Os participantes do GRUPO 1 conhecem um pouco sobre a história de Juiz de Fora e confirmam gostar de morar nessa cidade. Decidiram remover o ladrilho hidráulico de suas residências pelo mesmo motivo, ou seja, pelo aspecto de sujeira, por mais que estejam limpos com certa frequência. Após anos da retirada desses pisos antigos, a partir da participação nessa dinâmica, passaram a entender sua relevância, estética e histórica, e conseqüentemente a importância de preservá-los.

Dentre os integrantes do GRUPO 2, Henrique L. de Oliveira mora na casa construída por seu avô, havendo desse modo um valor afetivo em relação ao imóvel, inclusive em relação ao piso – existente na copa, cozinha, corredor e área externa –, e que

por isso ele se preocupa com a sua limpeza manutenção. Já Ariane B. Scheffer, companheira de Henrique, informou que antes de conversar sobre essa pesquisa, nunca tinha sequer pensado sobre a importância que o ladrilho possui. Sendo que, a despeito de ambos gostarem de morar em Juiz de Fora pouco conhecem sobre a história da cidade.

Por sua vez, as componentes do GRUPO 3 tinham conhecimento sobre a importância de se preservar o ladrilho hidráulico que possuem sob sua guarda. Aline B. Fabre estima o revestimento, entende sobre a necessidade de sua preservação, e já tentou melhorar seu aspecto algumas vezes, mas sem sucesso. E ainda com a observação de que, embora sua loja esteja no centro histórico de Juiz de Fora, onde as fachadas ecléticas são muito presentes, o seu imóvel não é tombado. Já Beatriz R. M. Costa, que possui uma casa tombada por requisição de sua mãe, tem a consciência de que sempre valorizou a história não só da casa como também da cidade.

Por fim, Dayana de F. Vasconcelos, integrante do GRUPO 4, trabalha em um imóvel pertencente à faculdade de Medicina Veterinária, da Universidade Federal de Juiz de Fora –UFJF, uma das trabalhadoras responsáveis pela limpeza do imóvel. Em seu depoimento reconhece que nunca soube nem da especificação desse material, nem de sua importância. Mas apenas que a respectiva limpeza do mesmo, sempre com aspecto encardido, é muito difícil. Nasceu na cidade, mas não conhece sua história.

Em relação ao interesse e conhecimento sobre esse determinado produto de revestimento arquitetônico, característico de uma época, verifica-se a heterogeneidade do grupo. Enquanto alguns nunca haviam nem pensado sobre o tema, outros já informaram graus de conhecimento, seja por razões afetivas, seja por conhecimentos técnicos mesmo. Sendo um ponto em comum a ressaltar a permanente aparência de sujidade desse material. E, conseqüentemente, que todos usassem, de forma equivocada, produtos corrosivos inadequados para as respectivas limpezas.

4.2.2. Atividade 2 – Visita técnica

A fábrica Ladrilhos Barbacena foi fundada em 27 de março de 2003 pelo engenheiro Daison Rubens Cunha. Ao se aposentar, resolveu criar uma empresa de fabricação de ladrilhos hidráulicos e casas pré-moldadas. Com sua sede estabelecida em Barbacena, Minas Gerais – a 70km de Juiz de Fora, às margens da BR 040 –, durante anos fez adaptações para melhor atender aos objetivos e demandas da empresa.

Segundo Isabella Costa Cunha, filha de Daison e atual gerente da empresa, seu diferencial é a busca por utilização de água limpa e pura; o uso de filtro para decantar as tintas; o descarte mínimo de material; e a reutilização de produtos que não agradem o meio ambiente.



Figura 68 - Fotografias do local onde fica a fábrica Ladrilhos Barbacena

Fonte: Arquivo digital - Instagram @ladrilhosbarbacena – 07/09/2022

A visita técnica à fábrica ocorreu em dois dias distintos, em função das disponibilidades reais de agenda dos participantes: a primeira com um grupo de três pessoas no dia 15 de junho de 2022 – Luiz Alberto Amaral, Henrique Lopes e Ariane Bertante; e a segunda visita realizada no dia 28 de junho de 2022, com cinco pessoas – Aline Fabre, Beatriz Costa, Dayana Vasconcelos, Heloisa Neder e Thaís Matos. Nas duas ocasiões o senhor Wilson José Venceslau, gerente de produção da empresa, foi o responsável pela apresentação de cada etapa do processo de fabricação desse revestimento, a saber: os materiais empregados; as possibilidades de desenhos e padrões empregados; e os marcos históricos sobre o tema.



Figura 69 - Costas do ladrilho hidráulico produzido pela fábrica Ladrilhos Barbacena.

Fonte: Arquivo pessoal – Fotografia Poliana Lopes – 15/06/2022.

A visita técnica iniciou-se em uma sala com muitos moldes de latão e ferro fundido, que servem como matriz para os padrões escolhidos na fabricação dos ladrilhos. Sendo os mais antigos feitos em ferro fundido, mais resistentes, e os contemporâneos, feitos em latão e, portanto, mais fino e leves. (figura 70)



Figura 70 - Matriz de ferro fundido

Fonte: Arquivo pessoal – Fotografia Poliana Lopes – 15/06/2022

Os pigmentos puros ficam armazenados em latões em outro ambiente onde ocorre a mistura para a produção das cores desejadas. Para a manufatura dos líquidos coloridos que compõem a face superior do ladrilho utiliza-se areia de quartzo, cimento estrutural branco, pigmentos e água (figuras 71 e 72).



Figura 71 - Depósito de pigmentos

Fonte: Arquivo pessoal – Fotografia Poliana Lopes – 15/06/2022



Figura 72 - Areia de quartzo

Fonte: Arquivo pessoal –
Fotografia Poliana Lopes – 15/06/2022



Figura 73 - Mistura pigmentada pronta.

Fonte: Arquivo pessoal – Fotografia Poliana Lopes – 15/06/2022

Antes dos líquidos coloridos serem adicionados em seus lugares determinados no molde, a peça de metal, que serve de “berço” para o ladrilho, recebe uma camada de óleo vegetal saturado – nesse caso, óleo reutilizado de pastelaria – para evitar que a peça não se solte da base. Depois dessa camada fina, o molde é posicionado e as cores depositadas em cada vão. A espessura dessa camada colorida é de cerca de 5mm. (figura 74)



Figura 74 - Aplicação da primeira camada

Fonte: Arquivo pessoal – Fotografia Poliana Lopes – 15/06/2022

Em seguida o molde é removido com cuidado, sob o qual é adicionado um pó seco, denominado de secante. Trata-se de uma mistura de cimento Portland e pó de pedra, que no caso aqui é o calcário calcítico. Depois de depositado sobre o líquido colorido, a peça é alisada e preparada para a próxima camada. (figura 75)



Figura 75 - Aplicação da segunda camada

Fonte: Arquivo pessoal – Fotografia Poliana Lopes – 15/06/2022



Figura 76 - Participantes assistindo à produção

Fonte: Arquivo pessoal – Foto de Poliana Lopes – 15/06/2022

A terceira camada a ser adicionada é uma mistura úmida de pó de pedra com cimento Portland. Depositada sobre as outras duas camadas, ela também é alisada para receber a “tampa”, peça exatamente do tamanho do ladrilho, que vai encaixar no vão e fazer a pressão, fundindo os materiais ao ir para a prensa. Esse importante objeto é responsável por “carimbar” com relevo cada peça na parte de baixo, diferenciando-as de outras fábricas do ramo. (figura 77)



Figura 77 - Aplicação da terceira camada.

Fonte: Arquivo pessoal – Foto de Poliana Lopes – 28/06/2022



Figura 78 - Finalização da peça de ladrilho hidráulico.

Fonte: Arquivo pessoal – Foto de Poliana Lopes – 15/06/2022.

As prensas utilizadas nessa fábrica Ladrilhos Barbacena são do tipo *balancim*, que possuem uma força de oito toneladas de pressão, sendo realizadas duas prensadas para que o piso tenha mais qualidade. Se a pressão utilizada for muito grande, os poros dos

materiais podem ficar muito fechados e justos, ocasionando em uma dificuldade de hidratação. Dessa forma o piso não obterá a resistência final necessária. Por outro lado, se a pressão for baixa, os materiais não se aglomerarão o suficiente para solidificarem nas próximas etapas. (figuras 79 e 80)



Figura 79 – Prensa hidráulica da Fábrica Ladrilhos Barbacena.

Fonte: Arquivo pessoal – Foto de Wilson
José Venceslau - 02/07/2022



Figura 80 - Detalhe da prensa.

Fonte: Arquivo pessoal – Foto de Wilson
José Venceslau - 02/07/2022



Figura 81 - Participantes assistindo à exposição do guia.

Fonte: Arquivo pessoal – Foto de Poliana Lopes . 15/06/2022

Saindo da prensa os pisos vão para o processo de secagem de cinco a dez dias, dispostos em prateleiras (figura 82), em função do clima, e posteriormente para a fase de cura.



Figura 82 – Prateleira de secagem

Fonte: Arquivo pessoal – Fotografia Poliana Lopes. 15/06/2022

No tanque as peças ficam dois dias em imersão em água mineral, ou de poço artesiano, para o necessário processo de cura (figura 83). A água de boa qualidade possibilita a circulação entre os poros do ladrilho, por não possuir partículas que possam entupir a sua passagem, fazendo com que o líquido não chegue em todo o interior do mesmo. É possível observar as bolhas de ar em volta dos ladrilhos, o que indicam que a água está sendo absorvida e o ar sendo expulso (figura 84). Tal processo resulta na cristalização do cimento, proporcionando a dureza necessária para a qualidade das peças acabadas.



Figura 83 - Ladrilhos imersos no tanque

Fonte: Arquivo pessoal – Foto de Poliana Lopes. 15/06/2022



Figura 84 - Bolhas de ar saindo dos ladrilhos

Fonte: Arquivo pessoal – Foto de Poliana Lopes. 15/06/2022

Como acabamento dado à fabricação do ladrilho hidráulico utiliza-se o óleo hidrofugante, produto que impermeabilizante, ao mesmo tempo possibilita a ‘respiração’ do cimento. Desta forma, sua porosidade continua intacta, o que justifica sua aparência de encardido caso não seja bem conservado. Característica que, em compensação, permite a cera entrar e fazer sua proteção de maneira mais eficiente, quando é cuidado de maneira apropriada. (figura 85)



Figura 85 - Aplicação do óleo hidrofugante.

Fonte: Arquivo pessoal – Foto de Poliana Lopes.15/06/2022.

Para finalizar o processo de fabricação do ladrilho, as peças ficam secando por mais algumas horas em um local mais ventilado e ensolarado, para acelerar o processo. Cujos tempo nesse local varia, dependendo do clima e da umidade restante no interior da peça. (figura 86)



Figura 86 - Peças secando ao sol

Fonte: Arquivo pessoal – Foto de Poliana Lopes. 15/06/2022.

Após todas as etapas assinaladas, o ladrilho hidráulico pode ser enviado para os clientes e fornecedores.

Ao final da visita, na sala onde ficam as amostras dos modelos vendidos pela fábrica, houve também o momento em que o sr. Wilson José discorre – de forma espontânea não prevista –, histórias sobre as origens de vários desenhos e padrões, e sobre alguns *designers* e artistas que já trabalharam para a fábrica, dentre outros casos.



Figura 87 - Exposições do guia.

Fonte: Arquivo pessoal – Fotografia Poliana Lopes – 15/06/2022



Figura 88 – Momento da visita técnica.

Fonte: Arquivo pessoal – Fotografia Poliana Lopes – 15/06/2022

4.2.3. Atividade 3 – Aula expositiva

A despeito da fase controlada do Covid-19, que já possibilitava encontros presenciais, a aula expositiva foi realizada on-line via Google Meet, no dia 20 de julho de 2022. Desta maneira, todos os participantes puderam assistir e interagir, sendo que todos os slides dessa etapa estão disponíveis no apêndice. (APÊNDICE Q)

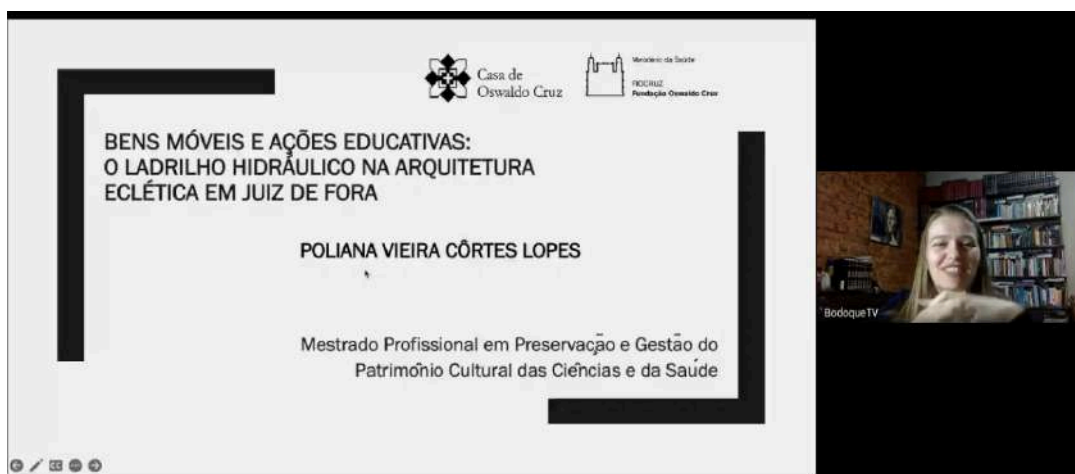


Figura 89 - Início da aula expositiva.

Fonte: Arquivo pessoal – Print da aula – 20/07/2022

Sob o título “Bens móveis e ações educativas: o ladrilho hidráulico na arquitetura eclética em Juiz de Fora”, o roteiro da aula expositiva contemplou de forma didática: a história da formação urbana de Juiz de Fora, do desenvolvimento da indústria e a imigração; o período do Ecletismo na arquitetura; a relevância da Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri; noções básicas sobre as características estéticas e construtivas dos ladrilhos hidráulicos; a importância da preservação da memória e identidade na ênfase dos bens móveis; formas de preservação do ladrilho hidráulico para um público não especializado.

A história de Juiz de Fora foi apresentada de forma resumida, passando pela importância do engenheiro Henrique Halfeld e a construção da estrada às margens do Rio Paraibuna; do comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, responsável pela construção da linha férrea e crescimento da vila original; e pela proximidade dos fundadores da

cidade com a Família Real e consequentes vantagens políticas e econômicas. Também foi abordado o desenvolvimento da indústria local e a relevância da imigração nesse processo, destacando-se determinadas personalidades, como Bernardo Mascarenhas e Pantaleone Arcuri.

Posteriormente, foi feita uma explanação sobre o Ecletismo na arquitetura e seu destaque na paisagem urbana de Juiz de Fora, fazendo-se comparações com outras construções da cidade (figura 90). Sendo tal aprofundamento justificável em função do perfil desse público-alvo.



Figura 90- Comparações de edifícios de estilos diferentes de Juiz de Fora.

Fonte: Arquivo pessoal – Print da aula – 20/07/2022

Em seguida, foi abordada a história e a trajetória de Pantaleone Arcuri, Rafael Arcuri e sua empresa de construção civil, na ênfase das características e do valor estético e histórico dos ladrilhos hidráulicos. Tendo como o objetivo principal de tal abordagem despertar nos participantes o interesse sobre a relevância dos ladrilhos não só para a cidade, como também para cada um enquanto responsável pela preservação dos mesmos em suas propriedades.

Em seguida foi apresentada uma breve história desse revestimento e seu processo de produção, tema já trabalhado durante a visita técnica do grupo à fábrica Ladrilhos Barbacena.

Em seguida, constante da programação prevista dessa apresentação on-line, foram exploradas determinados princípios referentes à preservação dos ladrilhos hidráulicos, tendo como referências teóricas e conceituais as contribuições de Paolo Rossi e Aleida Assman referentes à relação imprescindível entre Memória e Identidade, culminando na exploração sobre as possíveis conexões com os bens móveis, tendo o foco a especificidade no caso do ladrilho hidráulico. Após o que discorreu-se sobre os procedimentos de conservação básica do ladrilho hidráulico, tais como: maneiras corretas de limpeza e uso de determinados produtos; o que deve-se fazer para recuperar a vitalidade de um piso que já está deteriorado, encardido, e corroído; e sobre a vida útil dos ladrilhos ainda existentes nos pisos dos imóveis, sejam antigos ou não.



Figura 91 - Parte da aula expositiva.

Fonte: Arquivo pessoal – Print da aula – 20/07/2022

Ao final foi aberto ao grupo a exposição de perguntas e considerações, que acabou propiciando uma troca produtiva, inclusive chegando à questões mais complexas sobre instrumentos legais e institucionais envolvendo os processos de tombamento do patrimônio histórico edificado.

4.2.4. Atividade 4 – Entrevista final

Após a realização do workshop e da aula expositiva, foi realizada mais uma rodada de entrevistas entre os dias 16 e 19 de agosto de 2022 – parte on-line, parte presencial –, com o objetivo principal de observar possíveis mudanças de compreensão sobre as características do ladrilho hidráulico e sobre a necessidade de sua conservação.

Nessa etapa foi feita apenas uma pergunta: Se, após as atividades realizadas, houve mudança de compreensão e pensamento em relação a esse material de revestimento? Todas as respostas foram satisfatórias em relação aos objetivos da presente pesquisa. Os resultados demonstrados na entrevista final confirmam o quanto o Workshop foi enriquecedor em termos de conhecimentos adquiridos, notadamente em relação aos procedimentos corretos de manutenção desse material de revestimento arquitetônico. Da mesma forma, sobre a respectiva relevância para a cultura da cidade.

Em síntese, os dados obtidos demonstram que os integrantes, individual ou coletivamente, que ainda possuem tal revestimento sob seus cuidados revelaram: mudanças na forma de limpeza do mesmo, eliminando o uso de produtos corrosivos e se mantendo apenas água e sabão; que passaram a observar com mais atenção o ladrilho hidráulico ao circularem por determinados edifícios em Juiz de Fora; e, no caso dos que não possuem mais o ladrilho hidráulico em suas propriedades, como Thaís R. Matos e Heloisa H. N. V. Côrtes, que, após conhecer todo o processo dessa manufatura, estão planejando colocar novamente o ladrilho hidráulico em suas casas.

Durante a visita técnica o que chamou muito a atenção de Henrique L. de Oliveira e Luiz Alberto A. Côrtes, que na entrevista voltaram a ressaltar, diz respeito à complexidade do processo de fabricação desse revestimento, o que agrega mais valor ao referido piso. Já Beatriz R. M. Costa, que já conhecia a sua relevância histórica e cultural, afirmou que a rotina do dia a dia faz as pessoas se esquecerem da preciosidade que está no chão, mas que esse Workshop a lembrou desse valor.

4.2.5. Atividade 5 – Avaliação do processo

Ao iniciar os trabalhos de formatação do presente Projeto Piloto, enquanto uma proposta de ação de Educação Patrimonial, e tendo em vista o público-alvo ser leigo no assunto, foram previstas as cinco etapas: duas entrevistas, uma no início das atividades,

outra ao final; uma visita técnica a uma fábrica de ladrilhos hidráulicos localizada na região próxima à Juiz de Fora; uma aula expositiva sobre o tema; e uma avaliação final do projeto.

Em função dos tempos mínimos previstos para cada etapa, houve certa dificuldade inicial em conciliar as disponibilidades dos participantes definidos, que confirmaram as respectivas participações na experiência proposta. Muitas pessoas com quem conversamos nas visitas, ao procurar ladrilhos pela cidade, se interessaram pelo assunto, entretanto tinham compromissos e não puderam participar. Muitos eram funcionários do imóvel e não conseguiram liberação do contratante para se ausentar durante a viagem à Barbacena. Outros ainda não se interessaram pelo tema, e houve ainda o fato da proprietária de um hotel antigo do centro da cidade, que afirmou já cuidar do piso a muitos anos de uma forma e não mudaria agora.

Depois de semanas de conversações, dentre os participantes em potencial onze foram selecionados. Todos os detalhes foram acertados, mas na véspera do início previsto das atividades – junho de 2022 –, três pessoas desistiram de colaborar. Restando, por fim, apenas oito participantes interessados em colaborar, em função de suas flexibilidades de horário. Sendo então, durante o processo de participação desses voluntários nas atividades previstas, se buscado respeitar e executar os protocolos pertinentes ao registro de um trabalho de campo, com finalidades pedagógicas.

Na primeira entrevista, houve respostas curtas e longas, tímidas e eloquentes. Todos estavam com a sensação de não saber se o que estava sendo dito era o correto, uma vez que, além de não estarem certos de que cuidavam dos ladrilhos hidráulicos da forma adequada, estavam pouco acostumados a serem filmados falando e pensando sobre o assunto. Entretanto, responderam as perguntas da melhor maneira possível, no intuito de ajudar no projeto na perspectiva, inclusive, de aprender a lidar com esse material.

Por sua vez, quanto à fase da visita técnica, houve entraves de vários níveis, a começar pela dificuldade em se chegar ao dono da empresa, a fábrica Ladrilhos Barbacena. A logística do deslocamento e a disponibilidade de todos em um mesmo dia útil, quando todos estariam disponíveis, também foram obstáculos relevantes. Após semanas de troca de e-mails e mensagens com informações sobre o projeto para os funcionários da fábrica, o senhor Daison R. Cunha, dono da empresa se mostrou muito

solicito e generoso com todas as nossas necessidades e solicitações, marcando então duas datas para as visitas.

Todos os participantes demonstraram muita satisfação pela oportunidade de conhecer essa fábrica de ladrilhos. Apesar da distância e o frio, afinal pode-se afirmar que a visita foi o ponto alto de todo esse projeto piloto, destacando-se também a excelente receptividade pelos funcionários da fábrica, em especial a apresentação de todo o processo por Wilson José Venceslau, gerente de produção e guia da visitação.

Interessados em conhecer cada etapa do processo de fabricação das peças de ladrilho hidráulico, os participantes faziam perguntas, filmavam, fotografavam, demonstrando entusiasmado interesse em cada etapa do processo de fabricação apresentado pelo guia. Ouviam atentamente sobre os materiais utilizados, os cuidados que devem ser tomados, a forma como cada ação ocorre com finalidades específicas, e, tudo em função do processo de fabricação de um revestimento resistente e de qualidade. As perguntas direcionadas espontaneamente ao gerente – um especialista e entusiasta da técnica fabril do ladrilho hidráulico – o fizeram perceber o interesse dos participantes, resultando em uma troca visivelmente positiva. Tal percepção pode ser sintetizada, inclusive, no comentário de Ariane B. Scheffer, logo ao final da atividade: “Esse piso tem que ser caro mesmo, olha o trabalho que dá pra fazer um”. De fato, o ladrilho hidráulico tem um preço alto de mercado, tema, inclusive, que foi abordado na aula expositiva dada posteriormente.

Ao final da realização da aula expositiva, tendo em vista os comentários e perguntas feitas durante a apresentação e mensagens posteriores enviadas pelos participantes, os resultados se apresentam como muito significativos e satisfatórios. Sendo pertinente ressaltar um dos comentários relevantes quanto à questão de que se houvesse mais fontes de informação disponíveis para pessoas que não são da área da arquitetura e do Patrimônio, ou até mesmo que não tenham acesso a uma graduação e/ou educação básica de qualidade, certamente o patrimônio de Juiz de Fora estaria em melhores condições e a população se sentiria mais incluída, por entender que faz parte – de forma pequena – da trajetória e da memória da cidade. Da mesma forma, ao perceber que a identidade da cidade esta intimamente ligada à preservação de sua história e cultura,

essas pessoas externaram que passaram a olhar com outros olhos os prédios antigos que embelezam as ruas do centro de Juiz de Fora.

Após a conclusão das quatro etapas desse projeto piloto é notória a mudança na maneira de pensar e agir dos participantes em relação a esse bem móvel – o ladrilho hidráulico –, e em consequência a própria participação de sujeitos residentes em relação à preservação da memória da cidade, e aqui no caso específico do patrimônio arquitetônico. Esse piso, que é muito comum em Juiz de Fora, ainda existente em diversos locais onde os cidadãos circulam todos os dias – como lojas, prédios que abrigam serviços públicos, restaurantes, farmácias, escolas, dentre outros – agora, além de serem percebidos, são objeto de reflexões, valorização e cuidados. No entendimento de que a preservação do patrimônio histórico e cultural deva ser responsabilidade de todos.

4.3. Produção de vídeo

O audiovisual formatado como um dos produtos da presente dissertação se apresenta no formato de um minidocumentário, seguindo as seguintes etapas:

- **Pesquisa:** O pesquisador é um profissional responsável por avaliar a aplicabilidade da ideia. Também é sua função descobrir se os personagens estão dispostos a contar suas histórias, definir onde serão feitas as filmagens, e, principalmente, se valer de uma vasta pesquisa em fontes confiáveis para enriquecer o audiovisual;
- **Planejamento:** Planejar um documentário envolve tanto a organização de elementos técnicos, como os equipamentos a serem utilizados nas filmagens, os aspectos burocráticos, e as respectivas autorizações de uso de imagem de cada participante;
- **Roteiro:** O roteiro (também chamado de pré-roteiro em documentários) vai estabelecer a ordem das filmagens e dos personagens a serem entrevistados. Pode elencar objetos e trazer especificações sobre a abordagem pretendida no filme. É importante ressaltar que no decorrer das filmagens podem ocorrer mudanças;
- **Filmagem:** A filmagem de um documentário precisa mesclar com sabedoria o que foi planejado e o que surge no imprevisto, em função de um cronograma

de filmagem (e montagem) a ser seguido. Sendo importante que ele seja flexível;

- **Som:** É possível trabalhar com o som direto (o que é captado durante as filmagens) e mesclá-lo com sons produzidos em estúdio (como trilhas e efeitos sonoros). O som, no entanto, é um aspecto crítico: se for mal captado, não será possível refazê-lo;
- **Edição:** A montagem de um documentário é responsável pela estruturação final da narrativa pretendida. Também chamado de “terceiro filme”, feito a partir do material bruto, sem “apego” às formulações originais.

Todas as etapas de produção e pós-produção assinaladas foram seguidas para a produção do minidocumentário proposto, ressaltando-se não ser um projeto profissional, e de acordo com as seguintes autorias:

Equipe Técnica:

- Pesquisadora: Poliana Vieira Côrtes Lopes
- Roteirista: Poliana Vieira Côrtes Lopes
- Câmera e captação de áudio: Poliana Vieira Côrtes Lopes
- Som: Poliana Vieira Côrtes Lopes e Frederico Lopes de Oliveira Côrtes
- Edição: Frederico Lopes de Oliveira Côrtes

O objetivo desse audiovisual é apresentar, de forma didática e com as devidas referências, as ações de Educação Patrimonial aplicadas durante a presente pesquisa, o projeto piloto proposto, bem como seus resultados.

O link de acesso está disponibilizado abaixo, mas também é possível encontrar o minidocumentário no canal Bodoque Artes e Ofícios, no site do YouTube, com o mesmo título da dissertação.

Link: <https://youtu.be/dYSRa98RWLU>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa tem como objetivo principal contribuir para o âmbito das necessárias e possíveis relações entre ações educativas e a valorização e preservação do patrimônio cultural, tendo como objeto de estudo o ladrilho hidráulico na arquitetura eclética de Juiz de Fora, município de Minas Gerais. Material de revestimento arquitetônico que pode ser destacado nas edificações construídas nessa cidade a partir do início do século XX, notadamente em função da trajetória produtiva da empresa Pantaleone Arcuri & Timponi, fundada em 1895 por dois imigrantes italianos, em 1895.

Tendo em vista o contexto social e a significância histórica do período aqui considerado sobre a evolução urbana de Juiz de Fora, e a despeito das ações existentes sob a responsabilidade dos órgãos competentes pela preservação do patrimônio cultural, é relevante assinalar a constatação da predominância de um desconhecimento do cidadão comum em relação aos bens culturais relacionados às edificações históricas da cidade, sendo estas tombadas ou não. Nesse sentido, foi proposto e executado um projeto piloto com o foco nas especificidades dos princípios da conservação de bens culturais imóveis relacionados – desde informações técnicas *in loco* abordando as fases de confecção de um material da construção –, voltado para um determinado público-alvo selecionado, composto por moradores locais que possuem esse revestimento em suas residências.

A avaliação dos resultados obtidos nessa ação de educação patrimonial, realizada em quatro etapas (divididas em duas Ações – *Workshop* e produção audiovisual), e pode ser considerada positiva, sob diversos aspectos. No que se refere às questões que envolvem as ações já consagradas no campo teórico, conceitual e metodológico da Educação Patrimonial – que pode ou deve conter o caráter transformador que a memória individual e coletiva possibilita –, a proposta aqui desenvolvida se propôs a preencher essa lacuna, atingindo uma parte mínima da população em questão, mas, inclusive, almejando se desdobrar futuramente em outras ações com os mesmos objetivos pedagógicos, para outros públicos alvos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Arquivístico Nacional. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: IPHAN, nº 30, 2002.

ARANTES, Luiz Antônio Valle. In: BORGES, Célia Maia (org). Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Caminhos incertos, conflitos religiosos e empreendimentos: a trajetória dos alemães na cidade. Juiz de Fora: Editora UFJF (2000): 89-126.

ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. Vol. 5. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND. Uma breve história do cimento Portland. 2013. Disponível em: < <https://bit.ly/2ItPziI> >. Acesso em: 04 outubro 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9457: Ladrilhos hidráulicos: especificação e métodos de ensaio. Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: < <https://www.normas.com.br/visualizar/abnt-nbr-nm/1356/abnt-nbr9457-ladrilhos-hidraulicos-para-pavimentacao-especificacao-e-metodos-de-ensaio> >

ASSMANN, Aleida, and Paulo Soethe. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Editora da UNICAMP, 2011.

AZEVEDO, Nilo Lima de; JABOUR JUNIOR, Wilson Coury. Reflexões e olhares: o patrimônio cultural de Juiz de Fora. Juiz de Fora: FUNALFA, 2012.

BARROS, Júlio; Alzira Costa Rodrigues BARROS; MARDEN, Sanzio. Restauração do patrimônio Histórico: uma proposta para a formação de agentes difusores. Editora SENAI-SP, 2018.

BASTOS, Wilson de Lima. Badalo do sino (Memórias). Juiz de Fora: Paraibuna, 1986.

BASTOS, Wilson Lima. Nas sombras das aroeiras. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1976.

BORTOLAIA, Ana Paula Teles de Sousa. Ladrilhos Hidráulicos: aspectos técnicos, restauração e conservação. Artigo de especialização, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria- RS, 2004.

BORGES, Carolina. A retórica do ornamento. *Revista Estética E Semiótica*, 9(2), 78–87. 2020.

BRAGA, Márcia Dantas et al. *Conservação e restauro: arquitetura*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003.

BRAGA, Márcia Dantas. *Conservação e restauro: Pedra – Pintura Mural – Pintura em Tela*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003.

CABRAL, Magaly. Educação Patrimonial x Educação Museal IN: Caderno Temático de Educação Patrimonial 2. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012, p.38-43.

CAMPOS, Claudia Fatima. *Trajatória e significado do ladrilho hidráulico em Belo Horizonte*. UFMG, Belo Horizonte, 2011.

CARRARA, Marina Lima. *Plano Howyan de Juiz de Fora: técnica, proselitismo e politicagem na Primeira República*. Dissertação de Mestrado. UFMG, 2020.

CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. *A Trajetória Histórica da Conservação-Restauração de Acervos em Papel no Brasil*. Juiz de Fora: Editora UFJF, FUNALFA, 2012.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. In: *Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora. Trabalho, enriquecimento e exclusão: italianos em Juiz de Fora (1870-1940). Editora UFJF (2000): 127-182.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, Planalto, 1934. último acesso 13/09/2022. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>

CORTES, Marcele Della Flora; LOPES, Caryl Eduardo Jovanovich. *Valorização e preservação de ladrilhos hidráulicos do período art déco brasileiro presentes no centro*

histórico de Santa Maria (RS). Revista Confluências Culturais, v. 3, n. 2, p. 9-21, 2014. Disponível em < <http://periodicos.univille.br/index.php/RCC/article/view/512> > Acesso em: 30 setembro 2021.

DE AZEVEDO, Joana Maria Carvalho Benta. Absorção por capilaridade de soluções aquosas salinas em materiais porosos. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto. Porto, Portugal. 2013.

DOMINGUEZ, Andréa Jorge do Amaral. Ladrilhos hidráulicos: bens integrados aos prédios tombados de Pelotas-RS. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

DUARTE, Antonio Carlos. Arquitetura Eclética – Juiz de Fora. Juiz de Fora: FUNALFA, 2016.

DUTRA, TONINHO (Org). Outras memórias possíveis. Juiz de Fora: FUNALFA, 2016.

FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. In: Anais do Museu Paulista, Nova Série, N.1, p. 131-307. 1993.

FAZOLATTO, Douglas. Juiz de Fora: imagens do passado. Juiz de Fora: FUNALFA, 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil .2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, IPHAN, 2005.

GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. Direitos sociais em perspectiva: Seguridade, Sociabilidade e Identidade nas Mutuais de Imigrantes em Juiz de Fora (1872-1930). Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

GENOVEZ, Patrícia Falco et al. Núcleo histórico da Rua Espírito Santo. Juiz de Fora : Clio edições eletrônicas. 1998.

GENOVEZ, Patrícia Falco et al. Núcleo histórico e arquitetônico da praça Dr João Penido. Juiz de Fora : Clio edições eletrônicas. 1998.

GODOY, Patrícia Bueno. O nacionalismo na arte decorativa brasileira – de Eliseu Visconti a Theodoro Braga. I Encontro de História da Arte – IFCH. UNICAMP/SP, 2005.

GOMBRICH, Ernest Hans. A História da Arte. Rio de Janeiro: LTC. 1999.

GRILLO, João. Ladrilhos hidráulicos 2008. In: Design brasileiro hoje: fronteiras. Adélia Borges (curadoria e texto). São Paulo: Museu de Arte Moderna de São Paulo, 2009.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Vol. 199. Brasília: Iphan, 1999.

HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela Memória: Arquitetura, Monumentos, Mídia. Rio de Janeiro. Aeroplano, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN/MS promove oficina de ladrilho hidráulico em Corumbá. Silvana Losekann (Superintendente). Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2310/iphan-ms-promove-oficina-de-ladrilho-hidraulico-em-corumba> > Acesso em: 12 maio 2022

IEPHA/MG. Dicionário Biográfico de construtores e artistas de Belo Horizonte: 1984/1940. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 1997.

JARDIM, Rachel. O estilo repudiado. In: DUARTE, Antonio Carlos. Arquitetura Eclética – Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2016.

KLUMB, Henry. Doze horas em diligencia: guia do viajante de Petropolis a Juiz de Fóra. Na Photographia Klumb, 1872.

LAGE, Oscar Vidal Barbosa; ESTEVES, Albino. Álbum do município de Juiz de Fora. Imp. Official do Estado de Minas, 1915.

LAMAS, Márcia Lopes; LONGO, Orlando Celso; SOUZA, Vicente Custódio de. A produção de ladrilho e o ofício de ladrilhar: método de produção de ladrilhos do século XVIII aos nossos dias. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 26, 2018. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/148057> > Acesso em: 30 setembro 2021.

LIMA, Solange Ferraz. O trânsito dos ornatos. Modelos ornamentais da Europa para o Brasil, seus usos (e abusos?). Anais do Museu Paulista. São Paulo, v.16, n.1, p.151-199. jan.-jun. 2008. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5489>> Acesso em: 30 setembro 2021.

LOEWEN, Andréa B.; D'AGOSTINO, Mário Henrique. Ornamento e decoro em Alberti e Vitruvius. in: Desígnio: Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo. São Paulo: Annablume, 2004, n. 2, setembro de 2004.

MANUAL DE LADRILHO HIDRÁULICO: passeio público. São Paulo: ABCP, 2010. Disponível em: <<https://www.solucoesparacidades.com.br/wpcontent/uploads/2012/08/M anualLadrilhoHidraulico.pdf>>. Acesso em: 14 agosto 2022.

MARTINS, Ana Paula Ramos da Silva Dutra. O Patrimônio Eclético no Rio de Janeiro e sua preservação. Martins. Dissertação. (Mestrado em Ciências em Arquitetura) UFRJ: Rio de Janeiro. 2009.

MEDEIROS. Mércia Carréra de; SURYA, Leandro. A importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio. In: CHUVA, Marcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Org.). Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012. P. 67-78.

MEHTA, P. Kumar e MONTEIRO, Paulo J. M. Concreto - Estrutura, Propriedades e Materiais. São Paulo: Pini, 1994.

MOURA, Larissa Ribeiro de. A reconstrução virtual na salvaguarda do patrimônio histórico: O caso Palacete Fellet. Rio de Janeiro. UFRJ - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - PROARQ - Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio, 2017.

NAPPI, Sérgio Castello Branco; LALANE, Manuela Marques. A salinidade em edifícios antigos. VI Congreso Internacional sobre Patología y Recuperación de Estructuras. SINPAR. Cordoba, 2010.

NAVA, Pedro. Balão cativo. São Paulo, Atelié Editorial, 2000.

NAVARRO, Mário Arturo Hernández; MORÁN, Hernán S. Bustelo. Puerto Rico tile designs. Amsterdam: The Pepin Press, 2010.

OLENDER, Marcos. Ornamento Ponto e Nó. Juiz de Fora: Editora UFJF, FUNALFA, 2011.

OLENDER, Marcos. Pequena(s) história(s) do ornamento. Juiz de Fora, MG : Editora UFJF, 2021.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa (Org.). Ladrilhos hidráulicos, Apostila Projeto de extensão. Arq. Débora Stolz Silveira; acadêmicos: Ana Paula Marroni de Andrea; Fernanda Albuquerque Monteiro; Jader Bednarski; Roger Martins Gonçalves, Pelotas: UFPEL, 1994.

OLIVEIRA, Cléo Alves. Educação patrimonial no IPHAN. Monografia de Especialização. Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. Tecnologia da conservação e da restauração - materiais e estruturas: um roteiro de estudos. 4 ed. Salvador, BA. EDUFBA, 2011.

OLIVEIRA, Paulino de. História de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2ª Edição, 1966.

OLIVEIRA, Paulino de. Pantaleone Arcuri e Juiz de Fora. Juiz de Fora, Lar Católico, sd, 1959.

ORIÁ, Ricardo. Educação Patrimonial: conhecer para preservar. Disponível em < <http://www.educacional.com.br/articulas/articula0003.asp> > Acesso em: 30 setembro 2021.

PASSAGLIA, Luiz Alberto. A preservação do patrimônio histórico de Juiz de Fora: medidas iniciais. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, s.d.

PATETTA, Luciano. Considerações sobre o Ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (Org). Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo: Nobel/Edusp, p.12-27. 1987.

PORTLAND, Associação Brasileira de Cimento. Manual de Ladrilho Hidráulico: Passeio Público. Associação Brasileira de Cimento Portland: ABCP, São Paulo, 2010.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1970.

ROSSI, Paolo. O passado, a memória e o esquecimento: seis ensaios de história das ideias. São Paulo: Ed. Unesp, 2010, Cap. 1 Lembrar e esquecer, p. 15-38.

SEGURADO, João Emílio dos Santos. Acabamento das construções. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo, 1900.

SEGURADO, João Emílio dos Santos. Materiais de Construção. In: Biblioteca de Instrução Profissional. Lisboa/Paris/São Paulo/Rio de Janeiro: Aillaud & Bertrand/Francisco Alves, 4ª ed., 1959.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. O Ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930. In: FABRIS, Annateresa. Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987. p.104-145.

SHIRAKAWA, Marcia A. Estudo da biodeterioração do concreto por *Thiobacillus*. Dissertação de mestrado, Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - Autarquia associada à USP. São Paulo, 1994.

SILVA, Helio, e CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. Nasce a República,[1888-1894]. Vol. 1. São Paulo: Editora Três; Rio de Janeiro: distribuição para todo o Brasil, F. Chinaglia Distribuidora, 1975.

SILVA, Svetlana Maria Farias da. Ladrilhos Hidráulicos de São Luis: Reflexos estéticos de uma época. São Luis: Secretaria de Estado da Cultura: SESC, 2005.

STEHLLING, José Luiz. Juiz de Fora: a Companhia União e Indústria e os alemães. Juiz de Fora: Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage,1979.

THOMAZ, Eduardo Christo Silveira. Notas de aula – Ataque de Sulfatos ao Concreto de Cimento Portland – PDF. Disponível em:< <https://docplayer.com.br/amp/14711302-Ataque-de-sulfatos-ao-concreto-de-cimento-portland.html> > último acesso 07 agosto de 2022.

TRENTO, Angelo. Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil. Studio Nobel, 1989.

TURAZZI, Maria Ines. Poses e trejeitos: A fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889). Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. Restauração . São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

YUNGE, William. Manual do ENEM, Biologia. Quero bolsa, 2022. Disponível em: <<https://querobolsa.com.br/enem/biologia/capilaridade>> último acesso 07 agosto de 2022.

ARCURI, Tiso Fortini. Companhia Industrial Pantaleone Arcuri. Juiz de Fora, 06/05/1987. Entrevista cedida a Hilda R. de Paula. Manuscrito. Acervo FUNALFA.

ARCURI, Artur. Companhia Industrial Pantaleone Arcuri. Juiz de Fora, 02/02/1987. Entrevista cedida a Hilda R. de Paula. Acervo FUNALFA.

Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage. Patrimônio Cultural, Bens tombados. Villa Ircema. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/funalfa/patrimonio/historico/vila_ircema.php> acesso 21/07/2022

Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage. Patrimônio Cultural, Bens tombados. Repartições Municipais (antigo fórum). Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/funalfa/patrimonio/historico/reparticoes_municipais.php> acesso 21/07/2022

Fontes:< <https://revistatrama.artebodoque.com/2020/10/18/casa-ditalia-a-memoria-e-a-cultura-italiana-em-juiz-de-fora-e-regiao/> > último acesso 15 de novembro de 2022
<<http://www.ipatrimonio.org/juiz-de-fora-casa-ditalia/#!/map=38329&loc=-21.764456000000006,-43.348476000000005,17>> último acesso 15 de novembro de 2022

<http://www.ipatrimonio.org/juiz-de-fora-edificio-ciampi/#!/map=38329&loc=-21.76075386530786,-43.34963897721643,17> > último acesso 15 de novembro de 2022

ALICATIVO: JF Patrimônio

APÊNDICES

APÊNDICE A

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA INICIAL COM ALINE BATISTA FABRE

Poliana: Fala pra mim o seu nome

Aline: Aline Batista Fabre

Poliana: Sua idade.

Aline: Quarenta e cinco anos.

Poliana: Endereço

Aline: Avenida Getúlio Vargas, 597 – Centro

Poliana: Profissão

Aline: Eu sou tourismóloga de formação, mas atualmente sou comerciante.

Poliana: E onde você tem ladrilho hidráulico?

Aline: Nós temos ladrilho hidráulico na nossa loja, que é uma farmácia de manipulação daqui de Juiz de Fora.

Poliana: E qual que é a sua relação com o ladrilho? Você gosta, ele te incomoda, já quis tirar?

Aline: O ladrilho ele tá presente desde a inauguração da loja que é de 1926 né, então assim, ele é uma referência muito bacana para as pessoas que visitam a loja porque sempre sempre vê aquela coisa, aquela casa é antiga né, incomoda um pouco porque o piso já está um pouquinho gasto, a gente queria até é fazer uma restauração, a gente até já até chegou a pensar nisto uma vez no momento que a gente queria fazer uma reforma na loja, na própria né é... a gente fala fachada da loja, mas é na frene de loja. Só que na época não deu e, e ficou por isso mesmo, fora isso a família tem muitos ciúmes da, de qualquer alteração que tenha que fazer dentro da loja que a gente quer sempre preservar o que está ali desde o início que isto é que é o charme da loja né.

Poliana: É... e a loja, ela é tombada?

Aline: Não, ela não é tombada [barulho no local interrompendo] tá dando certo essa luz aí?

Poliana: Tá [risos e sons de conversa ao fundo, ainda interrompendo a entrevista]

Aline: Tá

Poliana: Quais os produtos [Nova interrupção por conversas]

Aline: Tá [Continua a interrupção]

Poliana: Quais os produtos de limpeza que vocês usam lá?

Aline: Basicamente é água, um pouquinho de água sanitária, álcool e desinfetante, mais nada.

Poliana: E qual que é a importância que você acha que este piso tem, mas pra você?

Aline: Então, aquele piso significa história né, e Juiz de Fora ela não tem muita história, se você for ver é uma cidade recente. Tem só 170 anos né, então é... eu acho que tudo que remete um pouquinho história a gente tem que valorizar.

Poliana: E você sabe alguma coisa sobre a história do imóvel?

Aline: Então, ali é uma loja e tem um prédio em cima né, eu até procurei saber se a nossa loja é uma empresa familiar e... o que é que acontece, é eu percebi que o prédio em si ele é bem mais recente do que a loja [conversa ao fundo], então [ainda conversa ao fundo e risos da Aline] pode falar tem problema não, [risos da Aline] repete essa [risos da Aline] que é, é que seria essa daqui né?

Poliana: Alguma coisa da história.....

Aline: [Risos] Tem problema não filha ... não isso daqui é ditado [Risos} tem problema não [continua conversa ao fundo] mas não escutei não... não, não foi, já tá acabano, perá, quer que espera? A gente vai esperar. Pode falar amiga, é? [Continua conversa ao fundo de estranhos] Mas já saiu tudo, olha lá que beleza! [conversas] Agora que começa o horário de café.

Poliana: É.

Aline: O que é que eu tenho que falar aqui? Mais próximo?

Poliana: É [Arrumando o microfone que saiu do lugar]

Aline: Tá.

Poliana: Se você sabe alguma coisa sobre a história do imóvel.

Aline: Um hum, Eu sei que a loja, ela ali é um complexo de um prédio e a loja em baixo. Então, basicamente a loja foi feita primeiro e depois foi construído o prédio porque você vê que a própria arquitetura do prédio é diferente do estilo da loja. Então assim, a loja é de 1926, e o prédio me parece que é da década de cinquenta a sessenta. Então há uma historia ali, mas o que acontece, o fundador do...da loja morava ali antigamente, entendeu assim então eu acho, acredito eu, a gente não tem essa certeza que ele mesmo pode ter construído aquilo ali para morar ali em cima né, mas quem sabe? [Risos]

Poliana: É...e a qual a sua história em relação a cidade de Juiz de Fora?

Aline: A tá. Eu nasci aqui e minha família é daqui. Nós temos descendência italiana né? E... estudei aqui até a faculdade. Depois ãhh ... saí, viaj..., morei fora e regressei já a doze anos e já ingressei direto trabalhando na farmácia junto com o restante da minha família.

Poliana: E você, conhece a história de Juiz de Fora?

Aline: Eu conheço muito pouco, pra falar a verdade. Assim eu sei que Juiz de Fora ela fo.. ela é meio que um caminho é,, das minas de our., no caso da do caminho do ouro né, então os ouros de Minas Gerais passaram por aqui para ir embora pro Rio de Janeiro, mas nada muito aprofundado, e assim, claro que nós temos ali o Museu Mariano Procópio que era a casa de descanso ali do Dom Pedro, no caso da passagem mesmo e das minas pra pro Rio né. Esse é basicamente isso que eu sei.

Nós somos a Manchester Mineira né, mas o fundamento disso eu também, acho que foi uma questão relativa ao progresso, indústrias né que começaram a ter aqui em Juiz de Fora né, mas o próprio nome da cidade eu não sei te dizer [Risos].

Poliana: Tá ótimo. Muito obrigada Aline.

APÊNDICE B

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA INICIAL COM ARIANE BERTANTE SCHEFFER

Poliana: Fala pra mim qual é o seu nome.

Ariane: Ariane Bertante Scheffer

Poliana: Sua idade.

Ariane: É, 24 anos.

Poliana: Seu endereço.

Ariane: Rua Olímpio Reis, 434, Santa Helena – Juiz de Fora

Poliana: Sua profissão.

Ariane: Estudante

Poliana: E, aonde tem ladrilho hidráulico?

Ariane: Aqui na casa onde eu moro tem ladrilho hidráulico. Na cozinha, corredor e também em alguns cômodos da casa tem bastante ladrilho aqui.

Poliana: E qual é a sua relação com eles, incomoda, você gosta.

Ariane: Então, quando eu conheci, eu pensei que era um piso normal, tive a impressão que era mais difícil de limpar, mas ele me agrada. Eu acho bonito, só que, eu não, não tenho nenhuma relação afetiva com ele ainda, só acho eles bonitos.

Poliana: É ummm, e nesta casa que você mora, ela é tombada?

Ariane: Não, não é não.

Poliana: Quais os produtos de limpeza você usa nele?

Ariane: Normalmente a gente usa água sanitária, detergente e sabão em pó a gente usa também, e a gente até cogitou utilizar cloro em pó pra limpar ele, só que não deu muito certo não.

Poliana: Éee, qual a importância que você acha que esse piso tem pra você?

Ariane: Prá mim, até o momento ele não tem nenhuma relação emocional. Eu acredito pelo que a gente já conversou que ele seja importante pela história em que era bastante utilizado, percebo também que ele dura bastante quando ele é bem conservado, mas emocional não tenho muito.

Poliana: Hum, e você sabe alguma coisa da história dessa casa?

Ariane: Eu sei que essa casa foi construída pelo avô do meu namorado, que é um morador antigo do bairro. E essa casa tem estrutura tradicional do bairro Santa Helena mesmo, uma casa bem interessante.

Poliana: E qual é a sua história em relação a cidade de Juiz de Fora?

Ariane: Eu nasci aqui em Juiz de Fora. Sempre morei aqui, já morei em alguns bairros de Juiz de Fora e eu gosto bastante da cidade.

Poliana: E você conhece a história da cidade?

Ariane: Conheço um pouco da história.

Poliana: Beleza, então essa foi a entrevista. Obrigada Ariane.

APÊNDICE C

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA INICIAL COM BEATRIZ REZENDE MARQUES COSTA

Poliana: Fala pra mim o seu nome.

Beatriz: Beatriz Rezende Marques Costa.

Poliana: Idade

Beatriz: Tenho 57 anos.

Poliana: Endereço

Beatriz: Rua Santos Dumont, 85, Juiz de Fora.

Poliana: Sua profissão

Beatriz: Sou servidora Pública aposentada.

Poliana: Onde você tem ladrilho hidráulico

Beatriz: Aqui na varanda da casa, no banheiro e na cozinha.

Poliana: Qual é a sua relação com ele, incomoda, você gosta, já quis tirar?

Beatriz: É..., na verdade a casa quem reside é a minha mãe né, e..., mas... não, nunca pensamos em tirar não. Quando minha mãe comprou, né a casa ela reformou e quis manter na época o ladrilho esta parte mais antiga da casa, então a gente não pensa assim retirar não. É ótimo!

Poliana: E a casa, é tombada?

Beatriz: A casa foi tombada a pedido de minha mãe, inclusive né, porque ela sempre viu essa importância da preservação desse patrimônio nessa cidade. Tombada.

Poliana: Você sabe quais partes?

Beatriz: Ahn... não sei, isso eu não sei. [risos]

Poliana: É..., quais os produtos de limpeza usados na conservação?

Beatriz: Olha, eu acho que já tem mais de 35 anos que a gente mora aqui, então, assim, durante esse tempo eu acho que os artigos de limpeza normal da casa. Usa detergente, talvez alguma coisa mais abrasiva de vez em quando, dependendo da sujeira. Hoje em dia eu acredito que seja sabão em pó, detergente, alguma coisa assim que utilize.

Poliana: É... e...qual que você acha que é a importância desse ladrilho para você?

Beatriz: Ah, como eu disse, sim. Nessa época essa casa, na verdade a mãe mora nela e minha mãe tem um apego muito grande em relação a estas coisas né, de... em virtude do próprio fundamento que ela quis fazer né da casa e dessas coisas mais antigas serem preservadas né. Nisto também eu concordo com ela, porque até hoje não há necessidade da troca né. Talvez a gente é, optasse pela troca se fosse uma necessidade de estruturar alguma coisa, de fazer alguma modificação. Mas até o momento a gente não viu essa necessidade não, então a gente também acha muito bonito, a gente acha interessante preservar também.

Poliana: E você sabe alguma coisa sobre a história do imóvel?

Beatriz: Não..., do imóvel basicamente sim. Foi comprado de uma família antiga né, que residia aqui a bastante tempo né. A gente, é..., não que a gente tenha contato, mas às

vezes a gente encontra alguém que morou aqui nessa casa, antes dos meus pais comprarem, mas a história é basicamente a nossa aqui nessa casa quando meus pais compraram, minha mãe teve um curso de redação aqui né, durante muitos anos, é... aqui nesta casa. Minha mãe é apaixonada com a casa né, meu pai sempre gostava demais de morar aqui. É uma casa boa, no centro da cidade com quintal enorme né,, com coisas mais antigas, com algumas coisas mais novas misturadas, então, é..., basicamente essa parte mais antiga a gente sempre gostou muito de preservar. É, então, a história da casa é basicamente isso: Família que moraram aqui né, e que em relação familiar mesmo com a casa né?

Poliana: Sim, muito bom. É... e a sua história é... em relação a cidade de Juiz de Fora?

Beatriz: Uai, eu, né, meus pais vieram morar em Juiz de Fora mais ou menos em 1977 né, e a partir daí criaram os filhos aqui, estudamos aqui, né, meus pais é... não moraram aqui né, desde esta época, mas acredito que a casa tenha sido comprada por volta de 1990, alguma coisa assim, e, desde então, eles residem aqui, [risos] não, foi antes disso. Foi em 1988, alguma coisa assim, e residem preservando, mantendo aqui né, e a gente, todos os filhos foram morar fora, mas a gente retorna sempre pra poder, é... encontrar a família aqui e aqui é o espaço que a gente realmente, o espaço de encontro de família. É uma casa de manter essa coisa, é de encontrar família, poder comemorar a minha mãe, que é uma pessoa idosa. Vai fazer 90 anos esse ano e..., é isso. A gente pode também entende o que meus pais fizeram em relação ao tombamento da casa né, a gente acha importância e enquanto a gente conseguir preservar essas coisas mais antigas que a gente tem da mesma forma né, quando não houver necessidade de fazer alguma alteração importante significativa que tiver que ser feita, a gente vai manter com é.

Poliana: E você conhece a história de Juiz de Fora?

Beatriz: Olha eu acho que eu já ouvi várias partes da coisa, mas assim não de forma significativa é... assim que eu tenha introjetado durante, é...pequenos detalhes né. Na verdade é a questão da Manchester Mineira né, e que hoje em dia a gente vê que não tem mais essa questão né, de industrial mais né, de mais como a gente estudar aqui é, são sempre histórias pontuais né, com relação a cultura da cidade, a política, a época que a gente passou pela universidade né, e estas histórias que a gente vai vivendo ao longo do tempo né?

Poliana: É isso aí. Tá ótimo Beatriz. Estas são as perguntas e a entrevista finaliza aqui. Obrigada.

APÊNDICE D

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA INICIAL COM DAYANA DE FREITAS VASCONCELOS

Poliana: Fala pra mim o seu nome.

Dayana: Dayana de Freitas Vasconcelos

Poliana: A sua idade.

Dayana: Vinte e oito anos.

Poliana: Seu endereço.

Dayana: Éeee, rua Espírito Santo 993.

Poliana: Profissão

Dayana: Auxiliar de serviços gerais

Poliana: E aonde tem ladrilho hidráulico?

Dayana: Tem numa chegada do corredor aqui onde eu trabalho.

Poliana: Hum. Qual que é a sua relação com ele. Você... Se você tivesse poder de tirar, você tiraria???

Dayana: Não! Eu acho bonito.

Poliana: Acha bonito? Hum, esse prédio é tombado?

Dayana: Não sei.

Poliana: Quais os produtos de limpeza você usa nele?

Dayana: A gente usa água sanitária e um produto que chama multi... éee, como chama gente, péra aí que eu esqueci. Multiuso, que é um produto de limpeza que a gente joga com a água sanitária para clarear.

Poliana: Humm. Qual a importância que você acha que esse piso tem?

Dayana: Num sei.

Poliana: Éee, você sabe alguma coisa sobre a história deste prédio?

Dayana: também não sei.

Poliana: E qual é a sua história em relação a Juiz de Fora?

Dayana: Nasci aqui, fui criada aqui, minha família é toda daqui, e, e é isso.

Poliana: E você conhece alguma coisa sobre a história de Juiz de Fora?

Dayana: Não, não conheço não.

Poliana: Beleza! Obrigada!

APÊNDICE E

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA INICIAL COM HELOISA HELENA NEDER VIEIRA CÔRTEZ

Poliana: Qual que é o seu nome?

Heloisa: Heloisa Helena Neder Vieira Côrtes

Poliana: Idade

Heloisa: 63 anos

Poliana: Seu endereço.

Heloisa: Rua Padre Bonifácio, número 13, Bairu – Juiz de Fora – MG

Poliana: Sua profissão.

Heloisa: Professora aposentada.

Poliana: Aonde você tem ou tinha ladrilho hidráulico?

Heloisa: Meu avô era libanês e ele gostava muito de coisa mais sofisticada e na época ele construiu uma casa aqui em Juiz de Fora e também a fazenda ele construiu uma casa lá, um casarão lá, e ele lá minha mãe herdou depois que ele faleceu e tinha ladrilho hidráulico na varanda e também num banheiro.

Poliana: E qual que é a sua relação com esse ladrilho hidráulico? Ele te incomoda, você gosta, já quis tirar?

Heloisa: Olha, eu sempre gostei muito, mas quando nós pegamos a fazenda pra reformar, nós.. o banheiro tinha caído e a pessoa lá estragou tudo, tirou tudo, acabou não sobrou nada, sobrou uns cacos lá do piso do banheiro, mas a varanda não, a varanda ficou inteirinha, certinha, normal e eu sempre gostei muito, muito, muito, principalmente pelo fator afetivo né, ele que construiu e eu sempre gostei e sempre quis mantê-lo.

Poliana: Mas vocês tiraram?

Heloisa: Tiramos, porque o meu marido gostas das coisas assim, muito certinha, muito limpinha, e ele ficou encardido, ele ficou feio e a gente não conseguia limpar. E ele tanto falou quando reformou a fazenda toda, ele tanto falou, tanto falou até que eu resolvi tirar prá resolver o problema.

Poliana: E aí, vocês tiram ele e guardou, jogou fora?

Heloisa: Não, aí eu perdi alguns, porque quando foi tirar quebrou, mas a maioria eu guardei, e os da varanda eram esses aqui, eles foram ficando assim, encardido eeee, mas eu guardei e esses aqui eu dei para a Poliana e ela colocou aqui na copa dela. Mas eu tenho lá ainda, eles estão guardados. Eu gosto muito deles e ainda quero usar em outra coisa.

Poliana: E quais os produtos de limpeza que vocês usavam nele?

Heloisa: Ah, aí, nossa! Eu usei de tudo. Nós passamos cloro, lavamos com palha de aço, fizemos de tudo, cloro, tudo que era produto que me falavam, veja, tudo, tudo isso, tudo isso. Éeee, usamos um removedor de cera. Depois passei a usar cera. Depois usei um produto lá que criou uma crosta em cima dele. Com o tempo ele começou a arrepicar. Nós tivemos que lavar com Bom Bril, um por um, a varanda toda, hãm, foi muita luta até que eu resolvi deixar ele tirar pra parar com a amolação.

Poliana: E qual a importância que você acha que esse piso em pra você?

Heloisa: A, um poder afetivo muito grande. Foi da minha família, eee herança éee, é muito especial.

Poliana: Você sabe alguma coisa sobre a história do imóvel?

Heloisa: Sei. Que o meu avô quando veio pra cá, ele quando comprou a fazenda, foi a primeira coisa que ele comprou no Brasil, ele trabalhava mascateando de fazenda em fazenda, vendendo coisas. Então, assim, foi muito sacrifício pra ele conseguir o que ele conseguiu. Então eu valorizo muito isso, pra deixar pros filhos, pra deixar pros netos, caso eu neta e agora os bisnetos que estão usufruindo isso daí que foi trabalho dele.

Poliana: E qual que é a sua história em relação a cidade de Juiz de Fora?

Heloisa: Bom, aqui é muito especial né? Eu nasci aqui, minha família é toda daqui, a família da minha mãe, a família do meu pai, a família do meu marido Todo mundo é daqui, trabalhei aqui a vida inteira, dei aula aqui a vida inteira. Aposentei, meus filhos moram aqui, trabalham aqui e moram todos perto. Uma coisa muito especial, uma cidade muito boa.

Poliana: E você conhece alguma coisa sobre a história de Juiz de Fora?

Heloisa: Sim, conheço bastante coisa.

Poliana: Só isso, vamos encerrar nossa entrevista aqui e muito obrigado.

Heloisa: De nada, às ordens.

APÊNDICE F

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA INICIAL COM HENRIQUE LOPES DE OLIVEIRA

Poliana: Qual é o seu nome?

Henrique: Henrique Lopes de Oliveira

Poliana: Idade

Henrique: Tenho vinte e nove anos.

Poliana: Seu endereço.

Henrique: Rua Olímpio Reis, 434

Poliana: Sua profissão?

Henrique: Sou autônomo.

Poliana: Onde você tem ladrilho hidráulico?

Henrique: Na minha casa, do meu avô, né?

Poliana: Qual é a sua relação com ele? Você gosta?

Henrique: Eu gosto bastante. Eu acho que dá uma estética bonita, ram.

Poliana; E essa casa é tombada?

Henrique: Não.

Poliana: Quais os produtos de limpeza você usa ali?

Henrique: Cara, a gente usa pinho sol, a gente usa, é, sabão em pó, detergente e desinfetante, que é a base de creolina.

Poliana: E, qual é a importância que você acha que esse piso tem pra você?

Henrique: A, eu acho maneiro, eu acho ele bonito, ham, tá aí desde que sou criança, eu admiro hãm.

Poliana: E você sabe alguma coisa sobre a história dessa casa?

Henrique: Ah, sei que meu avô construiu.

Poliana: E, qual é a sua história em relação a cidade de Juiz de Fora?

Henrique: Que eu moro aqui tem vinte e seis anos, vinte e oito anos

Poliana: Você nasceu aqui?

Henrique: Não, eu nasci em São José dos Campos.

Poliana: Humm, e você conhece a história de Juiz de Fora?

Henrique: Muito pouco, muito pouco, heee.

Poliana: Está ótimo. Então esse é o fim da entrevista, obrigado.

APÊNDICE G

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA INICIAL COM LUIZ ALBERTO AMARAL CÔRTEZ

Poliana – Bom, fala pra mim o seu nome.

Luiz Alberto – Luiz Alberto Amaral Côrtes

Poliana – Sua idade

Luiz Alberto – 64 anos

Poliana – Seu endereço

Luiz Alberto – Rua Padre Bonifácio, 13 – Bairro – Juiz de Fora

Poliana – Sua profissão

Luiz Alberto – Aposentado.

Poliana – Aonde você tem ou tinha ladrilho hidráulico?

Luiz Alberto – No sítio.

Poliana – E qual a sua relação com ele? Te incomoda, te incomodava? Você gosta? Quis tirar?

Luiz Alberto – Olha, deixa eu historiar um pouquinho pra facilitar. O sítio foi do avô da minha esposa e quando nós assumimos esse sítio, ele já estava bem deteriorado, porque na zona rural tinha muita sujeira, queimada, e isso estragava muito ele. Então nós tentamos limpar muitas vezes, passando vários produtos, mas não conseguimos limpar. Chegou num momento que a gente estava arrumando a casa, nós resolvemos tirar porque ele tava, tava assim, desproporcional a a qualidade dele pra aquilo que a gente tava fazendo na casa.

Poliana – Certo! E essa casa é tombada?

Luiz Alberto – Não, não é tombada.

Poliana – Quais produtos de limpeza que vocês usavam nele?

Luiz Alberto – Olha, água com detergente, cloro, água sanitária. Nós enceramos algumas vezes pra ver se voltava a ter vida. Mas não adiantou. Tiramos a cera mas continuou muito ruim.

Poliana – E qual que é a importância que você acha que esse piso tem pra você?

Luiz Alberto – Ahh, ele tinha uma importância afetiva muito grande, porque, como eu disse, era do avô da minha esposa, e então minha esposa passava as férias ali, era a casa que ela passava as férias. Então, essa era a importância.

Poliana – É ... e você sabe alguma coisa sobre a história dele?

Luiz Alberto - Do, do...

Poliana – Da história do imóvel.

Luiz Alberto – Do imóvel sim. O avô dela construiu para a morada do tio dela. Do filho dele que era tio dela.

Poliana – Certo. E qual é a sua história, a sua história em relação a cidade de Juiz de Fora?

Luiz Alberto – Nasci aqui, me criei aqui, estudei aqui e gosto muito daqui, sem dúvida nenhuma. Ótima cidade pra morar.

Poliana – Você conhece a história da cidade de Juiz de Fora?

Luiz Alberto – É conheço um pouco, já estudei um pouco sobre a história, e é uma cidade de pioneirismo. Muitas coisas começaram aqui e por isso, é uma cidade muito bacana, muito legal.

Poliana - Beleza, então é isso. Brigada. A genta acaba a entrevista aqui.

Luiz Alberto – De nada.

APÊNDICE H

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA INICIAL COM THAÍS ALVES MATOS RIBEIRO

Poliana – Qual que é o seu nome?

Thaís – Taís Alves Ribeiro Matos

Poliana – Sua idade

Thaís – 33

Poliana – Endereço

Thaís – Rua Doutor Vilaça, nº 11 – Bairro Poço Rico

Poliana – Profissão

Thaís – Encadernadora de livros

Poliana – Aonde você tem ladrilho hidráulico?

Thaís – Não tenho mais. Tinha na minha casa, mas não tem mais.

Poliana – E qual é a sua relação com ele?

Thaís – Não tenho nenhuma relação.

Poliana – E a casa que você mora é tombada?

Thaís – Tá em processo de tombamento de fachada. A minha casa e o conjunto. Acho que são 50 casas.

Poliana – Éee, tem mais duas perguntas aqui, mas como você tirou o ladrilho, você não, né, seus pais tiraram o ladrilho, é eee, eu vou pular. Você sabe alguma coisa sobre a história dessa casa?

Thaís – Eu sei, tem quase certeza que ela foi construída por Pantaleone Arcuri. E aí, ela e as outras que tão em processo de tombamento.

Poliana – E você, mora lá a muito tempo?

Thaís – Ah! Moro lá há vinte anos, mais ou menos.

Poliana – É e qual que é a sua história em relação a cidade de Juiz de Fora?

Thaís – Eu nasci aqui e moro aqui, desde então.

Poliana – E você conhece a história de Juiz de Fora?

Thaís – Não

Poliana – Bom, então é isso, obrigada, a entrevista acaba aqui.

APÊNDICE I

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA FINAL COM ALINE BATISTA FABRE

Poliana – Beleza, vou perguntar Aline: Depois das nossas conversas, visita em Barbacena e da aula, mudou alguma coisa na sua relação com o ladrilho? O que você pensa sobre ele agora?

Aline - Mudou sim, Poliana. É esteticamente o ladrilho hidráulico ele já é muito bonito, né, tanto no piso, quanto na parede e até na forma de um quadro mesmo né pra você enfeitar, é muito colorido né, ele alegra um pouco o ambiente, né, alegra bem. E eu nunca podia imaginar o quão trabalhoso é o que isto é praticamente o trabalho de um artesão né, e eu fico a imaginar o piso lá da nossa farmácia que já tem quase 100 anos e é uma coisa de extrema qualidade né, super durável. Eu fico olhando pro piso e imagino assim, poxa, isso aqui foi feito a mão um a um, né. Então o trabalho que podia ser muito mais valorizado, isto faz parte muito da nossa cultura aqui da nossa cidade e que muitas vezes é esquecida. Eu acho que isto tinha que ser mais explorado né, porque a pessoa quando for comprar um ladrilho vai falar assim: Nossa isso tudo? Mas é um isso tudo que vale muito mais. Tanto como valor sentimental pelo valor histórico e também pelo valor monetário em si, porque aquilo é, é uma coisa, um trabalho muito artesanal, né, então isso tinha que ser realmente muito valorizado.

Poliana – Ótimo. Então é isso, adorei, adorei, ficou ótimo a sua resposta. Ficou perfeito. MUITÍSSIMO obrigada.

APÊNDICE J

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA FINAL COM ARIANE BERTANTE SCHEFFER

Poliana – Ariane, depois das nossas conversas, da visita em Barbacena e da aula, mudou alguma coisa a sua relação com o ladrilho? O que que você pensa sobre ele agora?

Ariane – Então, eu tinha falado que antes eu não pensava nada sobre ladrilho, né, mas depois dessa imersão, que eu me senti numa imersão, agora eu começo a reparar muito mais nas ruas, os ladrilhos, começar a ver também que infelizmente é muito pouco valorizado né, a história da nossa cidade. Eu acho que deveria ser muito mais difundido porque é muito importante, uma arte mesmo né, tudo manual a forma como é feita é incrível, a aula também ficou muito interessante né, desde da história da cidade relacionando ao ladrilho e também agora faz toda a diferença, agora eu consigo valorizar o ladrilho, consigo pensar em construir uma casa só com o ladrilho, sabe, cuidando direitinho agora sem colocar detergente né, que eu colocava, então eu adorei e mudou completamente, virou de uma relação de completa indiferença, virou uma relação de de carinho mesmo de apreço pela história da cidade e do ladrilho.

Poliana – Ótimo! MUITÍSSIMO obrigado. Amei sua resposta. Com certeza vou usar. MUITÍSSIMO obrigada, Ariane.

APÊNDICE K

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA FINAL COM BEATRIZ REZENDE MARQUES COSTA

Poliana – Bom, então vamos a pergunta: Depois das nossas conversas, da visita em Barbacena, da aula, mudou alguma coisa na a sua relação com o ladrilho? O que você pensa sobre ele agora? É diferente?

Beatriz – É.. com certeza! É... A gente que mora e vive em um lugar que tem o ladrilho hidráulico, a gente normalmente passa, pisa e a gente não pensa, né que aquilo na verdade é uma obra de arte, né. Então, esses conhecimentos, e a visita né, lá no, no, na indústria lá né de ladrilho, foi muito interessante por causa disso, pra gente começar a repensar, né dá, como isso é importante e como é importante a gente cuidar do ladrilho onde a gente vive, né, de forma mais correta, né. É..., então, de fato foi extremamente interessante pra mim. Eu achei, assim, com quem eu falo hoje que eu fui fazer visita né, eu faço a maior propaganda, falo assim: Gente, é muito linda, uma coisa assim, muito diferente, muito bacana. Então eu acho que na verdade a relação muda ãhm, da mesma forma que muda quando você conhece qualquer obra de arte, né. Como quando você conhece qualquer obra de um artesão que te mostra como aquilo tem cuidado, como aquilo tem apuro, como aquilo tem uma técnica especial, e que em virtude disso, depois que tudo está pronto você tem que cuidar e preservar, né. Então, de fato, é, mudou bastante. Eu falei com todo mundo da minha família, né. Conteí da experiência que foi muito bacana, muito positiva. Então é isso, a gente vai tentar modificar o cuidado né, mas no meu caso particular que a gente mora na casa e tá todo dia lavando, tá todo dia cuidando, ele já foi muito gasto, né. Mas a gente vai tentar daqui pra frente cuidar de uma forma mais correta.

Poliana – Tá ótimo, Beatriz, muitíssimo obrigada. É, é assim que tiver tudo pronto, eu vou mandar para vocês o vídeo e a gente vai conversando aqui pelo watts app, tá bem? Muito obrigada pela entrevista.

APÊNDICE L

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA FINAL COM DAYANA DE FREITAS VASCONCELOS

Poliana – Depois das nossas conversas, da visita em Barbacena, a aula, mudou alguma coisa na sua relação com o ladrilho hidráulico? O que você pensa sobre ele agora?

Dayana – Eu penso que antes a gente não, eu não dava importância, mas agora eu vejo que é um valor histórico para a cidade de Juiz de Fora, né?

Poliana – Hum, hum.

Dayana – Como foi criado aqui, então ele tem um valor importante, e antes para mim um piso normal que eu ia passar e aí, tudo bem, mas agora dá, agora mudou. Agora eu já passo procurando aonde tem, e antes não, mas agora chama a minha atenção. Até quando a gente foi lá em Barbacena, para mim era normal, mas depois que eu fui lá, eu passe a enxergar diferente, até mesmo o jeito que é feito. Eu mudei o jeito de limpar, que antes eu limpava, né, com produtos água sanitária, azulzinho e aquela coisa. E agora não, agora eu limpo de outro jeito. Do jeito que foi ensinado lá, mesmo sabendo que não vai adiantar, mas agora eu mudei, já coloco um paninho em cima pra ninguém mais ficar pisando, sujando mais, mas eu vejo que assim mudou muita coisa no meu pensamento, porque antes pra mim não ia fazer diferença. Mas agora eu quero cuidar. Agora eu gostei.

(As duas riram)

Poliana – É isso! Tá ótimo. Eu nem preciso mais perguntar nada porque você já falou. Já emendou.

Dayana – Já emendei, direto, né?

Poliana – Foi ótimo. Então é isso. MUITÍSSIMO obrigada

APÊNDICE M

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA FINAL COM HELOISA HELENA NEDER VIEIRA CÔRTEZ

Poliana – Mãe, depois das nossas conversas, da visita em Barbacena e da aula, mudou alguma coisa na sua relação com o ladrilho hidráulico? O que você pensa sobre ele agora? Pera aí

Heloisa – Olha, foi muito interessante a aula, é tudo que eu vi a visita lá onde eles fazem o ladrilho, é enriqueceu muito, muito, muito, muito, o meu conhecimento que eu tinha sobre isso, e eu comecei a prestar mais atenção que na cidade tem muito ladrilho hidráulico e todo mundo reclama a mesma coisa que não gosta que tá pensando em tirar, tá feio, tá sujo, tá isso, então assim eu vi a importância dele pra cidade. É nós temos muito ladrilho hidráulico aqui em Juiz de Fora e fiquei muito feliz e já tô até vendo lá em Barbacena que eu quero um pouco pra colocar lá no sítio de novo dos que eu tirei do que foi da época do meu avô, mas agora eu sei como lidar, cuidar. Se Deus quiser vais ser muito bom.

Poliana – Tá ótimo mãe! Brigada! Vamos encerrar aqui.

APÊNDICE N

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA FINAL COM HENRIQUE LOPES DE OLIVEIRA

Poliana: Henrique, depois de nossas conversas, da visita em Barbacena e da aula, mudou alguma coisa na sua relação com o ladrilho hidráulico? Você pensa diferente agora?

Henrique: Cara, mudou sim, e eu tenho ladrilho em casa, véi e tenho conhecido sobre o processo de produção, sobre os materiais que são utilizados, como é feito de forma bem artesanal, mesmo me deu um conhecimento melhor, até mesmo sobre a conservação deles. Que eu aprendi que não deve se usar algumas substâncias que eu infelizmente já usei, como por exemplo a água sanitária né, que ela tem uma reação com o cimento, prejudica né, e essa visita, por ter tido esse conhecimento, né, ver na fonte, ver os ladrilhos quando ele saem e conversado com o cara lá, a gente tem uma base agora né para começar o processo de restauro aqui nos ladrilhos que tem aqui em casa, e eu acho que isso foi o que mais mudou, né, além de ter um olhar mais artesanal assim, ver o ladrilho mais como objeto de artes. Acho que é isto.

Poliana – Beleza! Risos – Muito obrigada. Está ótimo.

APÊNDICE O

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA FINAL COM LUIZ ALBERTO AMARAL CÔRTEZ

Poliana – Pai, depois das nossas conversas, da visita em Barbacena e da aula, mudou alguma coisa a sua relação com o ladrilho hidráulico? O que você pensa sobre ele agora? Mudou alguma coisa no seu pensamento?

Luiz Alberto – Sem dúvida mudou, porque nós a oportunidade de ver o trabalho, a construção a construção desse produto e a gente percebeu que é um trabalho artesanal, mais é um trabalho até bem elaborado, então não é coisa simples, então tem uma ciência atrás disso, e agora quando a a gente vê isso no chão, a gente percebe que isso não é apenas um amontoado de matéria, mas tem uma técnica bem apurada para que seja feita. Achei muito interessante.

Poliana – E as coisas que a gente conversou sobre a cidade de Juiz de Fora, sobre a importância da memória. Esse piso na memória de Juiz de Fora, você tinha essa noção? De que...

Luiz Alberto - Não tinha, não tinha e agora eu vejo como isso a por exemplo 100 anos atrás como isso era relevante, porque para fazer um ladrilho desse ele tem uma certa técnica. Isso não é uma coisa simples de fazer. Você imagina isso a 100 anos sendo feito, então isso era realmente material de muito valor que eu creio que trouxe muito valor para a cidade. Valor artístico e um valor de uma maneira geral, né. Até o valor tecnológico para a cidade.

Poliana – Certo. Então é isso. Muito obrigada.

APÊNDICE P

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA FINAL COM THAÍS ALVES MATOS RIBEIRO

Poliana – Thaís, depois das nossas conversas, da visita em Barbacena e da aula, mudou alguma coisa a sua relação com o ladrilho hidráulico? O que você pensa sobre ele agora?

Thaís – Mudou, com certeza, porque eu não imaginava que a forma com que eles eram feitos, né. Eu não imaginava que eles eram feitos um a um, então assim sempre que agora para começar eu sempre reparo mais, né, que eu não reparava antes e aí, sempre que eu vejo eu fico imaginado a matriz, né, que agora eu conheço, sei como que são feitos, então eu vejo a matriz. Imagino como são colocados as corzinhas né, então mudou, com certeza mudou, inclusive eu quero colocar lá em casa de novo, não no chão, porque dá muito trabalho, mas tô, né, inclusive a gente já conversou sobre isso. Você vai me ajudar escolher, mas eu quero colocar lá em casa, porque eu acho muito lindo, mas mudou sim, com certeza.

Poliana – E uma coisa que a gente conversou antes, duas vezes, que agora em tudo quanto é lugar que você vai, sê olha e vê, repara, muito mais né?



Thaís – Sim, é na , eu fui na semana passada na pizzeria Babbo Giabba e aí eu entrei lá e aí comecei a reparar, e aí vi que tinha, inclusive a gente conversou sobre é o tratamento lá, né, que não sei como que é exatamente, mas aí fiquei até falei com você que às vezes lá a gente não sabia que tinha, mas às vezes lá o pessoal talvez até tivesse interesse em fazer parte do seu projeto, né e tudo mais, saber como que faz para cuidar e tudo mais, mas agora eu reparo. Todo lugar que eu vou, eu reparo.

Poliana – Beleza. Tá ótimo. Obrigada.

Thaís – De nada.

APÊNDICE Q

SLIDES DE AULA TEÓRICA

 Casa de
Oswaldo Cruz  Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

**BENS MÓVEIS E AÇÕES EDUCATIVAS:
O LADRILHO HIDRÁULICO NA ARQUITETURA
ECLÉTICA EM JUIZ DE FORA**

POLIANA VIEIRA CÔRTEZ LOPES

Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do
Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde

**História da cidade de Juiz de Fora –
da fundação ao Ecletismo**

FOTO PANORÂMICA DE JUIZ DE FORA – INÍCIO DO SÉC. XX



FONTE: SITE <http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com> - ARQUIVO PESSOAL XIXA M. CARELLI

2

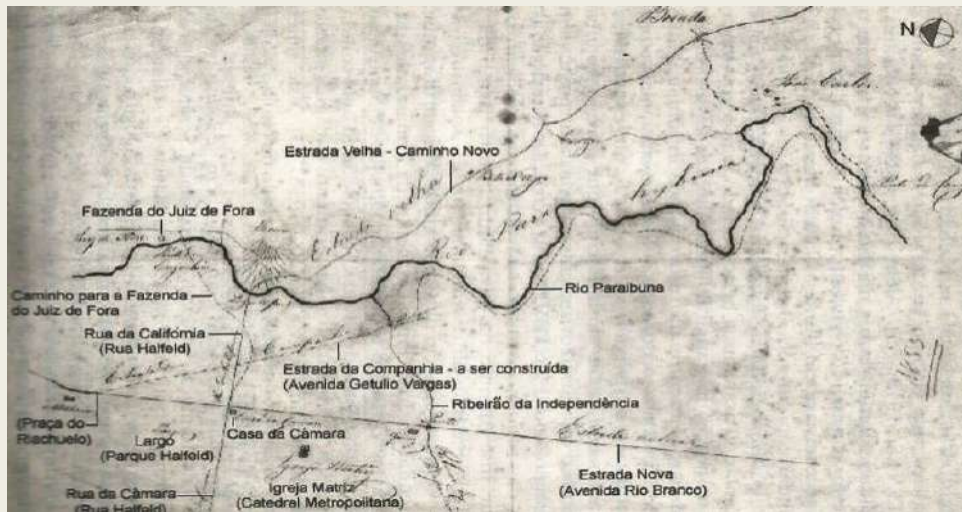
- “Nenhum dos títulos conferidos a Juiz de Fora por personalidades ilustres que visitaram e admiraram o seu progresso, desde os anos de sua existência com foros de cidade, lhe calhou tão bem como o de ‘Manchester Mineira’, a ela atribuído, logo se vê, em virtude do extraordinário desenvolvimento industrial e, principalmente, de sua indústria têxtil” (OLIVEIRA, 1966, p. 201). Também recebeu os apelidos de “Farol de Minas” e “Princesa de Minas”.

3

- “Nenhum dos títulos conferidos a Juiz de Fora por personalidades ilustres que visitaram e admiraram o seu progresso, desde os anos de sua existência com foros de cidade, lhe calhou tão bem como o de ‘Manchester Mineira’, a ela atribuído, logo se vê, em virtude do extraordinário desenvolvimento industrial e, principalmente, de sua indústria têxtil” (OLIVEIRA, 1966, p. 201). Também recebeu os apelidos de “Farol de Minas” e “Princesa de Minas”.

3

Planta de algumas vias da Vila de Santo Antônio do Parahybuna desenhado pelo engenheiro Henrique Halfeld em 1853



Fonte: Arquivo Histórico de Juiz de Fora 5



FAMÍLIA IMPERIAL
NO ANO DE 1861
EM JUIZ DE FORA

Fotografia de Revert Henry Klumb

Colorizada por Rafael Loureiro

FONTE: SITE <http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com>



Estrada de Rodagem
União & Indústria

Fotografia de
Revert Henry Klumb.

Fonte: Acervo Museu Mariano Procópio (MAPRO)

7



MARIANO PROCÓPIO FERREIRA LAGE

8



Pintura "café" - Cândido Portinari

9



FONTE: SITE <http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com>



COMPANHIA TÊXIL
BERNARDO MASCARENHAS

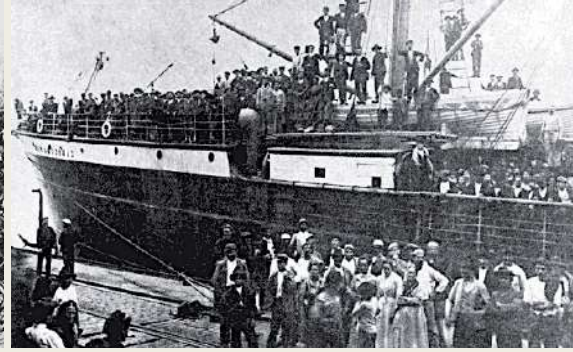
USINA HIDRELÉTRICA
DE MARMELOS

10



FONTE : Desconhecida

ITALIANOS TRABALHANDO EM
PLANTAÇÃO DE CAFÉ EM
MINAS GERAIS



FONTE: Memorial do Imigrante - São Paulo

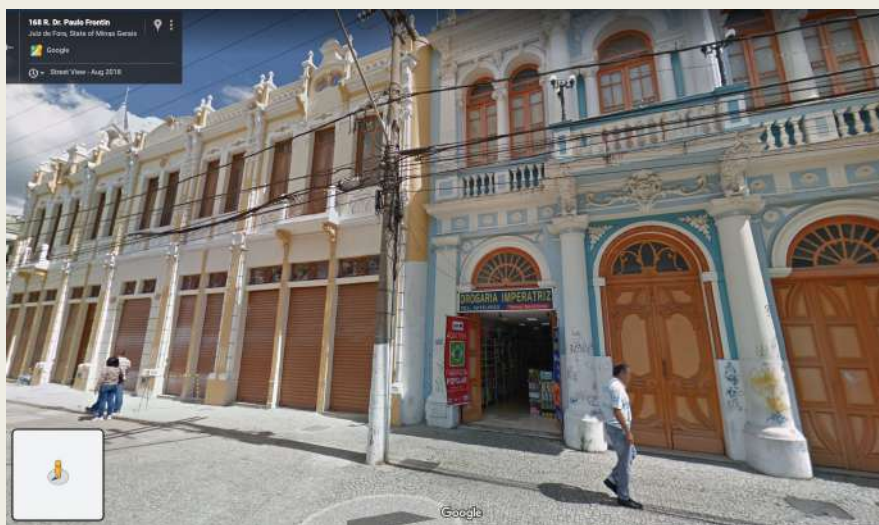
DESEMBARQUE DE
IMIGRANTES ITALIANOS NO
PORTO DE SANTOS - 1907

11



Colônia de D. Pedro II em 1861.
Esta colônia foi construída por Mariano Procópio
para abrigar os 2 mil colonos alemães que deveriam
trabalhar na construção da União Indústria.

Ecletismo



Fonte: google streetview

13



PAVILHÃO MOURISCO - FIOCRUZ



Fonte: http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/fiocruz_mourisco.htm

15

Pisos	
Pedra portuguesa	
Ladrilhos cerâmicos	
Tacos de madeira	
Piso em blocos de vidro	
Mosaicos do Piso em ladrilhos hidráulico	



RUA HALFELD 1928

A Arquitetura Eclética em Juiz de Fora

- Tendo em vista os novos gostos e prioridades da burguesia em ascensão, associadas à noção de progresso, maiores investimentos em serviços sanitários das construções se tornaram uma forte tendência, dentre outras mudanças e melhorias incorporadas às casas, prédios públicos e particulares. Por esse motivo, a cultura desse estilo se estendeu por mais de cem anos, "com o fato de ter acolhido os mais variados elementos lexicais, extraindo-os de todas as épocas e regiões, recompondo-os de diferentes maneiras, de acordo com princípios ideológicos [...]" (PATETTA, 1987, p. 11).

16



Francisco Soucassaux. Fonte: Acervo Museu Mariano Procópio (MAPRO)

17



Atual Av. Rio Branco
Início do Séc. XX

FONTE: SITE <http://maucioresgatandoopassado.blogspot.com>

18



Quem foi Pantaleone Arcuri?

- Nascido em 24 de agosto de 1867, na pequena cidade da província de Cosenza, Santa Agata d'Esaro, no sul da Itália.
- Com 9 anos Pantaleone é trazido ao Império Brasil, pelo pai, viúvo, a procura de novas oportunidades.
- A vinda deles, ocorreu na mesma época em que acontecia o primeiro movimento significativo de imigração da Itália, recém unificada, para este país.

19

- Exímio na arte de construir, não foi difícil ao mestre pedreiro Ângelo encontrar trabalho no Rio de Janeiro, onde desembarcaram. Seu primeiro emprego foi na construção do túnel João Ricardo, que garantia o suficiente para o sustento de seu filho.
- Como seu trabalho lhe exigia muito tempo, o pai de Pantaleone , o leva novamente pra Itália, deixando-o aos cuidados de parentes na sua cidade natal. Pantaleone passou 11 anos na cidade de Santa Agata d'Esaro, onde , segundo Paulino de Oliveira, ele se dedicou a aprender o ofício do pai.
- Aos vinte anos, quando julgou estar preparado, embarcou novamente no velho porto de Nápoles em direção ao Rio de Janeiro.

20

- Permaneceu poucos dias na capital do Império, pois logo lhe ofereceram um trabalho na cidade de Valença, província de Rio de Janeiro. Em seguida foi trabalhar em Rio Preto, Minas Gerais, e, posteriormente se estabeleceu em Juiz de Fora, onde já haviam mais de mil italianos instalados. Ali conheceu o mestre de obras Camilo Gomes Teixeira, que lhe deu o primeiro emprego, como pedreiro, na construção de um prédio para o dr. Eduardo de Menezes, localizado na Rua Direita, atual Av. Rio Branco (OLIVEIRA, 1959).
- De 1887 a 1890, Pantaleone trabalhou como pedreiro, mas depois, associando-se com Pedro Timponi, passou a empreiteiro de obras.

21

Primeira construção significativa

- O Parque Halfeld foi inaugurado em 5 de outubro de 1902, ofertado à cidade pelo Coronel Francisco Mariano Halfeld, filho do engenheiro já citado no capítulo anterior, Henrique Guilherme Fernando Halfeld. Paulino de Oliveira afirma que o contratante ficou tão satisfeito com o resultado de seu investimento que gratificou os construtores com a quantia de quinze contos de réis, como forma de agradecimento.

22



FONTE: Arquivo Histórico UFJF

PARQUE HALFELD

23

Companhia Pantaleone Arcuri & Spinelli - foto do Início séc. XX



Fonte: Acervo Museu Mariano Procópio (MAPRO)

Anos mais tarde se associou com José Spinelli



24

EMPRESA DE PANTALEONE CRESCE

- Para abrigar esses funcionários foi feita uma construção ao lado esquerdo da fábrica na rua Espírito Santo, e, junto a este, foi construído um complexo com espaço para a lojas e oficinas, que receberam uma fachada imponente e requintada como da própria fábrica. Esse complexo industrial e habitacional era motivo de orgulho da paisagem urbana local, e, foi portanto, eternizado nesse cartão postal:

25



26



Antiga fachada da Cia.
Industrial e Construtora
Pantaleone Arcuri

Rua Espírito Santo,
números 1 e 3

Ao lado da Cia. Mineira de
Eletricidade

Fonte : Arquivo Central da UFJF

27



- LOCAL PRIVILEGIADO PERTO DAS MAIORES INDÚSTRIAS, DO CENTRO COMERCIAL, E, DE BAIXO CUSTO - POR CONTA DE ESTAR SUJEITO ÀS INUNDAÇÕES DO RIO PARAIBUNA
- FÁBRICA DE TECIDOS BERNARDO MASCARENHAS 1888
- CASTELINHO DA COMPANHIA MINEIRA DE ELETRICIDADE - 1890



28



RAFAEL, FILHO DE
PANTALEONE, VOLTA
DA ITALIA EM 1911,
FORMADO EM
ARQUITETURA

29



30

COMEÇOU A PRODUIR VÁRIOS MATERIAIS
QUE ERA UTILIZADO NAS CONSTRUÇÕES



SERRARIA: TODA MADEIRA ELE FORNECIA

31

20-8-939

COMPANHIA INDUSTRIAL
E CONSTRUCTORA
"Pantaleone Arcuri"

A mais antiga Empresa Constructora de Minas Geraes
EXECUTORA DOS MALHOES
EDIFICIOS
DA
CIDADE

O MAQUETE — 1904

ESTE THEATRO CONSTR. — 1909

FABRICA DE TABOALINHOS
SERRARIA
CARPINTARIA
LOJA DE FERRAGENS

Companhia Industrial e Constructora
PANTALEONE ARCURI
RUA ESP. SANTO, N.º 172
CAIXA POSTAL N.º 37
RUEZ. 413. FOLHA

UMA ALIQUOTA DA FOLHA — 1917

32



1914

VILA IRACEMA. FOTO FRENANDO PRIAMO. WWW.TRIBUNADEMINAS.COM.BR



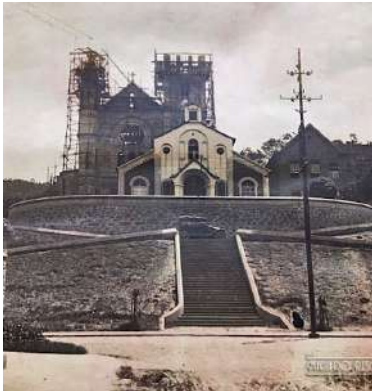
1918

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL. FONTE: WWW.IPATRIMONIO.ORG



1939

CASA D'ITÁLIA. FONTE: WWW.COMUNITAITALIANA.COM₃₃



FONTE: www.mariadoresguardo.com.br/

FONTE: Google Street View

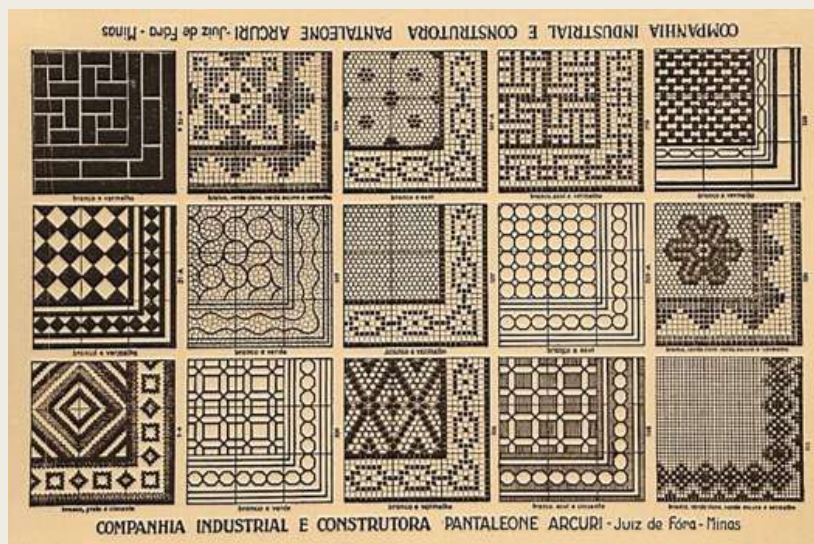
IGREJA DA GLÓRIA - 1924



CINE TEATRO CENTRAL - 1929

FONTE: WWW.THEATROCENTRAL.COM.BR

QUEM TRAZ OS LADRILHOS HIDRAULICOS PRA JUIZ DE FORA É O PANTALEONE



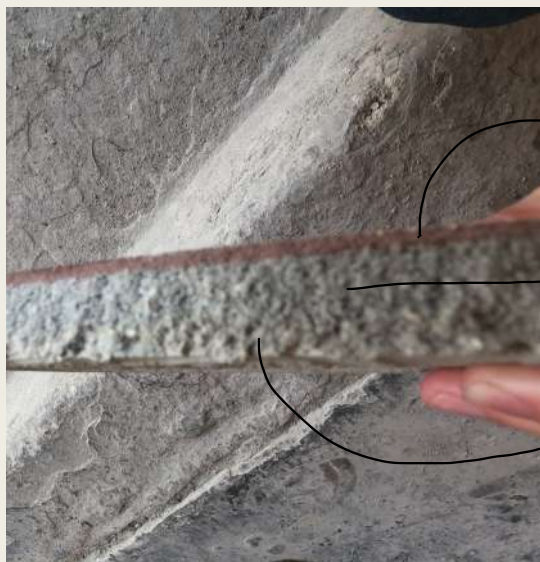


FONTE: PT.M.WIKIPEDIA.ORG

O QUE ÉO LADRILHO HIDRAULICO?

- O ladrilho hidráulico é um tipo de revestimento de pisos em edificações, importado de Portugal, Bélgica e França para o Brasil até fins do século XIX, quando surgiram as primeiras fábricas de imigrantes italianos no país. Produzido inicialmente de forma artesanal, esse material foi introduzido nas residências, em conformidade às predileções estéticas que estavam se consolidando desde meados de 1800 (OLENDER, 2011).

37



3 camadas

Pigmento :
cimento estrutural branco + água +
areia de quartzo

Secante :
cimento Portland + pó de pedra

Mistura úmida :
pó de pedra + cimento Portland +
pouca água

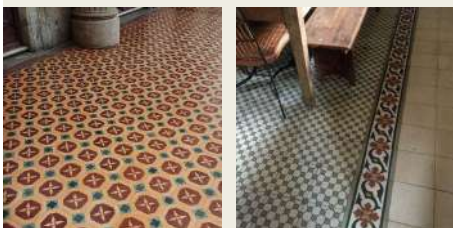
38



39



40



QUAL A IMPORTÂNCIA DE SE PRESERVAR OS LADRILHOS HIDRÁULICOS?

MEMÓRIA

■ PARA VOCÊ, O QUE É MEMÓRIA?

- Paolo Rossi explana sobre memória, esquecimento e história no capítulo 2 de seu livro: *O passado, a memória e o esquecimento*, onde ele conta que na tradição filosófica e também no senso comum, a memória parece referir-se a uma persistência e uma realidade que de alguma forma está intacta e contínua, de maneira que é possível aproveitar experiências passadas.

43

- Já no livro *Espaços da recordação*, a autora Aleida Assman cita a Virginia Woolf quando afirma que a “memória é inexplicável”, uma vez que a variedade de suas ocorrências não é transdisciplinar somente no fato de não poder ser definido de maneira única por nenhuma área. Dentro de cada disciplina o fenômeno da memória é contraditório e controverso. Além dessa complexidade de definições de termos sobre a memória em si, há uma necessidade de se entender sobre ela, justamente por causa da amplitude de suas áreas de atuação.

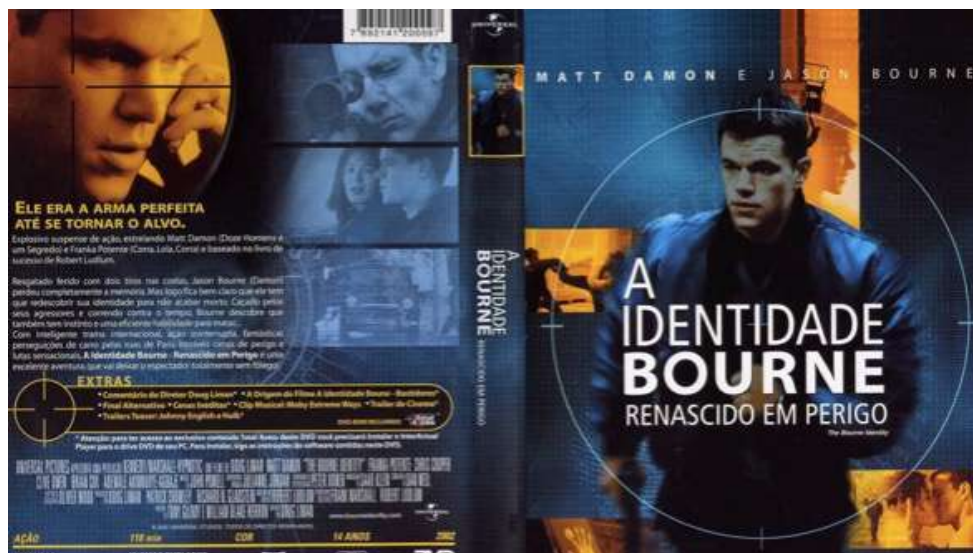
44

Nesse sentido, ao se falar em memória, rapidamente surge a associação com o passado, mas a memória não tem a ver só com o passado, ela tem a ver também com a identidade dos indivíduos, e por esse motivo, com a própria “persistência no futuro”, afirma Rossi, quando exemplifica sua teoria com o filme *Blade Runner*, de 1982.

- A narrativa do filme citado passa-se em um futuro distópico, em Los Angeles de 2019, no qual humanos sintéticos, conhecidos como replicantes, são biotecnologicamente treinados para trabalhar em colônias fora do planeta Terra. Eles são idênticos aos seres humanos em quase todos os aspectos, diferenciando-se aos naturais por viverem menos e terem uma afetividade menor, e pelo fato de não possuírem memória. Por esses motivos os humanos são invejados, pois possuir uma vida mais longa e a possibilidade de ter lembranças/recordações, tendo então a possibilidade de experienciar o sentimento da nostalgia lhes parecia muito agradável.



45



46

- Sob essa ótica, a narrativa demonstra a importância de se refletir sobre esse assunto. Como se pode enxergar, por exemplo, uma cultura de certo povo sem considerar as lembranças do processo que a consolidou? Qual a importância desse processo na vida humana? Esses questionamentos colocam em evidência a necessidade indispensável da memória para a formação da identidade de um indivíduo, bem como de um povo ou nação. (Diferenças de culturas)
- No nosso caso, se não preservarmos a memória da história da nossa cidade, como vamos garantir que ela sobreviva, e mais importante: que diferença isso fará na nossa vida?
- Se eu tivesse nascido em outro país, como seria?

47

- Lembrar de como era a nossa infância, quais as brincadeiras preferidas, os amigos da rua, os doces comprados na venda da esquina, com as moedas ajuntadas...
- Propagandas que víamos na TV ou ouvíamos no rádio, produtos que a mãe levava pra casa...
- Tudo isso traz lembranças que nos aquece o coração de um jeito especial, certo?



48

O QUE AS PROPAGANDAS TÊM A VER COM OS LADRILHOS?!

- A gente viu a importância da nossa cidade pra o Brasil e para a América Latina, certo?
- O pensamento pioneiro e a coragem de Bernardo Mascarenhas, foi um exemplo a ser seguido por todo o país. Se hoje, temos iluminação pública por um valor acessível, é graças a ele. Em mais de 100 anos de estudos e desenvolvimento de uma tecnologia que partiu da sua vontade de fazer algo memorável.
- E a relevância da Construtora Pantaleone Arcuri? Suas construções magníficas e extravagantes nos conta a história desse período próspero e vanguardista da cidade.

49



Conhecer pra preservar:

- Em uma rua imaginária existem 2 casas iguais, uma ao lado da outra. Só se diferenciam porque uma é creme e vinho e a outra azul. Você tem o poder de decidir qual delas vai ser demolida pra virar um prédio. O detalhe é que você morou toda a vida na azul.
- Qual casa você deixaria ser destruída?

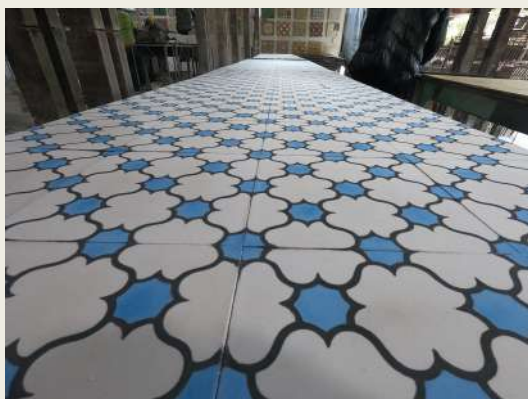
50

VAMOS REFLETIR:

A PARTIR DO MOMENTO QUE EU CONHEÇO A HISTÓRIA DA MINHA CIDADE, A HISTÓRIA DE SUAS CONSTRUÇÕES, DAS PESSOAS QUE FORAM ENVOLVIDAS NO PROCESSO, COMO CADA COISA FOI FEITA - E NO NOSSO CASO - COMO O LADRILHO ERA E É FEITO, QUAIS AS DIFICULDADES DESSE PROCESSO, A BELEZA DA PRODUÇÃO ARTESANAL, INDIVIDUAL, E SE EU GOSTO DISSO, EU TENHO A NECESSIDADE E A OBRIGAÇÃO DE CONTRIBUIR DE ALGUMA FORMA PRA PERPETUAÇÃO DESSA HISTÓRIA! E SE EU NÃO GOSTO OU NÃO CONCORDO, EU PRECISO TAMBÉM CONHECER PARA LUTAR CONTRA.

AS EXPERIÊNCIAS, COSTUMES E VIVÊNCIAS DE CADA UM DENTRO DOS DIFERENTES BAIRROS, DÃO À NOSSA CIDADE UMA CULTURA ÚNICA E QUE COM CERTEZA, MERECE SER LEMBRADA E PRESERVADA PARA AS GERAÇÕES FUTURAS.

51



PRESERVAÇÃO
DO LADRILHO
HIDRÁULICO

52

MUITO OBRIGADA!

ANEXOS

ANEXO 1 – Documento de autorização de uso de imagem (Aline)



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo CruzCasa de
Oswaldo Cruz

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE
IMAGEM**

Pelo presente instrumento, eu, ALINE BATISTA FABRE autorizo, de forma irrevogável e irretroatável, à Casa de Oswaldo Cruz, unidade da Fundação Oswaldo Cruz, esta, entidade pública criada e mantida pela União Federal, na forma da Lei nº 5.019, de 07 de Junho de 1986, modificada pelo decreto nº 4.725/03, integrante da Administração Federal Indireta, sediada na Avenida Brasil, nº 4.365, Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0001-35, doravante denominada simplesmente "FIOCRUZ", a utilizar a(s) imagem(ns), fixados(as) nesta data, na íntegra ou em partes, para os específicos fins educativos, técnicos, culturais e de divulgação científica ou institucional, nas atividades de difusão, exibição, veiculação e campanhas institucionais da Fiocruz, em todo território nacional e no exterior, através de qualquer meio, inclusive, mas não limitado a, cópias de vídeo e DVD, internet, televisão em canal aberto, canais por assinatura e via satélites, emissoras de rádio, inclusive a inserção em banco de imagens da instituição.

A presente autorização é concedida gratuitamente, sem quaisquer ônus para a FIOCRUZ, conforme definido acima.

Rio de Janeiro, 15 de JUNHO de 2022

Aline Batista Fabre
Assinatura

Nome ALINE BATISTA FABRE

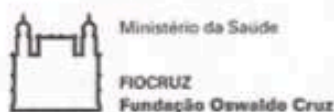
Nacionalidade BRASILEIRA

Endereço AV. GETULIO VARGAS, 597, CENTRO. IFOHA

Identidade M 8 324 598

CPF 032494426-82

ANEXO 2 – Documento de autorização de uso de imagem (Ariane)



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Pelo presente instrumento, eu, Ariane Beatante Schiffer, autorizo, de forma irrevogável e irretroatável, à Casa de Oswaldo Cruz, unidade da Fundação Oswaldo Cruz, esta, entidade pública criada e mantida pela União Federal, na forma da Lei nº 5.019, de 07 de Junho de 1966, modificada pelo decreto nº 4.725/03, integrante da Administração Federal Indireta, sediada na Avenida Brasil, nº 4.365, Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0001-35, doravante denominada simplesmente "FIOCRUZ", a utilizar a(s) imagem(ns), fixados(as) nesta data, na íntegra ou em partes, para os específicos fins educativos, técnicos, culturais e de divulgação científica ou institucional, nas atividades de difusão, exibição, veiculação e campanhas institucionais da Fiocruz, em todo território nacional e no exterior, através de qualquer meio, inclusive, mas não limitado a, cópias de vídeo e DVD, internet, televisão em canal aberto, canais por assinatura e via satélites, emissoras de rádio, inclusive a inserção em banco de imagens da instituição.

A presente autorização é concedida gratuitamente, sem quaisquer ônus para a FIOCRUZ, conforme definido acima.

Rio de Janeiro, 05 de Junho de _____.

Ariane Schiffer
Assinatura

Nome Ariane Beatante Schiffer

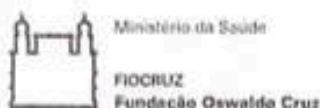
Nacionalidade Brasileira

Endereço Rua Olímpio Reis, nº 434, Santa Helena

Identidade MG 19353018

CPF 13396687698

ANEXO 3 – Documento de autorização de uso de imagem (Beatriz)



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Pelo presente instrumento, eu, Beatriz Rezende Marques Costa, autorizo, de forma irrevogável e irretroatável, à Casa de Oswaldo Cruz, unidade da Fundação Oswaldo Cruz, esta, entidade pública criada e mantida pela União Federal, na forma da Lei nº 5.019, de 07 de Junho de 1966, modificada pelo decreto nº 4.725/03, integrante da Administração Federal Indireta, sediada na Avenida Brasil, nº 4.365, Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0001-35, doravante denominada simplesmente "FIOCRUZ", a utilizar a(s) imagem(ns), fixados(as) nesta data, na íntegra ou em partes, para os específicos fins educativos, técnicos, culturais e de divulgação científica ou institucional, nas atividades de difusão, exibição, veiculação e campanhas institucionais da Fiocruz, em todo território nacional e no exterior, através de qualquer meio, inclusive, mas não limitado a, cópias de vídeo e DVD, internet, televisão em canal aberto, canais por assinatura e via satélites, emissoras de rádio, inclusive a inserção em banco de imagens da instituição.

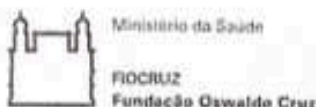
A presente autorização é concedida gratuitamente, sem quaisquer ônus para a FIOCRUZ, conforme definido acima.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 2022.

Beatriz Rezende Marques Costa
Assinatura

Nome Beatriz Rezende Marques Costa
 Nacionalidade Brasileira
 Endereço Rua Santos Dumont, 85, Guiz de Fora/MA
 Identidade 2.688.079
 CPF 572975416-72

ANEXO 4 – Documento de autorização de uso de imagem (Dayana)



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Pelo presente instrumento, eu, Dayana de F. Vasconcelos, autorizo, de forma irrevogável e irretroatável, à Casa de Oswaldo Cruz, unidade da Fundação Oswaldo Cruz, esta entidade pública criada e mantida pela União Federal, na forma da Lei nº 5.019, de 07 de Junho de 1966, modificada pelo decreto nº 4.725/03, integrante da Administração Federal Indireta, sediada na Avenida Brasil, nº 4.365, Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0001-35, doravante denominada simplesmente "FIOCRUZ", a utilizar a(s) imagem(ns), fixados(as) nesta data, na íntegra ou em partes, para os específicos fins educativos, técnicos, culturais e de divulgação científica ou institucional, nas atividades de difusão, exibição, veiculação e campanhas institucionais da Fiocruz, em todo território nacional e no exterior, através de qualquer meio, inclusive, mas não limitado a, cópias de vídeo e DVD, internet, televisão em canal aberto, canais por assinatura e via satélites, emissoras de rádio, inclusive a inserção em banco de imagens da instituição.

A presente autorização é concedida gratuitamente, sem quaisquer ônus para a FIOCRUZ, conforme definido acima.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2022.

Dayana de F. Vasconcelos
Assinatura

Nome Dayana de Freitas Vasconcelos

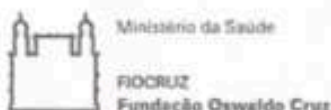
Nacionalidade _____

Endereço R. Espírito Santo 993

Identidade _____

CPF 123.648.406-66

ANEXO 5 – Documento de autorização de uso de imagem (Heloisa)



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Pelo presente instrumento, eu, Helosia Helena M.V. Costa, autorizo, de forma irrevogável e irretirável, à Casa de Oswaldo Cruz, unidade da Fundação Oswaldo Cruz, esta, entidade pública criada e mantida pela União Federal, na forma da Lei nº 5.019, de 07 de Junho de 1966, modificada pelo decreto nº 4.725/03, integrante da Administração Federal Indireta, sediada na Avenida Brasil, nº 4.365, Mangueiras, na cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0001-35, doravante denominada simplesmente "FIOCRUZ", a utilizar a(s) imagem(ns), fixados(as) nesta data, na íntegra ou em partes, para os específicos fins educativos, técnicos, culturais e de divulgação científica ou institucional, nas atividades de difusão, exibição, veiculação e campanhas institucionais da Fiocruz, em todo território nacional e no exterior, através de qualquer meio, inclusive, mas não limitado a, cópias de vídeo e DVD, internet, televisão em canal aberto, canais por assinatura e via satélites, emissoras de rádio, inclusive a inserção em banco de imagens da instituição.

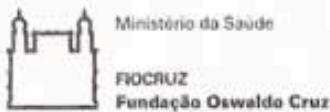
A presente autorização é concedida gratuitamente, sem quaisquer ônus para a FIOCRUZ, conforme definido acima.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2022.

Helosia Costa
Assinatura

Nome Helosia Helena Medeiros Vieira Costa
 Nacionalidade Brasileira
 Endereço R. Padre Benedito, 13 - Paqueta
 Identidade M. 1.107.
 CPF 446364826-30

ANEXO 6 – Documento de autorização de uso de imagem (Henrique)



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Pelo presente instrumento, eu, Henrique Lopes, autorizo, de forma irrevogável e irratável, à Casa de Oswaldo Cruz, unidade da Fundação Oswaldo Cruz, esta, entidade pública criada e mantida pela União Federal, na forma da Lei nº 5.019, de 07 de Junho de 1966, modificada pelo decreto nº 4.725/03, integrante da Administração Federal Indireta, sediada na Avenida Brasil, nº 4.365, Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0001-35, doravante denominada simplesmente "FIOCRUZ", a utilizar a(s) imagem(ns), fixado(s) nesta data, na íntegra ou em partes, para os específicos fins educativos, técnicos, culturais e de divulgação científica ou institucional, nas atividades de difusão, exibição, veiculação e campanhas institucionais da Fiocruz, em todo território nacional e no exterior, através de qualquer meio, inclusive, mas não limitado a, cópias de vídeo e DVD, internet, televisão em canal aberto, canais por assinatura e via satélites, emissoras de rádio, inclusive a inserção em banco de imagens da instituição.

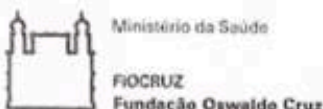
A presente autorização é concedida gratuitamente, sem quaisquer ônus para a FIOCRUZ, conforme definido acima.

Rio de Janeiro, 05 de Junho de 2022

Henrique Lopes
Assinatura

Nome Henrique Lopes
 Nacionalidade Brasileiro
 Endereço Rua Olímpio Reis, 434
 Identidade MG-16.018.954
 CPF 091.791.336-14

ANEXO 7 – Documento de autorização de uso de imagem (Luiz Alberto)



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Pelo presente instrumento, eu, Luiz Alberto Amaral Costa autorizo, de forma irrevogável e irretroatável, à Casa de Oswaldo Cruz, unidade da Fundação Oswaldo Cruz, esta, entidade pública criada e mantida pela União Federal, na forma da Lei nº 5.019, de 07 de Junho de 1966, modificada pelo decreto nº 4.725/03, integrante da Administração Federal Indireta, sediada na Avenida Brasil, nº 4.365, Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0001-35, doravante denominada simplesmente "FIOCRUZ", a utilizar a(s) imagem(ns), fixados(as) nesta data, na íntegra ou em partes, para os específicos fins educativos, técnicos, culturais e de divulgação científica ou institucional, nas atividades de difusão, exibição, veiculação e campanhas institucionais da Fiocruz, em todo território nacional e no exterior, através de qualquer meio, inclusive, mas não limitado a, cópias de vídeo e DVD, internet, televisão em canal aberto, canais por assinatura e via satélites, emissoras de rádio, inclusive a inserção em banco de imagens da instituição.

A presente autorização é concedida gratuitamente, sem quaisquer ônus para a FIOCRUZ, conforme definido acima.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2022

Luiz Alberto
Assinatura

Nome Luiz Alberto Amaral Costa
Nacionalidade brasileira
Endereço Rua Padre Beneditino, 13
Identidade M.1592.315 MP/MG
CPF 209.143.936-34

ANEXO 8 – Documento de autorização de uso de imagem (Thaís)



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Pelo presente instrumento, eu, Thaís Alves Ribeiro Mates, autorizo, de forma irrevogável e irretroatável, à Casa de Oswaldo Cruz, unidade da Fundação Oswaldo Cruz, esta, entidade pública criada e mantida pela União Federal, na forma da Lei nº 5.019, de 07 de Junho de 1966, modificada pelo decreto nº 4.725/03, integrante da Administração Federal Indireta, sediada na Avenida Brasil, nº 4.365, Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0001-35, doravante denominada simplesmente "FIOCRUZ", a utilizar a(s) imagem(ns), fixados(as) nesta data, na íntegra ou em partes, para os específicos fins educativos, técnicos, culturais e de divulgação científica ou institucional, nas atividades de difusão, exibição, veiculação e campanhas institucionais da Fiocruz, em todo território nacional e no exterior, através de qualquer meio, inclusive, mas não limitado a, cópias de vídeo e DVD, internet, televisão em canal aberto, canais por assinatura e via satélites, emissoras de rádio, inclusive a inserção em banco de imagens da instituição.

A presente autorização é concedida gratuitamente, sem quaisquer ônus para a FIOCRUZ, conforme definido acima.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2022

Thaís Alves Ribeiro Mates
Assinatura

Nome Thaís Alves Ribeiro Mates
 Nacionalidade Brasileira
 Endereço R. Dr. Vilas, 11, Poço Rico
 Identidade MG-15-431-011
 CPF 106-880-426-27

ANEXO 9 – Documento de autorização de uso de imagem (Wilson)



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Pelo presente instrumento, eu, Wilson José Venceslau, autorizo, de forma irrevogável e irretirável, à Casa de Oswaldo Cruz, unidade da Fundação Oswaldo Cruz, esta, entidade pública criada e mantida pela União Federal, na forma da Lei nº 5.019, de 07 de Junho de 1966, modificada pelo decreto nº 4.725/03, integrante da Administração Federal Indireta, sediada na Avenida Brasil, nº 4.365, Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0001-35, doravante denominada simplesmente "FIOCRUZ", a utilizar a(s) imagem(ns), fixados(as) nesta data, na íntegra ou em partes, para os específicos fins educativos, técnicos, culturais e de divulgação científica ou institucional, nas atividades de difusão, exibição, veiculação e campanhas institucionais da Fiocruz, em todo território nacional e no exterior, através de qualquer meio, inclusive, mas não limitado a, cópias de vídeo e DVD, internet, televisão em canal aberto, canais por assinatura e via satélites, emissoras de rádio, inclusive a inserção em banco de imagens da instituição.

A presente autorização é concedida gratuitamente, sem quaisquer ônus para a FIOCRUZ, conforme definido acima.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2022.

Wilson José Venceslau
Assinatura

Nome: Wilson José Venceslau

Nacionalidade: brasileira

Endereço: Av. José Marques, 45 – Dr. Sá Fortes – Antônio Carlos – MG. CEP: 36.220-000

Identidade: MG5704887

CPF: 795.833.506-72